



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA GEOGRÁFICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA E O MEDO NA CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO DO
IBURA DE CIMA (COHAB), RECIFE - PE**

RECIFE

2013

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA E O MEDO NA CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO DO
IBURA DE CIMA (COHAB), RECIFE - PE**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, junto ao Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá.

RECIFE

2013

Catálogo na fonte

Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

O48v

Oliveira, Paulo César de.

A violência e o medo na configuração socioespacial do bairro do Ibura de Cima (COHAB), Recife - PE / Paulo César de Oliveira. – Recife: O autor, 2013.

109 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alcindo José de Sá.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.

Inclui bibliografia, apêndices e anexo.

1. Geografia. 2. Violência urbana - medo. 3. Espaços públicos. I. Sá, Alcindo José de. (Orientador). II. Título.

910 CDD (23. ed.)

UFPE (BCFCH2013-126)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo



PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

**“VIOLÊNCIA E O MEDO NA CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO
DO IBURA DE CIMA (COHAB), RECIFE - PE”**

Dissertação defendida e _____ pela comissão examinadora:

Prof. Dr. Alcindo José de Sá
(1º examinador – orientador – DCG/UFPE)

Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias
(2º examinador – GEOGRAFIA/UEPB)

Prof. Dr. Osvaldo Girão da Silva
(3º examinador – DCG/UFPE)

RECIFE - PE

2013

Dedico este trabalho a
minha família,
razão do meu estímulo

AGRADECIMENTO

A Deus, que me permitiu alcançar mais uma vitória, dando-me forças e ajudando-me a lutar pelos meus objetivos.

A minha mãe e avó, que sempre me apoiaram e torceram para que esse momento tão importante pudesse se concretizar.

A minha esposa Clébia Oliveira e filhos Victor e Guilherme, pela paciência, compreensão, carinho e apoio, nos momentos em que me fiz ausente para elaboração desse trabalho.

Aos amigos, Luciana Cruz e Alexsandro Andrade, pela partilha do aprendizado e pela troca de conhecimentos, como também pelo companheirismo que nos uniu ao longo da execução deste trabalho.

A todos os Mestres e Doutores, que me fizeram crescer em responsabilidade e ampliar meus conhecimentos por meio de seus ensinamentos.

À Coordenação do curso de pós-graduação em Geografia, que viabilizou todos os recursos solicitados, com excelência e competência os meios necessários para a conclusão de todas as etapas da pesquisa.

Ao meu orientador, Professor Dr. Alcindo Sá, pela disponibilidade em responder as minhas inquietações relacionadas a minha pesquisa, organizando-as e norteando-as para que a conclusão deste trabalho fosse efetivada.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

“Pois que aproveita o homem ganhar o mundo e perder sua alma?”

(MARCOS 8:36)

RESUMO

Partindo da observação sobre o fenômeno da violência e de seus reflexos apresentados, na dinâmica socioespacial das grandes metrópoles brasileiras, especialmente evidenciados, na paisagem intraurbana e relacionados às áreas de baixa renda, definiu-se, para o presente estudo, o seguinte problema central: Ressaltar em que medida a configuração da dinâmica intraurbana poderia instrumentalizar ou manifestar, no território do Bairro do Ibura de Cima, Recife - PE, o estabelecimento do fenômeno da violência e do medo urbano. Por conseguinte o objetivo geral da investigação é: Identificar, por intermédio da análise da configuração socioespacial, do Bairro supracitado, sob o contexto das relações de territorialidades estabelecidas, no espaço, o fomento de elementos locais capazes de reproduzir ou amenizar o estabelecimento de territórios da violência e do medo. Nesse contexto, arrola-se como principais justificativas para o desenvolvimento do estudo, a possibilidade de se vislumbrar num mesmo recorte espacial integrado a capital pernambucana a complexa diversidade de dinâmicas territoriais, que além de compor acentuados contrastes sociais, também permite sugerir alternativas locais de controle sobre o fenômeno da violência, assim, contribuindo para desmistificar o paradoxo de que as áreas pobres dos subúrbios brasileiros abrigariam exclusivamente, em seu território, as condicionantes relacionadas ao estabelecimento da violência urbana. Portanto, para realização de tais análises, foram elencadas como procedimentos metodológicos, as etapas de revisão da literatura; coleta de dados primários, acerca de aspectos infraestruturais, socioeconômicos e cartográficos relativos ao território, incluindo dados sobre taxas CVLI e CVP; visitas periódicas de caráter exploratório em diversos pontos do território; entrevistas com moradores e comerciantes; e aplicação de 155 questionários (com 25 questões de múltipla escolha). Embora os resultados indiquem que a questão da violência e do medo no bairro, tenha ampliado em seu território fortes contrastes socioespaciais capazes de demonstrar um conteúdo predominantemente fragmentário da dinâmica espacial, sobretudo identificáveis na paisagem sob as formas do perfil arquitetônico das moradias, comércios, instituições e espaços públicos (com grades, muros, cadeados, câmeras de monitoramento, etc.), cuja tendência vem acompanhada por hábitos crescentemente individualistas e menos engajados de convívio, contudo, foi possível constatar que, a partir do estímulo sobre processos de solidarização entre a população, dialeticamente, obtidos por intermédio da adoção de mecanismos espaciais capazes de resgatar o diálogo e a coesão social, se tornaria viável integrar esforços conjuntos às Instituições Públicas (Estado e Municípios) em ações preventivas, que amplie a escala e o tempo de sua atuação.

Palavras-chave: Território. Espaço. Violência e medo urbano.

ABSTRACT

Starting with the observation of the phenomenon of violence and its consequences in the socio-spatial dynamic of the large Brazilian metropolis, especially evident in the intra-urban landscape and related to low income areas, the following central problem was posed for the current study: to emphasize in what way the configuration of the intra-urban dynamic could be an instrument for, or manifest, in the neighborhood of Ibura de Cima (“Higher Ibura”), Recife, Pernambuco, the establishment of violent phenomena and urban fear. Hence the general objective of the investigation: to identify, by way of analysis of the socio-spatial configuration of the suburb mentioned, in the context of established territorial relations over space, the growth of local elements capable of reproducing or harboring the establishment of territories of violence and fear. In this context the principal motivations for the development of the study include the possibility of capturing in a spatial cross-section, integrated with the capital of Pernambuco, the complex diversity of territorial dynamics, which besides being composed of accentuated social contrasts, also permit one to suggest alternative positions for the control of violence. In this way one contributes to demystifying the paradox which suggests that it is the poor areas of Brazilian suburbs which harbor in their territory, exclusively, the conditions related to the prevalence of urban violence. To realize such analyses the methodological procedures included stages of revising literature on the area, the collection of primary data on infrastructure, socio-economic data and maps of the territory, the inclusion of indicators of “Lethal and Intentional Violent Crimes” [*Crimes Violentos Letais e Intencionais* (CVLI)] and “Violent Crimes Against Property” [*Crimes Violentos Contra o Patrimônio* (CVP)], exploratory visits to various localities, interviews with residents and business people, and the application of 155 questionnaires (with 25 multiple choice questions). The results indicate that the question of violence and fear in the neighborhood has amplified strong socio-spatial contrasts in the territory; this is shown by a predominantly fragmented content in spatial dynamics, even identifiable in the architectural features of dwellings, shops, institutions and public spaces (with iron grids, walls, padlocks, monitors and their cameras, etc.). Habits have become much more individualistic than showing an engagement with communal living. However, it was possible to demonstrate that through the stimulation of processes of solidarity in the population, obtained by way of the employment of spatial mechanisms capable of salvaging dialogue and social cohesion, it would become viable to integrate efforts alongside local and state public institutions directed towards preventative action, always amplifying their reach in terms of space and time.

Key words: Territory. Space. Violence and Urban Fear.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Cohab no bairro do Ibura, Recife – PE	40
Figura 2 - Índice de desenvolvimento humano municipal- UDH da RPA6	55
Figura 3 - Foto Panorâmica Das UR'S (A)	56
Figura 4 - Foto Panorâmica Das UR'S (B)	56
Figura 5 - Contraste entre o perfil das moradias (A)	57
Figura 6 - Contraste entre o perfil das moradias (B)	57
Figura 7 - Contraste entre o perfil das moradias (C)	57
Figura 8 - Contraste entre o perfil das moradias (D) **Autor desconhecido	57
Figura 9 - Unidades de saúde (A)	59
Figura 10 - Unidades de saúde (B)	59
Figura 11 - Unidades de saúde (C)	59
Figura 12 - Pequenos estabelecimentos comerciais(A)	60
Figura 13 – Pequenos estabelecimentos comerciais (B)	60
Figura 14 - Pequenos estabelecimentos comerciais (C)	60
Figura 15 - Unidades de ensino (A)	61
Figura 16 - Unidades de ensino (B)	61
Figura 17 - Delegacias e posto policial na comunidade (A)	62
Figura 18 - Delegacias e posto policial na comunidade (B)	62
Figura 19 - Delegacias e posto policial na comunidade (C)	62
Figura 20 - Uso de garras em muros altos– UDH Ur's 1, 2 e 3	72
Figura 21 - Uso de garras em muros altos– UDH Ur's 1, 2 e 3 (Zoom)	72
Figura 22 - Aviso de cão de guarda em residência – UDH Ur's 1, 2 E 3	73
Figura 23 - Aviso de cão de guarda em residência – UDH Ur's 1, 2 E 3 (Zoom)	73
Figura 24 - Espaços religiosos atrás das grades – UDH Ur's 1, 2 E 3 (A)	73
Figura 25 - Espaços religiosos atrás das grades – UDH Ur's 1, 2 E 3 (B)	73
Figura 26 - Equipamentos de monitoramento eletrônico 24h - UDH Lagoa Encantada/ Monte verde	75
Figura 27 - Grades aplicadas em pequenos comércios – UDH Lagoa Encantada/Monte Verde (A)	75
Figura 28 - Grades aplicadas em pequenos comércios – UDH Lagoa Encantada/Monte Verde (B)	75
Figura 29 - Vigilante informal em pequeno comércio – UDH Ur's 4, 5 e 10	76

Figura 30 - Distribuição das mais antigas associações de moradores (A)	80
Figura 31 - Distribuição das mais antigas associações de moradores (B)	80
Figura 32 - Distribuição das mais antigas associações de moradores (C)	80
Figura 33 - Distribuição das mais antigas associações de moradores (D)	80
Figura 34 - Projetos e iniciativas de combate à violência atribuídas à participação dos moradores – UDH Três Carneiros (A)	83
Figura 35 - Projetos e iniciativas de combate à violência atribuídas à participação dos moradores – UDH Três Carneiros (B)	83
Figura 36 - Projetos e iniciativas de combate à violência atribuídas à participação dos moradores – UDH Três Carneiros (C)	83
Figura 37 - Projetos e iniciativas de combate à violência atribuídas à participação dos moradores – UDH Três Carneiros (D)	83
Figura 38 - Realização de obras atribuídas à forte pressão popular, pela busca de melhorias e o bem estar social - UDH UR 4, 5 e 10 (A)	84
Figura 39 - Realização de obras atribuídas à forte pressão popular, pela busca de melhorias e o bem estar social - UDH UR 4, 5 e 10 (C)	84
Figura 40 - Realização de obras atribuídas à forte pressão popular, pela busca de melhorias e o bem estar social - UDH UR 4, 5 e 10 (C)	85
Figura 41 - Realização de obras atribuídas à forte pressão popular, pela busca de melhorias e o bem estar social - UDH UR 4, 5 e 10 (D)	85
Figura 42 - Projetos de ações sociais que atuam na comunidade visando ampliar a coesão social (A)	89
Figura 43 - Projetos de ações sociais que atuam na comunidade visando ampliar a coesão social (B)	89
Figura 44 - Projetos de ações sociais que atuam na comunidade visando ampliar a coesão social (A)	89
Figura 45 - Projetos de ações sociais que atuam na comunidade visando ampliar a coesão social (B)	89
Figura 46 - Projetos de ações sociais que atuam na comunidade visando ampliar a coesão social (E)	90
Figura 47 - Projetos de ações sociais que atuam na comunidade visando ampliar a coesão social (F)	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de mortalidade padronizada por agressões, em Pernambuco, na região nordeste e no Brasil, 1996 a 2009*.	18
Gráfico 2 - Principais problemas do Brasil em %	52
Gráfico 3 - Distribuição dos principais números absolutos de homicídios por bairro. Recife. 2000/2011*	54
Gráfico 4 - Aspectos habitacionais da população pesquisada	65
Gráfico 5 - Aspectos socioeconômicos da população pesquisada	66
Gráfico 6 - Principais tipos de violências que contribuem para sensação de medo no bairro	68
Gráfico 7 - Grau da sensação da insegurança e principais meios de acesso à informação no bairro	69
Gráfico 8 - Principais tipos de violências vivenciadas e seu percentual de reincidência no bairro	70
Gráfico 9 - Sensação da segurança doméstica e principais fatores responsáveis de insegurança no bairro	71
Gráfico 10 - Percentual de aparatos de segurança por residências e principais agentes motivacionais para aquisição	74
Gráfico 11 - Hábitos relacionados ao medo e à expectativa de eficácia dos investimentos em segurança	77
Gráfico 12 - Principais opções sugeridas no controle da violência	87

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa dos bairros e identificação das respectivas RPA's do município de Recife	41
Mapa 2 - Microrregiões político-administrativas do município de Recife	42
Mapa 3 - Sistema viário e localização das UDH's na Cohab do Ibura, Recife – PE	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ocupação das comunidades	43
Quadro 2 - Situação da população e domicílios - 2010	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor do rendimento nominal médio mensal	44
Tabela 2 - Número trimestral de vítimas de CVLI, em Pernambuco, segundo regiões de desenvolvimento - 1º Trimestre ao 3º Trimestre 2011 / 1º Trimestre ao 3º Trimestre 2012	53
Tabela 3 - Acesso a serviços básicos	58

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

AP	Áreas pobres
CF	Constituição Federal
CODECIR	Coordenadoria de Defesa Civil do Recife
COHAB	Companhia de Habitação Popular
COMPESA	Companhia Pernambucana de Abastecimento
CONDEPE	Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CVLI	Criminalidade Violenta Letal e Intencional
DVS	Distrito de Vigilância Sanitária
EMLURBE	Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana
GEPI	Grupo de Estudo e Pesquisa em Interdisciplinaridade
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
MS	Ministério da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PPV	Pacto Pela Vida
PSF	Posto de Saúde da Família
RD	Regiões de Desenvolvimento
RMR	Região Metropolitana do Recife
RPA	Regiões Político Administrativas
SDS	Secretaria de Defesa Social
SIM	Sistema de Informação Municipal
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Secretaria de vigilância em saúde
UDH	Unidade Espacial de Desenvolvimento Humano
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNODC	United Nations Office On Drugs And Crime
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UR	Unidade Residencial
ZEIS	Zonas Especiais de Interesses Sociais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CONCEITOS FUNDAMENTAIS E CATEGORIAS DE ANÁLISE, ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA ÁREA DE ESTUDO E METODOLOGIA DA PESQUISA	20
2.1	A PESQUISA GEOGRÁFICA: NEXOS ENTRE ESPAÇO, TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E MEDO URBANO	21
2.2	ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA ÁREA DE ESTUDO	39
2.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS APLICADOS À ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO BAIRRO DO IBURA DE CIMA (COHAB) - RECIFE	45
3	CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA E DO MEDO NO CONTEXTO DO BAIRRO DO IBURA DE CIMA (COHAB), RECIFE - PE	51
3.1	GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA E DO MEDO NO CONTEXTO GERAL DA POPULAÇÃO DA RMR	52
3.2	CONTEXTUALIZAÇÃO DAS UDH'S	55
3.2.1	Breve descrição espacial das UDH's	62
3.2.2	Perfil do público entrevistado	65
3.3	PERCEPÇÃO DA SENSACÃO COLETIVA RELACIONADA À VIOLÊNCIA E AO MEDO NO BAIRRO	67
4	PROTAGONISMO LOCAL E O CONTEXTO DA SEGURANÇA CIDADÃ	78
4.1	O PROTAGONISMO DO PODER LOCAL	79
4.2	A SEGURANÇA CIDADÃ	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE A - Questionário sociocomportamental aplicado junto as comunidades	102
	APÊNDICE B - Modelo de entrevista semiestruturada	106
	ANEXO A - Mapa da criminalidade violenta letal e intencional em Pernambuco, segundo categorias de municípios	107

1 INTRODUÇÃO

Em recente pesquisa publicada sobre a violência e a criminalidade dos grandes centros urbanos pelo mundo, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNOC, por meio do *Global Study On Homicide* (2011), faz importantes considerações sobre os principais aspectos da violência nas mais variadas escalas do globo, e reconhece que, embora haja uma grande diversidade de fatores sociais e estruturais necessários para a realização de um homicídio, destaca-se, desse conjunto, um grupo específico de elementos propiciadores de atos criminosos e de assassinatos, especialmente típicos das cidades modernas. Desse contexto de convergências, foi identificada a relação perene entre: Baixo desenvolvimento social e as práticas delituosas, entre “[...] a escassez e desigualdade, carências e injustiça, marginalização social, baixos níveis de educação e um fragilizado Estado de Direito” (GLOBAL STUDY ON HOMICIDE, 2011, p. 29). Desse modo, na medida em que a supracitada pesquisa salienta não haver uma explicação unidirecional suficiente, para se atribuir, com exatidão as causalidades das quais decorrem as altas taxas de criminalidades e violências distribuídas, em certas áreas da superfície da terra, ratifica um alerta para seguinte realidade, proporcionalmente: Quanto menor for o nível do IDH, num determinado recorte espacial, também são maiores as probabilidades das taxas de homicídios dolosos aumentarem numa determinada região ou localidade (GLOBAL STUDY ON HOMICIDE, 2011, p. 33-34).

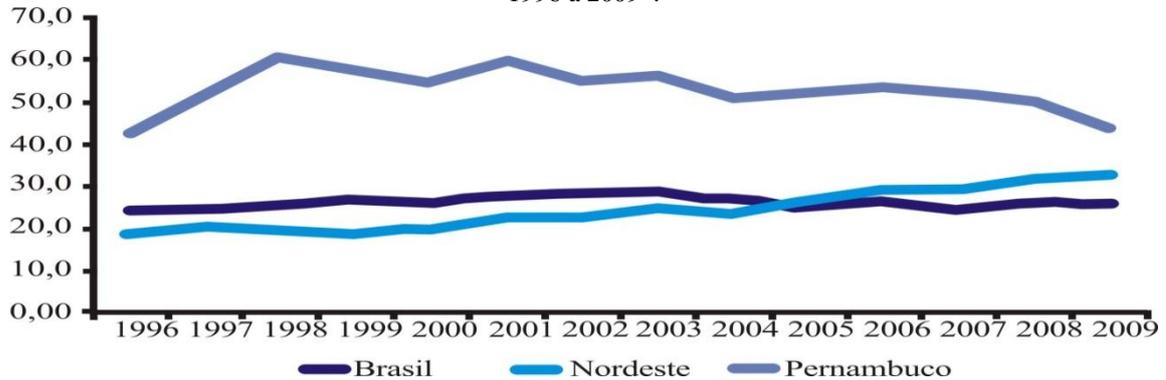
Nesse sentido, em escala nacional, o tema da violência urbana supera o contexto social e passa a ocupar, também, uma dimensão geográfica da vida cotidiana das cidades contemporâneas, sobretudo, não limitada apenas aos aspectos de localização e extensão do problema supracitado, mas, capaz de aglutinar rebatimentos territoriais responsáveis por reconfigurar a própria dinâmica socioespacial urbana. Sendo assim, ao se constatar que o fenômeno da violência está relacionado a um “novo” padrão funcional contemporâneo, que não apenas está materializado no espaço pela à formação abrangente na paisagem de enclaves territoriais (ordinariamente expressos por meio de grades, câmeras de vigilância, cadeados, cercas elétricas, etc.), torna-se possível averiguar também, que se encontra atrelada à degradação da própria condição de vida humana nos ambientes urbanos violentos, pois:

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido, numa cidade que progressivamente vai se cercado de muros (CALDEIRA, 2000, p. 27).

Vale ressaltar que não se compartilha da ideia reducionista de que existam áreas exclusivas para o desenvolvimento do crime e da violência, nem que as periferias ou os subúrbios pobres, pelas metrópoles do país, consistam em ambientes propícios para surgimento das “classes perigosas”. Todavia, é notório que incidem, sobre essas áreas, vulnerabilidades passíveis de serem superadas pelo envolvimento de toda a sociedade. Assim, insta-se por estabelecer condicionantes socioespaciais que inviabilizem a geração de comportamentos conflituosos, não só refletidos nas áreas carentes, mas àquelas irradiadas de outros setores da sociedade. Entretanto, a complexidade da questão sobressalta-se a qualquer panorama otimista de resolução, pois emerge dela uma conjuntura ampla de sérios agravantes relacionados à própria vivência de uma sociedade cada vez mais segmentada. Bauman (2003, p.19) identifica que a necessidade de se proteger da violência, comumente projetada sobre inimigos simbólicos ou reais, adiciona um fator ainda mais dramático ao esgarçamento do tecido social, pois, ao buscarem um modelo de proteção individualizado, produzem-se verdadeiras “fortalezas sitiadas”, em que permanecem entrincheirados os cidadãos e a convivência passa a ser limitada. Desse modo, ao invés de se efetivar meios de combate ao fenômeno da violência urbana, ao esvaziamento paulatino dos espaços de coexistência social, termina por desarticular qualquer iniciativa coletiva de enfrentamento eficaz.

Em escala nacional, o Estado de Pernambuco nunca se manteve afastado dos altos índices da violência urbana. Segundo dados do Ministério da Saúde (2011, p. 24), há pouco tempo, a taxa de mortalidade padronizada por agressões, no Brasil, demonstrou certa estabilidade entre os anos de 1996 a 2009, enquanto que Pernambuco, paralelamente, embora mantivesse registrada uma tendência de declínio, permanecia acima das taxas nacionais e da região Nordeste (Gráfico 01). Atualmente, Pernambuco não encabeça mais a lista dos estados mais violentos do Brasil, situação atribuída, principalmente, à implantação do Programa Governamental Pacto Pela Vida, desde maio de 2006. Entretanto, mesmo demonstrando uma redução significativa de assassinatos, ainda possui uma taxa altíssima de 39,93 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes (PERNAMBUCO, 211, p. 22), diante do limite estipulado pela ONU de 10 para cada grupo de 100 mil habitantes.

Gráfico 1 - Taxa de mortalidade padronizada por agressões, em Pernambuco, na região nordeste e no Brasil, 1996 a 2009*.



* Dados de 2009 preliminares. Taxa padronizada (população censo 2000) por 100 mil habitantes
Fonte: SIM /SVS/MS – Brasil, 2011.

Partindo do entendimento em que as cidades, enquanto lócus de reprodução do modo de vida moderno, tendem a revelar práticas socioespaciais em constante transformação, pode-se acrescentar que o quadro de crise enredado pela violência urbana prenuncia uma conjuntura mista que implica percebermos os detalhes que compõem os níveis de articulações desenvolvidas no espaço entre seus agentes produtores, a fim de identificar, com maior precisão, os pontos nodais (estruturais e simbólicos, geográficos e políticos) de uma crise que, embora atinja em larga medida a sociedade, as informações coletadas ainda seriam insuficientes para alguma conclusão. Assim, evidenciando a urgência de investigações abrangentes capazes de esclarecer ou, ao menos, democratizar aspectos peculiares, não desvendados, particularmente entre a dinâmica intraurbana e os fluxos da violência no espaço, pois os mesmos revelariam, “[...] as estratégias políticas econômicas catastróficas, porque elas não paralisam o desastre, não evitam a morte; ao contrário, supõem a ambos, desencadeia-os” (PINTAUDI,1999, p. 114-115), busca-se desenvolver um estudo geográfico sobre o fenômeno da violência.

Dessa maneira, a presente pesquisa encontra-se sistematicamente organizada em quatro capítulos, brevemente comentados a seguir.

O primeiro capítulo corresponde a seção introdutória do trabalho, em que estão reunidos, inicialmente, argumentos que representam a relevância para a sociedade, acerca do debate sobre a problemática da violência urbana. Posteriormente, distingui-se cada fase do processo de formulação da pesquisa: O problema central e seus enunciados secundários, bem como seus objetivos (geral e específicos); a hipótese central, além de sistematizar a ordem metodológica¹ adotada para a realização do trabalho.

¹ Ordem metodológica adaptada de Silva (2012)

O segundo capítulo apresenta, de forma geral, elementos essenciais para a construção de uma abordagem geográfica, sobre a delimitação da problemática, no recorte espacial investigado. Sendo subdividida em três etapas: caracterizar os principais aspectos geográficos presentes no objeto de análise; articular conceitos-chave, princípios e as categorias de análises do método geográfico considerado importante para o debate sobre o fenômeno da violência e do medo urbano; e, por fim, foram arrolados os critérios metodológicos adotados para a execução da análise socioespacial do Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE.

O terceiro capítulo apresentou como a questão da violência e a sensação de medo generalizado ocupam relevantemente a atenção dos moradores, e como têm interferido, junto às morfologias apresentadas, na paisagem do bairro e nas práticas cotidianas desenvolvidas entre seus habitantes. Desse modo, encontram-se estruturadas da seguinte forma: o perfil da problemática expresso pelos dados oficiais; aspectos socioespaciais detectados, nas paisagens das UDH's, de acordo com o foco da pesquisa; o perfil socioeconômico do grupo entrevistado; e a percepção da violência e a sensação de medo entre o grupo pesquisado.

O quarto capítulo está voltado para o debate crítico sobre o possível (re)aproveitamento de aspectos da dinâmica socioespacial do Ibura de Cima, Recife- PE no desenvolvimento estratégico de políticas públicas de prevenção. Assim, o principal objetivo dessa seção é como o *olhar geográfico*, sobre a questão da violência urbana, poderia contribuir para evidenciar como a atuação integrada, entre agentes territoriais, poderia efetivar a construção menos conflituosa do espaço urbano. Para tanto, discutiram-se dois elementos considerados essenciais para o debate: o campo de atuação dos protagonismos locais e as bases teóricas fundamentais para uma gestão participativa da segurança pública.

Poder-se-ia dizer que, ao final, estender à análise geográfica um dos mais complexos desafios contemporâneos que, sob a forma vislumbrada pelos territórios da violência e do medo evocadas no Bairro do Ibura de Cima, Recife- PE, implique reconhecer a densidade de um problema que tem se aprofundado em escala mundial, destaca-se para as instituições públicas e para todos os segmentos da sociedade, que a restituição qualitativa dos espaços urbanos depende não apenas do papel estruturante/repressivo, exercido pelo Estado, mas demanda de uma compreensão acurada e integral do problema da violência em sua totalidade. E por certo, a Geografia demonstra ser um instrumento habilmente afinado, em nossos tempos, para essa descoberta.

2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS E CATEGORIAS DE ANÁLISE, ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA ÁREA DE ESTUDO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Embora o processo de metropolização da Cidade do Recife tenha ganhado maior ênfase a partir da década de 1960, sobretudo pela implantação do primeiro conjunto de vilas populares do Brasil (Ur 1), loteado pelo Programa da Companhia de Habitação Popular (COHAB), promovido pelo Governo do Estado de Pernambuco, em resposta às pressões impostas pela demanda habitacional deflagrada, principalmente, pelo grande contingente de desabrigados oriundos das enchentes, dos baixios e das áreas alagadas e densamente ocupadas, destaca-se, em meio à conquista da moradia, a crescente falta de ingerência do poder público em dar continuidade aos projetos de inclusão das famílias instaladas, submetendo o Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE a uma gradativa estagnação da qualidade de vida, especialmente pela precarização dos serviços essenciais de infraestrutura como saúde, educação, transporte e, principalmente, segurança.

Sendo assim, visando estabelecer uma forma coerente de análise sobre a violência urbana no Bairro supracitado, o presente capítulo apresenta-se subdividido em três seções, estruturado de acordo com a seguinte ordem expositiva: a primeira busca caracterizar os principais aspectos geográficos presentes, no objeto espacial de estudo, elencando, por meio do levantamento documental de diagnósticos e relatórios técnicos, leis e projetos do governo, acervos cartográficos, em atlas e registros iconográficos, as condições necessárias que possibilitam uma maior compreensão das condições físicas e socioespaciais determinantes da dinâmica populacional do Bairro. A segunda parte visa estabelecer a articulação teórica de algumas noções consideradas essenciais, para o debate sobre o fenômeno da violência, a partir do contexto da pesquisa geográfica contemporânea, utilizando-se, para tal, os conceitos de espaço, território, violência e medo urbano, ancorados, em modelos e discussões teóricas contidas nas fontes primárias de autores como Santos (2002), Souza (2008), Baumam (2008), Sá (2005), entre outros autores, voltados para a aproximação de modelos teóricos e da realidade urbana. E por fim, estão arrolados os critérios metodológicos específicos e as etapas seguidas, para o alcance dos objetivos propostos para a finalização da pesquisa socioespacial.

2.1 A PESQUISA GEOGRÁFICA: NEXOS ENTRE ESPAÇO, TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E MEDO URBANO

De modo geral, é por meio da elevação das taxas de homicídios, das agressões físicas e da criminalidade violenta, comumente difundida pela imprensa, que o fenômeno da violência adquire maior visibilidade nas cidades. Vale salientar que, tradicionalmente, são os estudos geográficos, sobre os índices de homicídios, que ajudam a localizar e delimitar onde estão concentradas, no território, as áreas mais preocupantes de violência e, com isso, direcionam, de forma objetiva, a atuação estratégica de políticas públicas de segurança em áreas específicas. No entanto, outros aspectos da vida civilizada podem ajudar a perceber o quanto a barbárie está difundida numa cultura urbana considerada de risco: o aumento de residências fortificadas, o crescente processo de isolamento do cidadão e a corrosão de valores comunitários conferem um panorama assustadoramente hostil e preocupante, estabelecidos, inclusive, como mote central das cidades modernas. Desse modo, o interesse por essas drásticas transformações dos espaços urbanos contemporâneos, demandaria o acompanhamento e um amplo esforço de entendimento de cunho interdisciplinar sobre as origens e as causas do fenômeno (PEDRAZZINE, 2006, p.100). Sobretudo relacionado a uma concepção de risco na sociedade, principalmente representada por:

[...] imensa e resistente superestrutura de prevenção e segurança (através da proliferação das sociedades de seguro e dos mecanismos de vigilância privada), para fazer face aos medos, perigos e ameaças que tornam a vida humana, social e intersubjetiva, absolutamente incerta. Daí porque, no bojo de fenômenos aparentemente tão diferentes e distanciados no tempo e no espaço, como sejam as catástrofes, as epidemias, os acidentes, o desemprego crônico, extremismos políticos, os crimes estejam um mesmo e único problema: uma profunda crise de racionalidade que atravessa a sociedade contemporânea de alto a baixo e que coloca sob suspeição todas as apostas nas virtudes do progresso técnico, da modernização e do bem-estar proporcionado pela sociedade industrial (ADORNO, 1998, p. 42).

Historicamente, Sennet (2003), em sua obra *Carne e Pedra*, enfatiza o fato de que “o sofrimento físico possui uma trajetória na experiência humana” (SENNET, 2003, p. 305). Por meio de alguns quadros épicos, curiosos momentos da civilização são caracterizados por expressar uma diversidade de usos da violência. Conforme o autor explica, desde a Grécia Clássica, destaca-se a banalidade, nos ginásios espartanos, o emprego de métodos dolorosos em seus treinamentos, a fim de maximizar a capacidade física dos rapazes (SENNET, 2003, p. 62). Outro fato que chama a atenção é a valorização, nas batalhas terrestres, como a de Cinossema, em que Tucídides (411 a.C) descrevia os combatentes atenienses ferozmente

destemidos e valorosos a serem estimulados a enfrentar até o fim a dor e ou o horror da morte no campo de batalha e no mar (SENNET, 2003, p. 76). Quanto às antigas raízes romanas, identificaram-se os grandes espetáculos sangrentos, cujo fustigamento e dominação, sobre outros povos, produziram entretenimento cativo para boa parte das famílias romanas, a ponto de serem estruturados, dentro do ambiente urbano, lugares específicos, que alojassem milhares de espectadores:

Os anfiteatros romanos tinham forma circular ou oval, fechada. A esses vastos espaços, durante séculos, os romanos acorreram para assistir às lutas mortais entre os gladiadores e deleitar-se com leões, ursos e elefantes, que se estraçalhavam, ou devoravam homens e mulheres lançados indefesos à arena; o espetáculo também incluía criminosos, desertores e hereges, torturados, crucificados ou queimados vivos (SENNET, 2003, p. 90).

Entretanto, foi durante o período da Idade Média e concomitante ao desenvolvimento dos comércios livres, repletos de lugares lúgubres como as tabernas, que se exprimiam os estilos mais brutais de sociabilidade até então vistos pela humanidade. Um desses exemplos eram as ruas medievais de Paris, estreitas e escuras, tornaram-se palcos adequados para a prática de atos criminosos passionais, estupros, roubos, emboscadas, assassinatos, entre outras agressões, comumente envolvidas com o consumo de bebidas alcoólicas. Assim, durante o processo de urbanização daquele período estava caracterizado e difundido no território uma sensação de insegurança derivada de “demandas agressivas, reconhecidamente violentas, com superfícies e volumes permeáveis, as vias públicas estimulavam a competição econômica.” (SENNET, 2003, p.164-166).

Inclusive, na época, até as práticas pertinentes à aplicação das sentenças de justiça tendiam a um singular excesso de força e violência sobre réus condenados. Dentre os métodos de punições mais cruéis da Era Vitoriana, a “roda” e o “cavalete” tinham grande empatia entre o público, pois permitia adiar a morte do sentenciado, possibilitando ouvir os gritos do infeliz e ver seus músculos sendo rasgados. Entretanto, “um belo exemplo daquela vida coletiva, ativa e espontânea” da Alta Idade Média, estava entre os franceses, cujas praças eram destinadas a abrigar as guilhotinas. Todavia, foi visando tornar mais visíveis as decapitações políticas, na França, que buscaram espaços maiores e mais centrais para o evento; o Palácio do Louvre foi escolhido como o local inicial para tais eventos, pois era capaz de acomodar uma plateia entre doze e vinte mil espectadores ansiosos (SENNET, 2003, p. 245-246).

Segundo Foucault (1977, p. 14) durante a Idade Moderna, migrando de um período de suplícios e punições medievais, em que se utilizava à violência como um instrumento de castigo cuja função jurídica- política era socialmente aceita, observa-se que, embora os

Estados Nações modernos tenham suprimido cada vez mais a dor dos antigos modelos de punição física, torna gradualmente mais cruéis e arbitrárias as formas de sujeição dos indivíduos. A hierarquização do poder desenvolveria toda uma tecnologia sutil de submissão de caráter coercitivo entre os cidadãos. Ou seja, as práticas punitivas se institucionalizaram e deixaram de ser centralizadas no sofrimento corpóreo, mas as penas transformam-se num ato amplo, legalmente administrativo de controle e vigilância extremos, distribuídos por um conjunto simbólico de sinais, procedimentos, valores e princípios compartilhados e impostos, compreendidos como regras essenciais de civilidade.

Disciplinar os corpos deveria estrategicamente compor as instituições como colégios, conventos, hospitais, quartéis, fábricas, etc. A violência estaria dissimulada e poderia ser identificada em cada um destes sistemas disciplinares, a ponto de se tornarem uma representação de um pequeno “mecanismo penal” (FOUCAULT, 1977, p. 115), capaz de uniformizar pensamentos moldando-o a dominação pretendida, dispondo de custos irrisórios e poucas coações materiais. Assim, a rotina produziria indivíduos inteiramente obedientes por intermédio do estabelecimento de horários rígidos, de ações mecanicamente repetidas, dos locais pré-determinados a serem ocupados, do preenchimento diário de relatórios, da aceitação indiscriminada de protocolos, entre outros exemplos. Assim, Evidencia-se que a sanção “normatizadora” deveria impor os limites e aparar as arestas dos comportamentos dos indivíduos em prol de uma manutenção perversa de uma ordem social, ditada pelos poderosos.

Contudo, em meio ao exercício de periodização feito, torna-se possível perceber que, análogo ao cenário de insegurança e brutalidade, anteriormente ilustrada, é preciso entender que, ao se estabelecer um paralelo com o contexto de violência contemporânea, emergem outras questões específicas ao território que, na atualidade, circunstanciam aspectos conflituosos, os quais modificam a vida urbana.

Odália (1985) sintetiza que a violência urbana manifestaria uma natureza tão complexa que tornaria difícil uma delimitação conceitual precisa, na medida em que se encontra deflagrada, nas várias esferas do *ethos* urbano, assim, necessitando de maior cautela e abrangência para aqueles que pretendem avançar sobre seus estudos. Diante desse desafio, o conhecimento científico não limitou tempo e esforço na investigação, no aprofundamento e no reconhecimento de suas possíveis formas de controle. Dentre as várias ciências envolvidas nesse debate, podemos distinguir a sociologia, a biologia, a genética, a psicologia, a antropologia, entre outras, que se destacam não só por suas contribuições metodológicas e conceituais, mas pelas diferentes perspectivas de abordagem defendidas.

Nesse sentido, Minayo e Souza (1998, p. 514-515) elenca algumas das correntes explicativas mais difundidas e seus principais fundamentos argumentativos, nas seguintes teses:

- a) Compreende a violência, enquanto um fenômeno de representação intrínseca à natureza humana, e, portanto, compatível com a deflagração de mecanismos instintivos de agressividade para a preservação da espécie. Os atributos biológicos como cor, raça, etc., seriam considerados determinantes da violência;
- b) Deduz que a conduta violenta deriva do modelo de desenvolvimento urbano-industrial característico das metrópoles, cujos efeitos disruptivos provocados pelos movimentos migratórios campo/cidade, exporia a população migrante a condições desumanas. O urbano, a favela e a periferia seriam considerados lócus da violência e berço da barbárie;
- c) Percebe que as condutas e os processos de delinquência e/ou violência, representariam os componentes resultantes de uma espécie de estratégia de sobrevivência desenvolvida pelas camadas populares expropriadas, num estágio inicial da luta entre classes;
- d) A última atribui e vincula o aumento da violência, da insegurança e da criminalidade ao crescente esvaziamento do papel de autoridade máxima do Estado, enquanto instituição neutra, equânime e mantenedora da ordem e do bem-estar social, representada por seu aparato jurídico e policial.

Embora Waiselfisz (2004, p. 16) considere como características gerais da violência “a noção de coerção ou força; dano que se produz em um indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes à determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia”, do mesmo modo também, torna-se necessário observar a concepção introduzida por Arendt (1994, 2000), cuja interpretação sobre o fenômeno se desenvolve no campo político. Seu debate traça aspectos dialéticos da materialização de episódios políticos, em que a sociedade estabelece uma ligação imanente com o espaço geográfico e os princípios de poder e de violência. Hanna Arendt, em sua obra a **Condição Humana**, faz um paralelo desses conceitos reunindo alguns elementos consensuais relativos aos temas e pondera que:

O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. Estes só retém poder quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes; e, portanto, a fundação de cidades que, como as cidades-estados, converteram-se em paradigmas para toda a organização política ocidental, foi na verdade a condição prévia material mais importante do poder (ARENDR, 1987, p. 213).

Na obra **Sobre a violência**, escrita em 1969, a supracitada autora aborda a noção de violência, segundo uma perspectiva essencialmente instrumental, desse modo, sendo considerada apenas como um meio pelo qual se alcança um objetivo. Conforme essa concepção, nenhum poder legítimo poderia ser estabelecido unicamente pela ação de atos brutais. Portanto, “do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder” (ARENDT, 1994, p. 42). Assim, a filósofa estabelece uma veemente oposição conceitual entre poder e violência. Logo, onde um existisse o outro não poderia também estar, ou seja, ambos os conceitos estabeleceriam uma absoluta incompatibilidade empírica e conceitual sobre a vida social. Dessa forma, o poder não seria uma propriedade exclusiva de um indivíduo, mas um bem coletivo, assim: “Poder corresponde à atividade não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDT, 2004, p. 33).

É evidente que o pensamento arendtiano não contempla as categorias de análise espaciais. Mas, sua abordagem, ao atingir um amplo desdobramento, a partir de importantes aspectos constitutivos do espaço urbano, aprofunda o debate, acerca de temas como dignidade humana, cidadania, direitos humanos, democracia, entre outros aspectos considerados fomentadores da vida pública. Contribui assim, para reorientar as prioridades estratégicas na agenda dos planejadores urbanos. Ao passo que, “cada diminuição no poder é um convite à violência” (ARENDT 1994, p. 62-63), a análise filosófica arendtiana discerne o poder como resultado de uma construção coletiva e voluntária que “não necessita de justificativa”, sendo apenas consolidada, enquanto permanecem firmes os vínculos comunais e a vida política ativa dos cidadãos (ARENDT, 1994, p. 40). Ou seja, a manifestação da violência desqualificaria o surgimento e a manutenção do poder autenticamente solidário, sendo considerada como seu indeferimento ao longo de vários momentos da humanidade. Arendt (2004, p. 44- 45) destaca que a violência equivaleria à paralisação, a negação ou a eliminação do poder.

Partindo de uma análise socioespacial, Santos (2000, p. 55) adverte para a existência de um nível de uma violência estrutural ou de base, responsável por todas suas outras formas funcionais ou derivadas de violência, contidas e difundidas pelo processo em curso da globalização, que, caracterizada pela impossibilidade de constituir-se num fenômeno solidariamente orgânico e incluyente dos cidadãos, manifestaria seus efeitos negativos, especialmente pela implementação de uma competitividade desenfreada, seguida de um consumismo individualizado, ambos engendrados por agentes hegemônicos culturais, políticos e econômicos pelo mundo. Para Santos, a rapidez e a força desse fenômeno se utilizariam do papel despótico da informação, que operacionalizaria a integração simultânea

de fenômenos econômicos, numa escala-mundo, cada vez mais brutal e transformadora da rotina urbana. Sendo realizada, apenas, por meio de bases materiais e intelectuais específicas – técnico-científico e informacionais capazes de envolver todas as instituições e a sociedade ao desobstruir estrategicamente quaisquer formas de resistências locais ou nacionais. Portanto, a informação assume um papel despótico, por ser um instrumento de forte manipulação, por parte de um conjunto minoritário de atores hegemônicos, em função de seus objetivos particulares. Ao tornar os desequilíbrios sociais ainda maiores, o autor conclui que “Um dos traços marcantes do período atual histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação” (SANTOS, 2000, p. 38).

Ainda de acordo com Santos (2000, p. 38), a vida ativa dos cidadãos e as instituições de cunho democrático seriam os principais elementos impeditivos desse processo. Mas, estando todo “edifício social”, já tão desarticulado para reagir diante da conseqüente quebra de laços solidários e comunais urbanos, ocasionado em detrimento cada vez maior da extração de mais valia, pode-se apreender que, dentro desse painel amplo, existiria o desenvolvimento de uma perversidade estabelecida como um sistema regulador das relações humanas, em que se contempla “a banalização da guerra de todos contra todos.” (SANTOS, 2000, p. 60)

Baumam (2008) converge para uma análise semelhante, ao considerar a associação entre a violência e o medo nas grandes metrópoles. Sua observação diz que a sociedade contemporânea se move sob o signo acelerado e abrangente de indeterminações e de inseguranças, expressas por meio de profundas transformações institucionais produzidas em várias dimensões da vida moderna (trabalho, família e política). O autor entende que “medo é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que dever ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (BAUMAM, 2008, p. 8). Conseqüentemente, os indivíduos estariam cada vez mais empenhados em adquirir meios de proteção e de alívio para tais ameaças, refletindo em profundas alterações nos espaços de convivência das cidades.

Para Cruz (2011, 43-45), dentre os complexos aspectos que constituem a reconfiguração socioespacial dos ambientes urbanos, o estabelecimento de um modelo de sociabilidade orientado pela busca incansável por proteção e pelo afastamento dos cenários de perigo das grandes metrópoles, além de manifestar a difusão de uma materialidade arquitetônica reveladora de práticas voltadas para um processo de segregação espacial, apoiada numa ordem do medo, também implicaria, na gradual redução das relações sociais, na medida em que estaria inviabilizada, por se ter perdido a noção de tolerância como sentido básico da coexistência entre os cidadãos. A ordem do medo poderia ser definida como uma

das condicionantes contemporâneas sobre configuração socioespacial, responsável por profundas transformações de aspectos paisagísticos e das formas de utilização dos espaços urbanos, decorrentes dos sentimentos de medo e de insegurança, baseados em experiências ou fatos reais coletivizados e mediados pela imprensa sobre atos violentos (CRUZ, 2011, p. 21-22).

Estudando o fenômeno da violência e do medo, Cruz (2011, p. 45-47) defronta-se com a formação de enclaves territoriais e da construção de barreiras visíveis e invisíveis nos Bairro de Boa viagem e Casa Forte, Recife - PE, e constata para além de características puramente sociais a expansão [...], por parte das elites e da classe média uma intensa transformação das habitações tradicionais, em ambientes cada vez mais protegidos por diversos tipos de aparatos. Proliferam, nas cidades, muros gigantes, grades, cercas eletrificadas, câmeras de vídeo, detectores de movimento, sistema de vigilância 24h, entre outras estratégias de proteção, tornando os espaços cada vez mais fragmentados, em territórios que se unem e se afrontam, como um novo instrumento de opressão, minando a coesão socioespacial. (CRUZ, 2011, p. 46). Tais características compõem, segundo a autora, uma materialidade arquitetônica reveladora de práticas voltada para um processo de segregação.

Contudo, ainda sobre o crescente estabelecimento de aparatos de segurança, na paisagem urbana, e o desenvolvimento do fenômeno de “segregação espacial”. Este último poderia ser classificado em dois tipos: a *auto-segregação*, intimamente relacionada à opção de vida reclusa e sem fortes interação social, praticada pelas classes dominantes com medo da violência urbana; e a *segregação imposta*, que se refere ao processo de segregação social submetido às classes de baixa renda, cujas “opções de onde e como morar são quase nulas” (CRUZ, 2011, p. 45), principalmente devido a seu baixo poder aquisitivo. Entretanto, certos padrões segregatórios estabelecidos, no espaço, não concordariam com o emprego usual desse conceito, pois ao existir, no lugar, “uma intensa heterogeneidade socioespacial intraurbana”, integrada até em escalas maiores, se evidenciariam feições socioespaciais divergentes da real noção de segregação. Nesse caso, para uma substituição adequada do termo “segregação”:

Acredita-se que o termo fragmentação, ou uma tendência a este processo, possa expressar melhor a configuração espacial da cidade, uma vez que não reduz a uma mera separação espacial entre classes economicamente distintas, mas há diminuição e seletividade das interações socioespaciais (CRUZ, 2011, p. 45).

Diante da diminuição das interações sociais praticadas pelas classes abastadas, Souza (2008) aprofunda o debate, ao considerar a proliferação de condomínios “fechados” (ou da espacialização de características cada vez mais individualistas de sociabilidade), enquanto

uma resposta à sensação de insegurança, um fato que representa a base territorial que incrementaria o empobrecimento dos valores de civilidade, ao limitar o diálogo e a socialização entre classes distintas (SOUZA, 2008, p. 71-72). O autor esclarece que o resultado da realidade anteriormente apresentada, deflagraria um debate ideológico e político reducionista sobre as verdadeiras causas do aumento da criminalidade violenta, cujos efeitos nutririam preconceitos e indiferenças. Assim, a saída apresentada pelo distanciamento físico e psicológico impostos pela *autosegregação* ilustraria meramente:

[...] uma solução escapista. Representa uma fuga e não um enfrentamento, muito menos um enfrentamento construtivo. Como tal, não passa de uma pseudo-solução. Se, de uma parte, os “condomínios exclusivos” prometem solucionar os problemas de segurança de indivíduos e famílias de classe média ou da elite, de outra parte deixam intactas as causas da violência e da insegurança que os nutrem. Pior: no longo prazo, colaboram para deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade, sob determinado aspecto. (SOUZA, 2008, p. 73)

Nesse sentido, Sá (2007) alerta que “o medo urbano”, ao manipular símbolos como norma e vice-versa, além de revelar-se nas paisagens, em que o “novo panorama geográfico da violência e do medo perpassam por elementos econômicos, políticos, culturais e, sobretudo, territoriais a sua fixação” (SÁ, 2007, p. 13), também expressaria uma profunda queda da qualidade de vida urbana, especialmente para a grande parcela pobre da população, pois, a outra face desse processo socioespacial se materializaria nas periferias, territórios, geralmente com poucos recursos disponíveis, onde a barbárie seria banalizada e o descarte da vida humana se tornaria cotidiana para aqueles indivíduos considerados socioeconomicamente redundantes ou renegados². Segundo Sá (2009), seriam refletidas, nas formas socioespaciais, uma lógica instrumental correspondente a um processo excludente, responsável por retroalimentar não apenas a incivilidade ou a barbárie entre os cidadãos, mas marcaria inclusive:

[...] uma consciência, uma significação geográfica natural de que a soma de partes fracionadas como os shoppings, condomínios fechados, favelas, significam o todo histórico socioespacial como destino traçado, quando na realidade são engrenagens de um processo de uma razão histórica perversa [...] (SÁ, 2009a, p. 41).

Souza (2008) também adverte que, dentre as várias instâncias que permeiam o processo de fragmentação espacial nas grandes metrópoles, a formação nas periferias de enclaves territoriais controlados por traficantes de varejo trata-se de um tema complexo,

² Para maiores esclarecimentos sobre o contexto socioespacial vivenciado por extratos, vitimados pela criminalidade violenta, ver Sá (2007, p. 19).

compartilhado por várias das áreas pobres das cidades brasileiras (SOUZA, 2008, p. 51-54). Constata-se que, mesmo havendo uma interface intraurbana entre a periferia e o centro, o contato territorial estabelecido obedeceria a uma logística comercial entre fornecedores e consumidores de drogas. Desse contexto, emerge “uma cidade cada vez mais segmentada por poderosas fronteiras visíveis e invisíveis, ilegais em grande parte. Fronteiras seriam estabelecidas com a finalidade de controle espacial [...]” (SOUZA, 2008, p. 59). Desse modo, é derivado um amplo panorama de conflitos, arbitrariedades e atrocidades em territórios comandados pelo crime.

Ainda segundo Souza (2008, p. 57-58), diante dos reflexos socioespaciais ancorados sob o domínio de um “poder paralelo”, em meio às várias disputas pelo controle territorial, derivadas da luta entre grupos rivais de traficantes ou com a polícia, a violência, no subúrbio, torna-se ainda mais ousada pelo incremento de práticas de extorsões e de esquemas de corrupção. Sendo assim, o quadro dramático de coerções arbitrárias, que oprime os moradores das periferias, não desafiaria apenas o poder operativo do Estado, mas estabelece e representa uma séria ameaça para a fruição de direitos políticos e civis do próprio cidadão. Dessa forma, seriam estabelecidas regras e normas que, “[...] acima de tudo, visam ao controle do comportamento e dos movimentos dos moradores com o fito de garantir a segurança dos negócios” (SOUZA, 2008, p. 68). Segundo o autor, nas periferias pobres, onde a presença do Estado passa ao largo de se manifestar em defesa dos cidadãos, torna-se comum o uso da “lei” do silêncio como norma garantidora de preservação da vida humana nos territórios do tráfico.

Análogo ao desenvolvimento de estudos sobre a constituição de territórios sob o domínio do medo, pelo crime em periferias pobres brasileiras, Adorno (1988, p. 29), Misse (1995, p. 33) e Zaluar (2004, p. 245) advertem para a importância de se evitar a reprodução de discursos estereotipados e tendenciosos sobre aspectos do dia-a-dia das comunidades de baixa renda, que possam fundamentar uma ideia determinista do local, em que se justificaria a estigmatização de segmentos desassistidos da sociedade, no sentido de identificá-los como sendo a origem das “classes perigosas”.

Ainda, conforme Zaluar (2004, p. 253-256), se o contexto político que emana do Estado Democrático vigente elenca uma noção de equidade e justiça social, o retrato das periferias metropolitanas brasileiras, explicitamente encontradas sob a forma de mocambos, palafitas, invasões, favelas, entre outras comunidades de baixa renda, demonstraria um terrível contrastante social a ser suplantado pela sociedade. Assim, a concentração de explicações que associam a violência urbana às condições de vulnerabilidade extrema provocada pela precariedade estrutural de vida de grande parte da população pobre,

demonstraria, na verdade, “[...] um claro viés que reforça a discriminação contra os pobres, tanto nas instituições encarregadas de reprimir o comportamento considerado criminoso, quanto no imaginário da população em geral” (ZALUAR, 2004, p. 257).

No tocante aos processos de subjetivação e de construção de representações sociais do medo e da sensação de insegurança, Melo (2010, p. 137) alerta para o papel insidioso ocupado pelas informações veiculadas pela imprensa sobre os espaços urbanos. Partindo da concepção de que os discursos construídos pela mídia, a cerca da ação humana violenta, inspirariam um medo coletivizado, por meio de uma percepção de perigo iminente entre os indivíduos, a supracitada autora pondera que a gravidade atingida pelo medo da violência urbana seria, em alguma medida, “uma variável determinada pelo discurso jornalístico sobre o crime violento” (MELO, 2010, p.139), uma vez que o status de urgência no debate público, alçado pela insegurança, dependeria da sua visibilidade atingida e compartilhada pela imprensa.

Segundo Melo (2010), o quadro redundante da exposição massiva de experiências do medo, decorrentes do contato indireto de informações mediadas por narrativas produzidas pela imprensa sobre o espectador/cidadão, acarretaria um fenômeno denominado de trauma cultural do medo, gerado por meio de um pânico partilhado sobre a gravidade de ameaças incorporadas pela comunidade. Dessa forma:

Este medo não é preciso ou objetivo, é uma sensação constante e persistente de mal-estar, constituindo-se num fenômeno social na medida em que não é pertinente a uma indivíduo, mas ao coletivo que se une contraditoriamente pela busca do isolamento, pela falta de confiança no outro, pela incerteza e pelo pânico. Tudo isso leva a soluções objetivas de proteção contra grupos específicos – pobres, moradores de favelas, negros – e que podem resultar em ações neuróticas que estimulam linchamentos, torturas e espancamentos. (MELO, 2010, p. 140)

Para a autora, a ocorrência dos crimes violentos seria transmitida e mantida na lembrança pelo estabelecimento narrativo dos meios *carrier groups* - “grupos de pressão que têm missão de perpetuar a memória coletiva de um segmento social ou sobre episódios traumáticos ou relevantes relativos a eles” (MELO, 2010, p. 24). Esses *grups seriam* compostos por instituições sociais, partidos políticos, entidades de classe, de gênero e étnicas, nações e Estados. E, seria “através dos meios de comunicação, clama-se por impor um episódio como relevante e o que significa para determinada coletividade” (MELO, 2010, p.74). Dessa forma, a noção de trauma cultural, social ou coletivo está baseada no pensamento *sartreano* de que a emoção seria uma estrutura organizada e descritível, foi desenvolvida principalmente pela sociologia e a antropologia, que

pressupõe que alguns episódios são traumáticos para grupos e não apenas para o indivíduo em particular, submetidos à circunstâncias tão terríveis que deixam marcas em suas consciências para sempre, modificando seus futuros de um modo definitivo (MELO, 2010, p.68).

Para Sábato (1993), num mundo, cuja lógica mecanicista avança, torna-se cada vez mais comum a construção simbólica de inimigos, a partir da dissolução de vínculos solidários e da banalização de hostilidades entre as pessoas. Todavia, o supracitado autor nos alerta que, apesar de seus extensos rebatimentos socioespaciais, os vários aspectos conflituosos e paradoxais, contidos nos descaminhos assumidos pela sociedade, não poderiam destituir o homem de sua condição humana, afinal “o homem não é um mero animal, mas também espírito, jamais podendo ser, portanto, algo totalmente inumano.” (SÁBATO, 1993a, p. 111). Tão pouco, pode-se deduzir que as variáveis socioespaciais contenham unicamente um fio condutor histórico responsável por uma progressiva desumanização das sociedades tecnológicas, mas, esta seria fruto de um complexo projeto geopolítico difundido globalmente.

Assim, tendo em vista a amplitude que o debate sobre a violência reúne nos ambientes urbanos, torna-se plausível relacionar as possíveis contribuições que a Ciência Geográfica pode fornecer na compreensão de problemas do mundo atual. Sobretudo, entendendo que em sua maioria, os mesmos constituem fortes elementos territoriais, percebe-se o quanto o “olhar geográfico”, sobre questões que comprometem a melhoria da qualidade da vida nas grandes cidades, torna-se insubstituível para a elaboração de alternativas de entendimento ou ajustes da realidade urbana. E é por estar inserida ou se manifestar no contexto urbano que o fenômeno da violência, mesmo que *a priori* não sendo foco central de pesquisas geográficas, torna-se uma questão emergente, para os geógrafos da atualidade, ao passo que não se constituindo empecilho operacional, antes seu estudo analítico encontra-se viabilizado pela natureza “metodologicamente heterogênea” da Geografia (GEORGE, 1972, p. 8-9).

Nesse sentido, o próprio George (1972) esclarece que a elaboração de teorias espaciais, sobre “fenômenos de interesse geográfico”, torna a interdisciplinaridade um fator indispensável para o desenvolvimento da pesquisa geográfica “pela aproximação com outras disciplinas”. Andrade (1989, p. 21-22) enfatiza que, da interação entre as várias áreas científicas do conhecimento, se promoveria não apenas o incremento do saber geográfico, mas esse processo estaria atrelado ao desenvolvimento simultâneo da Ciência.

Portanto, as interfaces geradas, a partir da percepção intelectual de fatos voltada para o estudo da geografia do medo e da violência, aqui proposto, fazem do método geográfico um exercício reflexivo mais amplo de ponderação sobre o mundo em que vivemos. Passando a

integrar o entendimento de que o espaço geográfico produzido “[...] é solidariamente uma explicação da condição humana [...]” (GEORGE, 1993, p. 13). A análise socioespacial sobre a violência urbana situa-se num cenário de intenso diálogo com outras disciplinas. Cujas contribuições compartilhadas, além de resultarem na superação de fronteiras epistemológicas, implicam no enriquecimento do debate. A interdisciplinaridade torna-se um caminho essencial, dentro da apreensão da problemática em questão, analisada conjuntamente em intercâmbio com outros elementos que compõe o mundo numa visão de totalidade. Santos (2004) acrescenta que:

uma interdisciplinaridade que não leva em conta a multidisciplinaridade de aspectos com os quais se apresenta aos nossos olhos numa mesma realidade, poderia conduzir à construção teórica de uma totalidade cega e confusa, incapaz de permitir uma definição correta de sua parte, e isso agravaria, ainda mais, o problema de sua própria definição como realidade total (SANTOS, 2004, p. 141).

Vale salientar que, pertinente ao contexto interdisciplinar da pesquisa, o conceito filosófico de totalidade empregado pelo método geográfico, corresponde a um abrangente instrumento empírico e conceitual de explicação da realidade, passível de ser apreendida, por meio de sua relação dialética entre as partes interdependentes que o compõem e, simultaneamente, formam a unidade terrestre. Contudo, a escolha de tal perspectiva de análise geográfica não se trata de um mero somatório impreciso de secções do espaço, mas do entendimento das imbricações (entre o real abstrato x real concreto) que integram um sentido de completude do mundo, produto em movimento. Essa abrangência corresponderia a uma tentativa da análise geográfica de estabelecer uma visão totalizante e não estática do mundo, cujos processos abarcados estão sempre convergindo para uma relação efetiva entre a Totalidade-Mundo e os Lugares. Nesse sentido, concorda-se que:

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é do que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes. (SANTOS, 2002, p. 115)

Assim, a noção de Totalidade, renova e permite compreender o espaço geográfico no contexto de barbárie atual, não apenas como receptáculo, mas como dado ativo, pelo qual o homem está presente. Em contrapartida, cabe reconhecer que discuti-lo empiricamente, por si só, seria insuficiente, sendo necessária, para o aprofundamento dessa leitura, a aplicação das seguintes categorias analíticas:

[...] Forma, função processo, e estrutura devem ser estudados concomitantemente e vistos na maneira como interagem e moldam o espaço através do tempo. A descrição não pode negligenciar nenhum dos componentes de uma situação. Só se pode compreender plenamente cada um deles na medida em que funcionam no interior da estrutura total, e esta, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes (SANTOS, 1985, p. 52).

Santos (1985, p. 52) acrescenta que tomadas separadamente, tais categorias representariam apenas perspectivas limitadas e parciais da realidade, resultando em abordagens arbitrárias do mundo. Consequentemente, incompatíveis com o quadro explicativo e sistemático sugerido pela investigação geográfica. Uma vez que o exercício interpretativo de fenômenos entre sociedade e espaço (socioespaciais) apresentam complexas peculiaridades, torna-se necessário uma base teórico-metodológica sólida capaz de fornecer, de forma coerente, não apenas uma síntese, mas uma linguagem própria a partir da província do saber geográfico.

Assim, o entendimento sobre as categorias de análise geográficas, emerge como um conjunto de importantes mecanismos de interpretação sobre a realidade, em constante processo de transformação. Sua aplicação indissociável pretende não apenas analisar os aspectos físicos de uma cidade, mas busca inclusive, uma ampla aproximação sobre as sutilezas que compõe as “intensionalidades” representadas em cada objeto disposto em determinado tempo histórico de uma dada sociedade (SANTOS, 1996, p. 17).

A análise em conjunto das categorias geográficas representa um esforço conceitual e concreto de compreender a realidade de forma mais aprofundada e menos descritiva dos fenômenos que a compõe. Sendo assim, torna-se importante conceituar cada delas:

A *forma* é o aspecto visível apresentado numa determinada paisagem. Representaria um esforço analítico sobre todos os objetos que compõe o espaço, e que interagem entre si.

A *função* seria toda a atividade humana exercida ou mediada pela forma. Ambas, forma e função estão diretamente atreladas, pois o sentido da função preexiste na forma e vice versa, na medida em que um objeto não subsistiria sem uma função determina.

Enquanto que a “estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção” (SANTOS, 1985, p. 50). Ou seja, ao se analisar determinada estrutura espacial, também deve ser considerada sua relação com as demais, não dispensando seu envolvimento com a dinâmica social pertinente a cada lugar. Assim, sua análise resultaria na explicação de “[...] um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes” (SANTOS, 1985, p. 17).

E, por fim, o *processo*, seria uma categoria relacionada ao estudo das dinâmicas sociais. Visando compreender a condição histórica dos movimentos da sociedade e seus resultados cumulativos de transformações ao longo dos períodos históricos da humanidade, corroborativos da formação atual da paisagem (SANTOS, 1985, p.56).

A partir do contexto de desenvolvimento do Pensamento Geográfico, é possível acrescentar que foram, a partir de colaborações clássicas³ estabelecidas, por meio da realização de estudos descritivos dos aspectos sociais e naturais de lugares por onde passavam os filósofos pré-socráticos (naturalistas), elaboraram os princípios e as noções que auxiliaram na concepção do mundo contemporâneo enquanto “unidade em constante dinamismo”. Por meio deles, também foi introduzida a noção de correspondência e de solidariedade entre os fenômenos terrestres, cujo conceito ainda primitivo do Cosmos, tornou-se um meio estruturante sobre a discussão da noção de unidade entre os fenômenos. Seu significado representaria “uma totalidade organizada racionalmente, que só poderia ser descrito pela razão, levando a visualização de uma ordem, uma unidade e uma harmonia, onde coexistem uma multiplicidade caótica das coisas e acontecimentos.”(CAVALCANTI; VIADANA, 2010, p. 13)

Corrêa (2006, p.16) esclarece que a evolução do saber Geográfico implica na operacionalização de uma linguagem específica que corresponde a um esforço de teorização resultante de vários momentos de discussões inerentes a sua formação enquanto ciência.

Dentro do Pensamento Geográfico, empregam-se cinco conceitos fundamentais (paisagem, lugar, território, região e espaço), considerados específicos de seu método. Eles seriam capazes de sintetizar uma “objetivação” particular sobre o mundo, especialmente por aludirem às transformações provocadas pela ação humana na superfície da terra. Dessa forma, a aplicação desses conceitos, por meio da análise socioespacial da violência, efetivaria uma abordagem autônoma (sem prejulgamentos). A partir do processo de desenvolvimento do pensamento geográfico, a teoria organicista inspirada à luz do positivismo, do séc. XX, exigia que:

Os fatos geográficos deveriam ser visíveis, mensurados, observáveis e experimentados. A Geografia passa a ser considerada uma ciência que estuda o espaço num contexto de integração das relações existentes entre sociedade/ natureza. Suas pesquisas seriam realizadas por meio do emprego dos conceitos fundamentais de paisagem, lugar, região, território e de espaço, sendo este último, considerado o mais abrangente dentre as noções fundamentais para a análise Geográfica. (MORAES, 1999, p. 25-26).

Vale ressaltar que, embora o presente estudo evidencie com maior ênfase apenas dois desses conceitos: espaço e território (mais adiante aprofundados), mediante a complexidade

³ Sobre as principais contribuições do período clássico, ver Rodrigues (2008, p. 45- 46).

do problema, torna-se necessário também atentar para os demais conceitos. Para Corrêa (2006, p. 30), o conceito-chave de Lugar tem um significado de espaço vivido, ligado à experiência humana; e Território refletiria um processo de apropriação do espaço por um determinado grupo. Para Gomes (2006, p. 62), o conceito de Região deriva da materialidade resultante das interações realizadas entre ação antrópica e a natureza, também considerada, pelas formas distintamente localizadas, pela maneira que são realizadas. Santos (1996, p.61-62) distingue a Paisagem como um conceito que está relacionado diretamente aos sentidos humanos, a tudo aquilo que pode ser percebido e apreendido da realidade de determinado espaço; enquanto que o Espaço seria “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2002, p. 63).

Faz-se necessário destacar que, enquanto elemento operacional da análise sobre o recorte espacial intraurbano escolhido, utilizar-se-ão as concepções de Território/territorialidade sugeridos por Raffestin (1993, p. 144), cuja abordagem de um território quase sempre assumiria representações da manifestação de poder, elemento constitutivo de toda relação humana. Sua inscrição no espaço seria estabelecida por intermédio da ação conduzida entre os atores sintagmáticos, responsáveis por produzir as formas apresentadas pelo conjunto estrutural, em decorrência das relações de força, realizadas para o desenvolvimento ou produção do próprio território. Ou seja, o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.”. O resultado desse quadro de sistema territorial permite sintetizar imagens variadas da cidade, inclusive sobre a violência. Portanto:

As imagens territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território.
[...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’(RAFFESTIN, 1993, p.152).

Para Raffestin (1993), o poder assumiria duas nuances: a primeira plenamente identificável e concernente às manifestações exercidas, “por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. Este seria o poder visível, macio e identificável”. Contudo, o mais ameaçador corresponderia àquele “[...] que não se vê, ou que não se vê mais porque se acreditou tê-lo derrotado, condenando-o à prisão domiciliar.” [...] “Tornando-se perene, pois não é mais visível, é consubstancial com todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Entretanto, uma vez que a perspectiva socioespacial de abordagem se dispõe a identificar, no Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife - PE, alterações no cotidiano em consequência da sensação de medo e da criminalidade violenta, emprega-se uma concepção de territorialidade não apenas como uma mera “ligação com espaço”, mas busca-se compreender os detalhes que compõem os conteúdos que tecem suas relações de poder (simétricas e assimétricas), originadas numa “perspectiva tridimensional entre sociedade – espaço – tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Daí, ao longo do estudo proposto, mobiliza-se uma noção particularmente de territorialidade, pela qual se entende que no Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE:

[...] se reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial e por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas as relações são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Certeau (1994) desenvolve uma noção não reducionista das ações diárias e do exercício de poder, em que os detalhes contidos nas formas de convivência das cidades definem o verdadeiro papel transformador da realidade. Seria por meio das diversidades e simplicidades de gestos que se constituem nas ações mais ordinárias da vida diária que explicariam a criação de códigos que estabelecem os vínculos entre o espaço e os indivíduos no cotidiano. Portanto, cabe também, dentro do entendimento de investigação espacial do Bairro supracitado e sua relação com a violência e medo, indagar o cotidiano:

[...] porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram os seus funcionamentos por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano; contrárias por não se tratar mais de precisar, como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da ‘vigilância’ (CERTEAU, 1994, p. 41).

Bezzi (2004, p. 38-39), acrescenta que a construção de um arcabouço teórico-metodológico de investigação, por parte da Geografia, reflete a própria evolução histórica do homem desde tempos imemoriais, foram as contribuições acumuladas nos primeiros postulados constituídos pelo período clássico, resultando no progresso geral das ciências naturais contemporâneas. Dentre esses modelos teóricos que foram influenciados, podemos destacar o desenvolvimento metodológico dos processos de determinação do conhecimento

científico (dedução). Que refletem uma correspondência à leitura pragmática do mundo sugerida pelo positivismo, corrente filosófica que “comparava a superfície da terra como um organismo vivo”, da qual a proposta das leis que regiam sua compreensão eram as semelhantes daquelas circunscritas aos organismos vivos e empregadas nos estudos empíricos sobre o espaço até os dias de hoje (CAVALCANTI; VIADANA, 2010, p. 13).

Entretanto, ciente das complexidades operativas de uma abordagem geográfica sobre o fenômeno da violência urbana, não restrita apenas as determinações positivistas, resgata-se a definição sugerida por Santos (2002, p. 63) sobre o espaço geográfico, pela qual se busca atingir a interseção dos fenômenos sociais relacionados ao urbano. Trata-se de viabilizar a apreensão de particularidades englobadas na realidade, de acordo com uma leitura que vise entendê-las em suas diferenciações e dinâmicas próprias. Assim, o entendimento associado entre as práticas sociais (sensação de insegurança, isolamento e desconfiança) espacializadas, por meio da aparente proliferação de elementos físicos (grades, muros altos e cercas) repletos de intencionalidades, implica elaborar uma teoria espacial por intermédio de experiências locais sobre o fenômeno da violência. No entanto, cabe incorporar ao debate uma noção de violência X espaço urbano, capaz de expressar o ângulo pelo qual é proposto uma reflexão geográfica sobre o problema em questão.

Partindo de uma perspectiva crítica desenvolvida por Harvey (2004, p. 116-127), seria, dentro do próprio contexto geopolítico da crise estrutural dimensionada hoje, o cenário conflituoso de desigualdades e fragilidades sociais que intensificaria um conjunto de oportunidades condicionantes de profundas transformações da sociedade. Pensar a realidade paradoxal das cidades contemporâneas, conduziria dialeticamente à formulação de uma política progressista, alternativa e transformadora, apenas desenvolvida por intermédio de uma percepção ativista do cidadão, que, ao ser concebido enquanto um ser *uno* e parte constituinte do mundo, caberiam a tomada de decisão para a resolução de conflitos existentes na sociedade. Afinal, compreenderia ao homem, como ser autônomo, a capacidade de fazer suas próprias escolhas, pois não estando submetido a questões de cunho individual, seria apenas coletivamente, pelo exercício da cidadania, que se tornaria apto para mudar sua realidade, uma vez que seriam “arquitetos rebeldes” responsáveis pelo próprio destino e da “[...] própria sorte” (HARVEY, 2004, p. 309).

Harvey (1980, p. 174), em sua abordagem marxista, compreende o espaço urbano como um produto social, cujos aspectos democráticos deveriam ser estimulados e preservados, frente à tendência dos modelos mecanicistas e atomizantes de se produzir os espaços das cidades. Sendo assim, para Harvey, a cidade deve “[...] ser olhada como um

ambiente tangível, construído – um ambiente que é um produto social [...] Ela é construída com uma tecnologia dada e elaborada, no contexto de um dado modo de produção. O urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado, entre outras coisas, a uma certa divisão do trabalho e a uma certa ordem hierárquica de atividades, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante”.

Santos (2000, p. 53- 55) também reforça que, em larga escala, a reversão dos paradigmas que cercam os cidadãos, cada vez mais envolvidos num amplo quadro de incertezas e “perversidades” globalizadas, dialeticamente, desafiaria a sociedade para a construção de alternativas voltadas para o resgate de “espaços do cidadão”. A militância solidária constituiria os laços de fortalecimento entre as pessoas que intermediariam a integração das sociedades. Por essa via, se constituiria movimentos sociais articulados capazes de se sobrepor à violência e as formas atuais de fragmentação. Porém, resignificar as funcionalidades contidas nos espaços urbanos, no sentido de torná-los efetivos, para o exercício da cidadania, perpassa, inclusive, pelo entendimento autocrítico de que:

Cabe-nos, mesmo, indagar, diante dessas novas realidades, sobre a pertinência da presente utilização de concepções já ultrapassadas de democracia, de opinião pública, cidadania são conceitos que necessitam urgente de revisão, sobretudo nos lugares onde essas categorias nunca foram claramente definidas em totalidade exercida (SANTOS, 2000, p. 54-55).

Nessa perspectiva, faz-se necessário considerar que a análise do Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE, dentro do viés investigativo da geografia da violência e do medo, avança sobre o entendimento de que, por intermédio dele, encontram-se verdadeiras trincheiras de resistência locais frente ao amplo processo de descaracterização da essência cidadina (LEFEBVRE, 1991, p. 135). De acordo com tal concepção, considera-se a plena possibilidade de que emergiria da própria população as experiências cotidianas necessárias para composição de alternativas ou sugestões capazes de superar o acirramento de embates inerentes aos espaços urbanos, desde que, dispostos num contexto reivindicatório dos cidadãos sobre a discussão de melhorias da qualidade de vida.

Partindo de um período atual das cidades, especialmente marcadas por profundos conflitos pertinentes à supervalorização de uma lógica racionalista hegemônica, cujo interesse é otimizar o desempenho econômico em um projeto geopolítico de globalização baseado numa concepção pela qual

o abandono da ideia de solidariedade está por traz desse entendimento da economia e conduz ao desamparo que vivemos hoje, jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas da nossa vida: medo

do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro. Tal medo se espalha e se aprofunda a partir de uma violência difusa, mas estrutural, típica do nosso tempo, cujo entendimento é indispensável para compreender de maneira mais adequada, questões como a dívida social e a violência funcional, hoje tão presentes no cotidiano de todos (SANTOS, 2000, p. 58).

Ademais, outro aspecto relevante, sobre a questão da segurança como foco de pesquisas geográficas, revela-se pela possibilidade que o pesquisador detém em extrapolar as interpretações produzidas sobre a realidade urbana a partir de representações baseadas em médias estatísticas oficiais. O diálogo com espaço possibilita apontar, de forma pragmática, o resgate da funcionalidade de elementos espaciais, no sentido de contribuir efetivamente para o processo de inclusão social. Assim, a pesquisa geográfica vincula-se ao debate construído acerca das imbricações e paradoxos que vicejam na realidade das periferias, por intermédio da aplicação de conceitos e categorias de análises geográficas, no intento de compreender e analisar a dinâmica socioespacial que permeia o Bairro do Ibura de Cima (COHAB), Recife-PE.

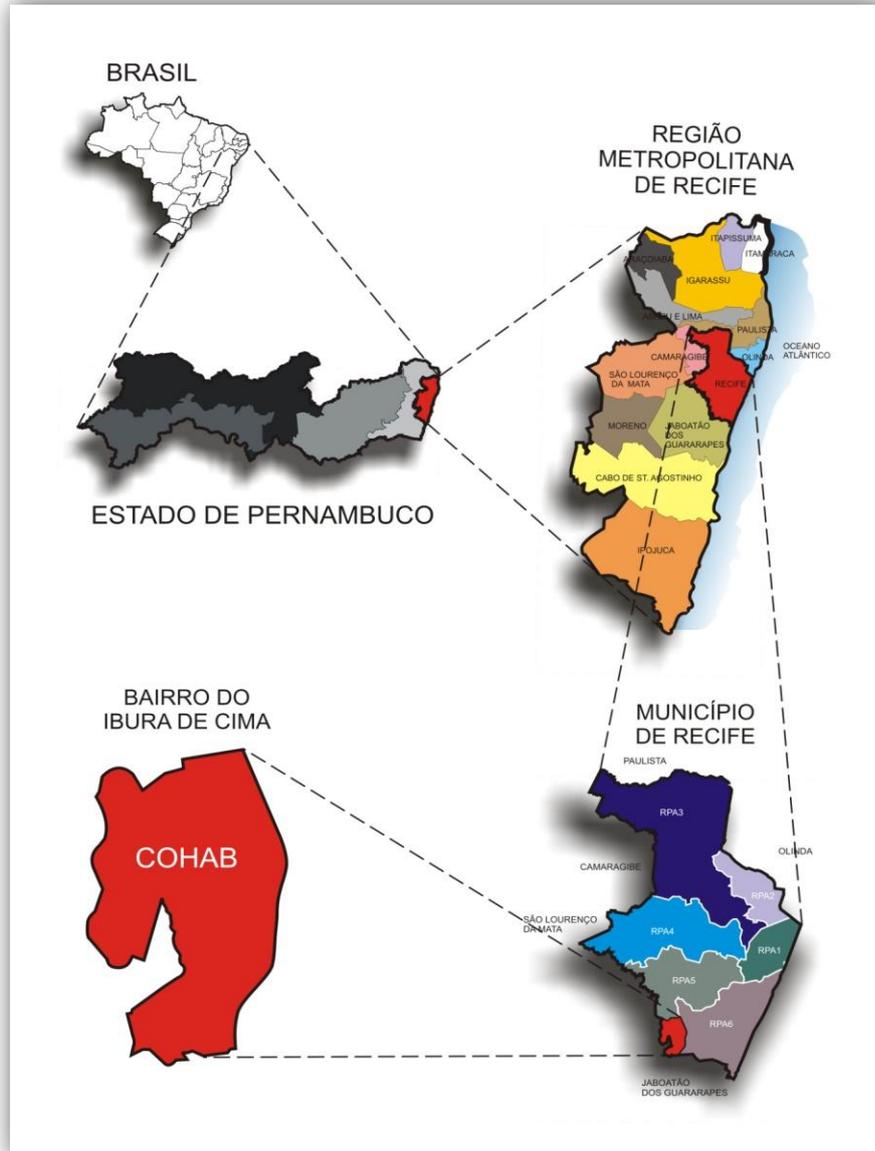
2.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA ÁREA DE ESTUDO

Situado na Região Metropolitana do Recife (RMR) (Fig. 1 e Mapa 1), o Bairro do Ibura de Cima (COHAB)- Recife, escolhido como objeto deste estudo, localiza-se na zona Sul da cidade, precisamente a microrregião 4.3 da Região Administrativa- RPA 6 (ver Mapa 1, p. 42), criada, a partir da Lei Municipal nº 16.293 de 22.01.1997, que divide o município em 6 Regiões Político-administrativas, onde cada uma delas subdivide-se em três microrregiões, que reúnem um ou mais dos seus 94 bairros, estabelecidas pelo Decreto Municipal 14.452, de 26 de outubro de 1988. (Mapa 2, p. 43). Etimologicamente, Bueno (1982) destaca que o nome Ibura tem origem tupi-guarani e significa “fonte de água”. Etimologicamente, poderia ser dividida em y=água e bura=brota, arrebenta ou borbulha.

Em relação a sua estrutura física, dispõe de um relevo predominantemente colinoso, posicionado a oeste da Rodovia BR -101, cujo traçado destacou ainda mais a distinção das áreas mais planas do bairro conhecidas como Ibura de Baixo. O relatório desenvolvido pelo Diagnóstico da ZEIS Ibura/Jordão - Recife (2001) salienta que o Ibura de Baixo possui um processo de ocupação ainda mais antigo, datado por volta de 1918, quando Sr. Luiz Felipe de Souza Leão cadastrou, não se sabe como, os terrenos, apropriando-se dos mesmos e, posteriormente, loteando-os para a venda. Sua paisagem apresenta unidades morfológicas maduras, susceptíveis ao risco de erosão e escorregamentos, especialmente provocados pelo

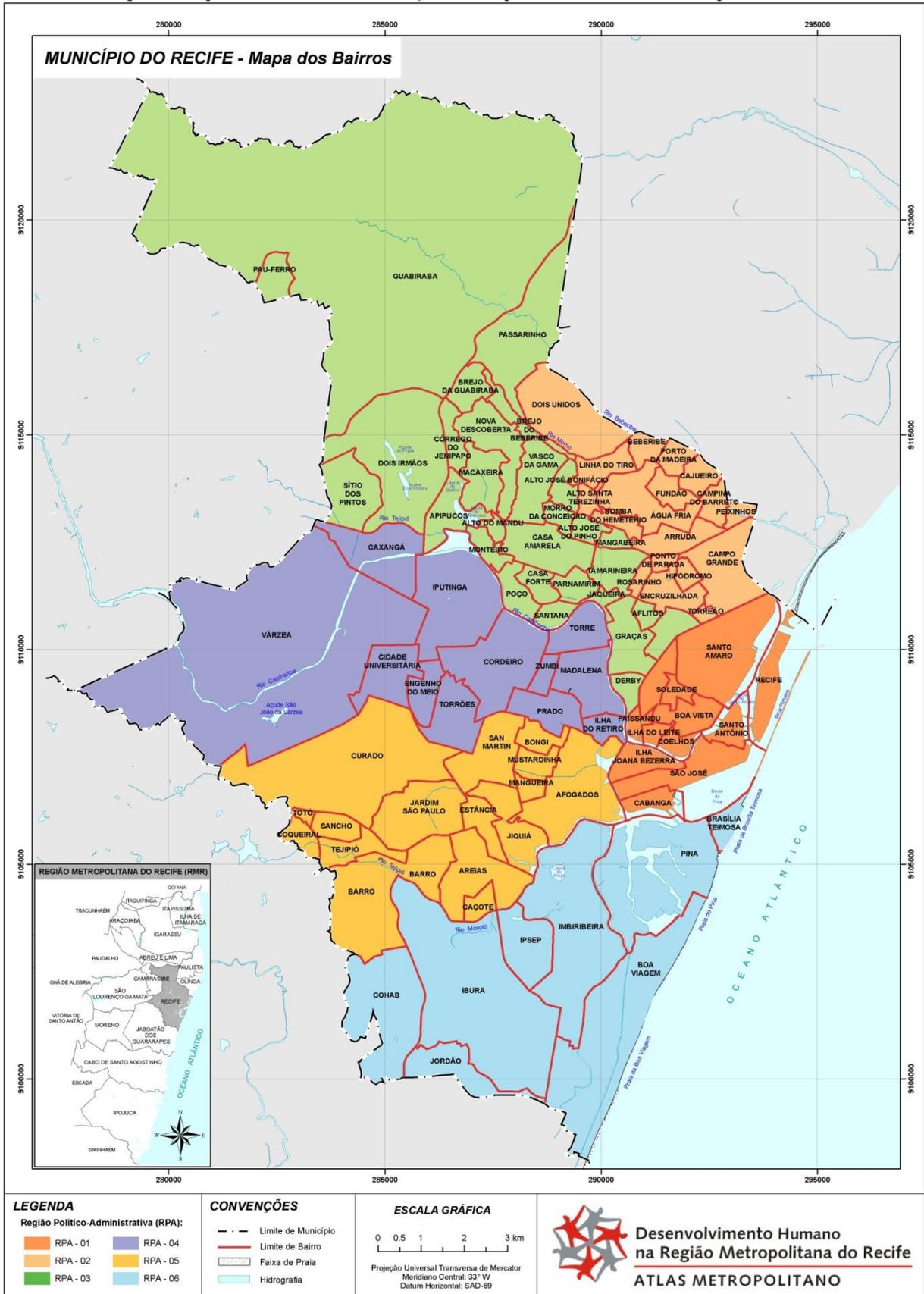
regime intenso das chuvas, típico do período entre abril e junho, e agravado pelo avanço do desmatamento de sua cobertura vegetal nativa, em decorrência da intervenção socioespacial do processo de ocupação.

Figura 1 - Localização da Cohab no bairro do Ibura, Recife – PE



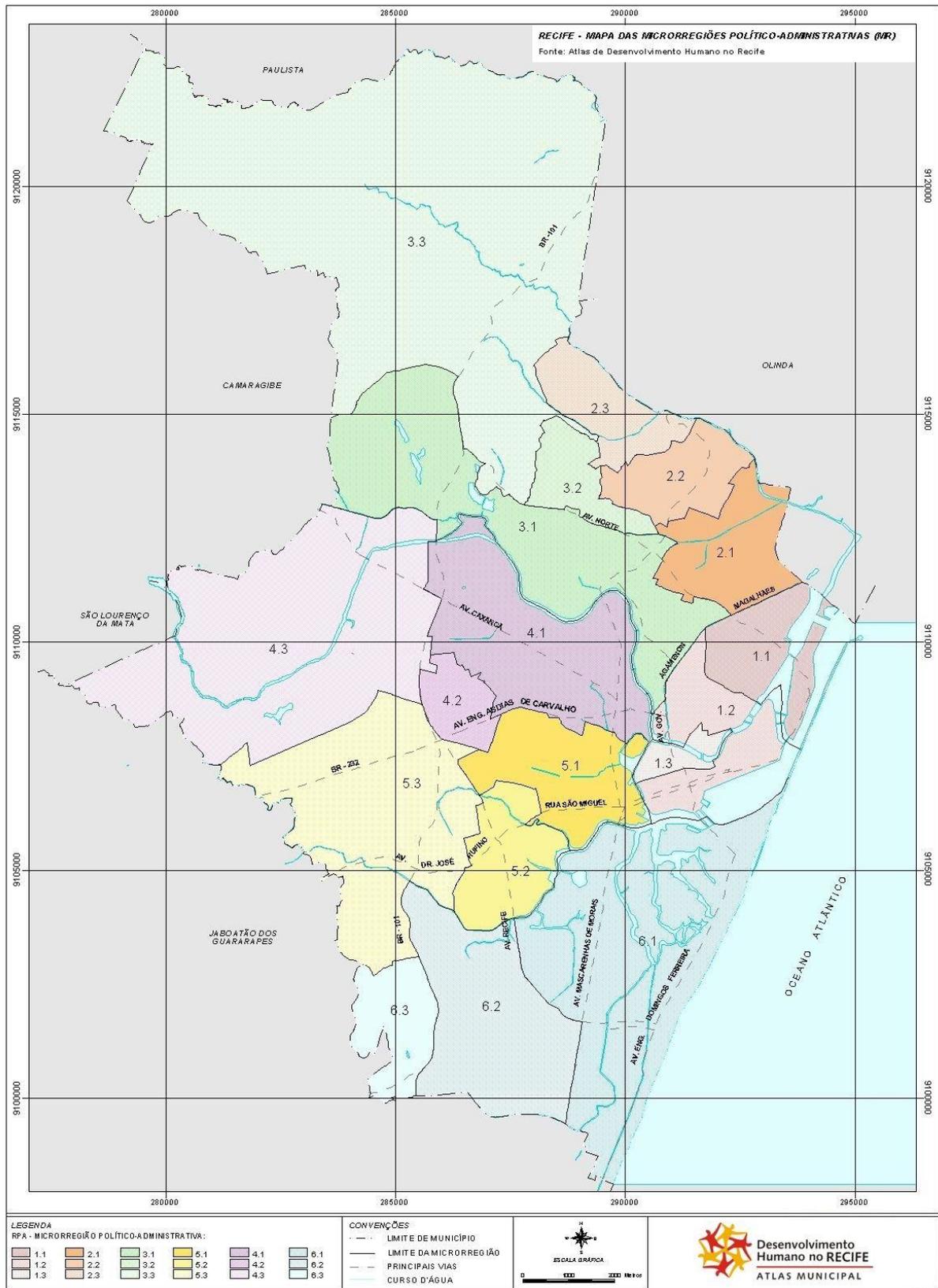
Fonte: Adaptado, do Atlas do desenvolvimento humano (2005), pelo autor desta dissertação.

Mapa 1 - Mapa dos bairros e identificação das respectivas RPA's do município de Recife



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2005.

Mapa 2 - Microrregiões político-administrativas do município de Recife



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2005

Andrade (1979) interpreta que a ocupação dos ambientes de morros do Recife remonta à própria construção histórica do Município, na medida em que remete as primeiras áreas ocupadas pelas classes abastadas do período colonial, com seus casarios e sítios reservados para a moradia e também resistência a invasores. Entretanto, ao longo do tempo, percebe-se uma profunda alteração desse cenário, principalmente entre as décadas de 1940 e 1950, quando os primeiros morros, localizados na zona Norte, passaram a abrigar a população carente e migrante, vítima do êxodo rural, ou aquelas expulsas de seus mocambos⁴, ambas sem condições de adquirir uma moradia mais cara em relevos planos. Somente a partir da década de 1960, os morros da Zona Sul também passaram a atrair a grande massa de desabrigados, vítimas das sucessivas inundações, em áreas alagadiças, da várzea do Rio Capibaribe.

O Bairro do Ibura de Cima (COHAB) foi destinado a absorver o contingente populacional de baixa renda, principalmente aqueles atingidos pelas enchentes na planície do Rio Capibaribe em 1966. Com suas matas praticamente intocadas, repletas de nascentes de água e encostas íngremes, abrigou, em seu território, a construção de vilas populares implantadas pelo Programa governamental da COHAB, denominadas de Unidades Residenciais- Ur's 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, e 12. Configurando uma abrangência territorial, entre a cidade de Recife e também Jaboatão dos Guararapes (Ur's 11 e 12). Contudo, vale esclarecer que delimitamos, como recorte para estudo, apenas a porção localizada no Recife, ou seja, a área concernente as Ur's 1, 2, 3, 4, 5, 10, ZEIS 5/Três Carneiros/ R. Francisco Vitoriano, Lagoa Encantada e Monte Verde. A implantação das ZEIS no território foi instituída, de acordo com o decreto de Lei nº15158/88 de 27/12/1988, deferido pelo então Prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, tendo como objetivo a regularização fundiária.

Ainda sobre os processos de ocupação estabelecidos na região, Scott (1996) adverte para existência de, ao menos, três modalidades distintas realizadas pelas comunidades do Ibura, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 - Ocupação das comunidades

Comunidades envolvidas	Processos
Ur's 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10 e 11.	Comunidades que foram construídas pela COHAB e cujos moradores foram selecionados, de acordo com as suas condições de arcar com as despesas da moradia ou com outros critérios excepcionais.

⁴ Bitoun (2000) distingue que seriam barracos ou conjunto de moradias desse tipo, construídos nos alagados estuarinos.

Três Carneiros, Dois Carneiros, Zumbi de Pacheco, e de boa parte do Ibura de Baixo: Deus é Amor, Mocotó, Vila do Sesi, etc.	Comunidades formadas, a partir da concessão ou venda de terrenos e casas, por proprietários, muitas vezes envolvidos em política.
Pantanal, Asa Branca, Vila dos Milagres, Alto dos Milagres, 27 de Novembro, Minha Deusa, Betel, Vila das Aeromoças, etc.	Comunidades ocupadas pelos próprios moradores nos interstícios deixados entre outras comunidades.

Fonte: Adaptado, de Scott (1996).

A dinâmica territorial também é bastante intensificada, devido a forte atração econômica exercida por outras áreas da cidade, tanto para o recrutamento de seus moradores, como mão de obra, quanto para suprir outras necessidades como a prestação de serviços. De acordo com o último Censo (2010), o Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife - PE ocupa 4,38% da capital e possui uma população residente de 67.283 mil hab., distribuídos numa área de 426 ha², perfazendo uma densidade demográfica de 157,94 hab/ha. Em seu território, está abrigada uma população considerada de baixa renda, não ultrapassando um rendimento nominal médio mensal por domicílios particulares permanentes de 1.020,00 R\$, conforme ilustra a Tabela 1.

Além de conservar uma aparência predominantemente residencial, seu território ainda abriga um grande aglomerado de equipamentos urbanos públicos necessário para a sobrevivência de seus moradores, dispondo de escolas públicas municipais e estaduais, praças, postos médicos e de policiamento, também sendo oferecida uma diversificada rede de comércios e serviços no bairro, como farmácias, lanchonetes, bares, armazéns de construção, mercadinhos, pequenos clubes, entre outros. Contudo, a população ainda carece de grandes investimentos e melhorias, em sua infraestrutura, inclusive sobre serviços básicos das comunidades relativos ao abastecimento de água, saneamento das moradias e, notadamente, o reforço dos serviços de segurança.

Tabela 1 - Valor do rendimento nominal médio mensal

RPA 6 Bairros/ Microrregião	Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes (R\$)				
			Situação do domicílio		
	Total	Com rendimento domiciliar	Urbana		Com rendimento domiciliar
	Total		Total		
Cohab	6.3	930,00	1 020,00	930,00	1 020,00
Boa Viagem	6.1	4 900,00	5 000,00	4 900,00	5 000,00

Ibura	6.2	910,00	1 000,00	910,00	1 000,00
Ipsep	6.1	1 720,00	1 850,00	1 720,00	1 850,00
Imbiribeira	6.1	1 130,00	1 210,00	1 130,00	1 210,00
Pina	6.1	1 020,00	1 020,00	1 020,00	1 020,00
Jordão	6.2	1 020,00	1 020,00	1 020,00	1 020,00
Brasília Teimosa	6.1	1 020,00	1 020,00	1 020,00	1 020,00

Fonte: Censo Demográfico (2010)

2.3 Procedimentos metodológicos aplicados à análise socioespacial do bairro do Ibura de Cima (Cohab) - Recife

Resultante dos debates aprofundados, durante as três edições do Congresso Internacional sobre as Geografias da Violência e do Medo, respectivamente realizados, entre os anos de 2008 a 2010, sob a orientação do então coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Prof. Dr. Alcindo José de Sá, o presente estudo reflete o amadurecimento da ideia de que o tema violência extrapola os limites setoriais reservados à questão da segurança pública, implicando num diálogo intenso com a sociedade, sobretudo com a população de baixa renda que mais sofre diariamente os reflexos da referida problemática. Por isso, a escolha de uma das periferias mais carentes da RMR para intermediar esse debate.

O interesse de selecionar o Bairro do Ibura de Cima (COHAB)- Recife, enquanto objeto empírico da análise geográfica encontra-se vinculado à possibilidade de estudar um recorte espacial que integra uma dinâmica socioespacial intensa da capital pernambucana, cujos seus agentes produtores revelam, por intermédio de formas específicas de apropriação do traçado urbanístico das ruas, pelo perfil autoconstruídos das habitações, nos processos de sociabilidades cotidianos e nos contrastes sociais apresentados na paisagem, mais do que demandas estruturais, mas seriam capazes de revelar dialeticamente alternativas de soluções. Portanto, as tentativas de aproximação da realidade territorial, por meio das noções e das categorias de análise do método geográfico, distinguiu-se numa pesquisa que subsidiasse contribuições propositivas à construção de um planejamento urbano, voltado para o resgate do espaço intraurbano coletivizado, no sentido de atenuar os efeitos das desigualdades e da exclusão social (SÁ, 2005).

Sendo assim, partindo da observação sobre a dinâmica socioespacial do recorte local estudado, definiu-se, para o presente estudo, o seguinte problema central: Ressaltar em que

medida a configuração da dinâmica intraurbana poderia instrumentalizar ou reproduzir, no território do Bairro do Ibura de Cima, Recife - PE, o estabelecimento do fenômeno da violência e o medo urbano.

Atrelada ao problema central, foram desenvolvidos mais quatro enunciados secundários, responsáveis por orientar teoricamente a escolha das variáveis metodológicas a serem analisadas durante o processo de realização da pesquisa. Sendo estabelecidas da seguinte forma: Como as contribuições obtidas, a partir da operacionalização conceitual entre espaço, território, violência e medo urbano, no contexto da pesquisa geográfica sobre o fenômeno da violência, poderiam fundamentar um debate interdisciplinar sobre aspectos geográficos atrelados à violência; Como estão identificados, na configuração socioespacial do Bairro do Ibura de Cima, aspectos que enfatizem o fenômeno da violência e a sensação de medo generalizado; De que forma a violência e o medo têm demonstrado alterações na dinâmica socioespacial estabelecida no território do Bairro e, por fim; O que evidencia as territorialidades desenvolvidas em escala local, no sentido de superar o contexto de violência e medo generalizado, dentro de uma sociedade fortemente fragmentada, etnicamente diversa e socialmente injusta.

Dessa forma, o objetivo geral proposto, para encadear as ações mensuráveis e passíveis de serem alcançadas pela pesquisa, é: Identificar, por intermédio da análise da configuração socioespacial do Bairro do Ibura de Cima, Recife- PE, sob o contexto das relações de territorialidades estabelecidas no espaço, o fomento de elementos locais capazes de reproduzir ou amenizar o estabelecimento de territórios da violência e do medo.

Ao passo que, os objetivos específicos elencados foram: Estabelecer um arcabouço teórico capaz de reunir contribuições interdisciplinares, a fim de aprofundar uma discussão conceitual sobre a violência e o medo urbano, analisada de acordo com a perspectiva e os princípios norteadores da pesquisa geográfica; Identificar, no Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE, aspectos materializados, na paisagem, que evidenciem uma ênfase socioespacial relacionada à construção de territórios da violência e do medo; Evidenciar as principais alterações decorrentes do estabelecimento dos territórios da violência e do medo sobre as relações socioespaciais desenvolvidas entre os moradores do Bairro supracitado; E, por fim, relacionar aspectos e implicações das territorialidades vivenciadas entre a população, que conduzam possíveis contribuições, no contexto das relações socioespaciais cotidianas, para disseminação de ações de natureza preventiva em focos de conflitos.

Por conseguinte, a hipótese adotada, como possível resposta para este trabalho, é: Embora o Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE, apresente aspectos, na dinâmica

intraurbana, de morfologias que instrumentalizam o fenômeno da violência, uma gradual sensação de medo e fragmentação entre a população, o desenvolvimento estratégico de protagonismos locais, visando o resgate de vínculos solidários entre os cidadãos, em espaços que valorizem a convivência, pode complementar a atuação preventiva de políticas públicas de combate à violência.

No tocante ao perfil metodológico adotado, durante a pesquisa, foram vivenciadas duas fases correlatas, mas bem definidas para sua elaboração, ambas atreladas à perspectiva e aos princípios atinentes da abordagem da Ciência Geográfica: A primeira concernente ao trabalho exploratório de campo, necessário para o reconhecimento amplo da problemática inserida no recorte estudado, sobretudo pela aplicação dos mecanismos de coleta de dados. Subsequentemente, a segunda fase, buscou construir um aporte teórico suficientemente consistente por ampliar, a partir da aproximação entre a teoria e a realidade, um debate fidedigno sobre o problema em foco.

Destarte, torna-se possível, também, detalhar que, abrangente ao método de elaboração da pesquisa durante o trabalho exploratório de campo, foram realizadas alternadamente três diferentes atividades complementares ao processo: A primeira consistiu no levantamento de bases teórico-metodológicas, envolvendo uma ampla pesquisa em dissertações, teses, livros, acervos cartográficos e iconográficos, Relatórios e Diagnósticos Ambientais, etc, (em Instituições públicas como Biblioteca Central da UFPE, EMLURB, Sec. de Saúde do Município de Recife, Comdepe/Fidem, etc), sobretudo buscando apoio documental, necessário para a escolha adequada dos procedimentos e instrumentos de coleta e análise dos dados, para o reconhecimento contextualizado da problemática, a partir de informações específicas sobre a dinâmica territorial, cujo interesse foi, posteriormente, analisá-las e discuti-las. Fundamentados no aporte conceitual e documental arrolado, foram produzidas as fichas dos questionários, sondagens e os roteiros das entrevistas aplicadas durante a atividade seguinte:

A segunda atividade concentrou-se no desenvolvimento da pesquisa exploratória sobre o recorte espacial. Buscou-se, inicialmente, implementar incursões, em órgãos públicos responsáveis por fornecer dados oficiais a respeito da evolução da dinâmica socioespacial do Bairro, bem como informações sobre seus índices de violência. Para tal, foram visitadas a Prefeitura Municipal do Recife, a Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (EMLURBE), a Coordenadoria de Defesa Civil do Recife (CODECIR), a Secretaria de Saúde Municipal, a Secretaria de Defesa Social do Estado, entre outras instituições. Outra parte relevante dessa atividade foi a aplicação e coleta dos questionários e das entrevistas, junto ao grupo pré-

selecionado de moradores e comerciantes do bairro. Concomitantemente, foram feitas visitas, em intervalos regulares de tempo (a cada duas semanas uma visita, em pontos previamente agendados para o reconhecimento estratégico das paisagens das UDH's), para a produção de registros fotográficos e análise *in loco* das dinâmicas socioespaciais estruturadas em cada território.

A terceira e última atividade está relacionada à execução dos procedimentos e instrumentos de análise dos dados, ligados, inclusive, à etapa de compilação/tabulação de dados e a produção de gráficos a partir das informações coletadas e ou pesquisadas. A partir desse momento, buscou-se examinar e discutir como os princípios empregados para a análise geográfica sobre o fenômeno da violência e do medo, no Bairro do Ibura de Cima, Recife- PE, poderiam incidir em possíveis contribuições a serem vinculadas a um modelo de prevenção contra a violência, voltadas para o resgate do direito dos cidadãos ao usufruto efetivo da cidade, obtido por intermédio da (re)qualificação de espaços da convivência no Bairro.

Sendo assim, o presente trabalho trata-se de um estudo qualitativo, cuja abordagem é descritiva e está organizado em duas etapas distintas de execução. A primeira etapa constituiu-se na pesquisa bibliográfica envolvendo monografias, dissertações, teses e livros, em conjunto com o levantamento documental de diagnósticos e relatórios técnicos, leis e projetos de governo, abarcando inclusive acervos cartográficos em atlas e registros iconográficos relacionados à área em estudo. Buscou-se, com isso, além de compreender, identificar e delimitar teoricamente o problema, selecionar de forma adequada as categorias de análise geográfica empregadas na pesquisa socioespacial. Em sequência, foram caracterizados aspectos socioeconômicos relevantes do Bairro do Ibura de Cima em relação ao Município. Para isso, se segue a elaboração do questionário de múltipla escolha e o roteiro das entrevistas semiestruturadas (ambos em apêndice), visando quantificar alguns aspectos qualitativos relevantes para a pesquisa. Ambos foram aplicados na etapa seguinte.

Dessa forma concomitantemente às visitas periódicas de caráter exploratório, em diversos pontos das UDH's, tornado possível a produção vários registros fotográficos sobre os aspectos da paisagem do Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE, também foram definidos os locais para aplicação dos instrumentos de coletas de dados, estabelecidas durante as duas visitas semanais em áreas distintas do território no primeiro semestre de 2012, entre os meses de março e junho.

Assim, foram aplicados 155 questionários, apenas um por domicílio, durante o segundo semestre de 2012, entre os meses de agosto e setembro. Cada um deles encerrava 25 questões de múltipla escolha, com espaços adicionais para possíveis complementos ou

comentários.

Após os contatos preliminares obtidos por meio do trabalho de campo nas comunidades, observou-se a necessidade de abordar distintamente duas parcelas de agentes sociais, identificadas de acordo com sua principal atividade exercida no Bairro. A primeira parcela identificada foi a dos moradores e a segunda de comerciantes, ambas integradas às UDH's (a seguir, explica-se melhor seu emprego para o detalhamento da área). Vale salientar que, embora o quantitativo do grupo entrevistado não permita estabelecer qualquer relação estatística dos habitantes, os dados obtidos, por meio de questionários e das entrevistas, possibilitaram compreender a opinião da população acerca do tema pesquisado, acessando espontaneamente particularidades das comunidades, assim, aferindo a real aproximação entre o fenômeno da violência e o desenvolvimento urbano, a partir do arcabouço metodológico da geografia.

No tocante aos critérios empregados para a seleção do público entrevistado, vale destacar dois requisitos básicos: indivíduos maiores de 19 anos de idade e que mantivessem vínculo residencial no bairro. Ambos os critérios escolhidos visam abarcar o conjunto de moradores que mantivessem maior vivência e reconhecimento sobre as fragilidades e as qualidades do território. Para a elaboração das perguntas, foram direcionados temas, conforme sua relevância para o estudo. Dessa forma, constituíram-se os quatro primeiros blocos, com cinco perguntas, e, por fim, um último bloco com seis. Assim, respectivamente, os temas foram agrupados, na seguinte ordem: o perfil socioeconômico do público; os meios de construção coletiva do medo e da violência; os níveis/perspectivas da sensação da insegurança; a incidência/tipos de aparatos de segurança adotados; a tipificação de comportamentos sociais exercidos pelos indivíduos, dentro do contexto estudado; e as principais condicionalidades socioespaciais para o medo.

Com o encerramento das atividades de campo, seguiu-se a etapa qualitativa da pesquisa, apoiada pela técnica da análise do discurso (Fernandes, 2008), o que permitiu agrupar e tabular os resultados apresentados, por meio de gráficos ao longo das análises. A partir de então, ao desvendar as particularidades que compõem uma realidade considerada de extremo perigo na capital, permitiu-se ir além das observações feitas sobre a dinâmica do espaço intraurbano e a violência.

Por fim, foi pela inferência dos dados investigados no território que se delineou algumas possibilidades propositivas a serem seguidas pelos gestores e planejadores públicos, no sentido de implementar uma resignificação de áreas considerados territórios do crime e da violência. Após elencar, na discussão, os conceitos norteadores de protagonismos locais,

segurança cidadã e na identificação de grupos considerados vulneráveis ou desfavorecidos na comunidade (basicamente jovens), iniciou-se a composição de argumentos apoiados nas vivências locais (participação popular em projetos sociais), que se vislumbrasse estratégias, junto ao Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife - PE, de viabilização do diálogo e da coesão social. O encerramento do trabalho enfatizou o desenvolvimento de mecanismos práticos de prevenção local na redução da violência em políticas públicas, focadas, por meio da revitalização dos espaços de convivência e no fortalecimento democrático do usufruto das potencialidades do Bairro supracitado, atividades que atuem sobre determinados aspectos das carências identificadas (corrosão dos laços solidários, isolamento, falta de diálogo, exígua participação popular nos processos decisórios) na análise socioespacial.

Vale salientar que, embora os moradores das comunidades desaprovem estarem relacionados ao tema em questão, as maiores dificuldades enfrentadas estão relacionadas à morosidade burocrática ou a não disponibilidade de dados mais específicos por parte das Secretarias de Segurança Pública do Estado ou Municipal. Contudo, grande parte do público se mostrou amigável e aberto aos diálogos, não apresentando maiores resistências. Antes, o interesse era no sentido de externalizar uma insatisfação com o rótulo de “um dos territórios mais violentos do Recife”. De fato, as entrevistas deixaram, no ar, a decepção com os líderes públicos, o que parece ter sido bem sintetizado, em várias das falas apresentadas, especialmente na seguinte frase: “[...] *estamos sozinhos, só temos promessa... o lugar é bom pra morar... e a violência é só mais um problema daqui...*”(sexo feminino, 45 anos, aposentada – UDH’ Lagoa Encantada e Monte Verde).

3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA E DO MEDO NO CONTEXTO DO BAIRRO DO IBURA DE CIMA (COHAB), RECIFE - PE

Partindo da necessidade de se estabelecer uma aproximação com a realidade pesquisada e a problemática em foco, foram realizadas várias incursões exploratórias, no recorte espacial do Bairro do Ibura de Cima (Cohab) – Recife, visando desenvolver uma pesquisa socioespacial fundamentada no contexto das UDH's, de forma que o cenário local de violência urbana pudesse ser aferido, sem, contudo, deixar de contemplar o conteúdo multidisciplinar das transformações presentes na paisagem.

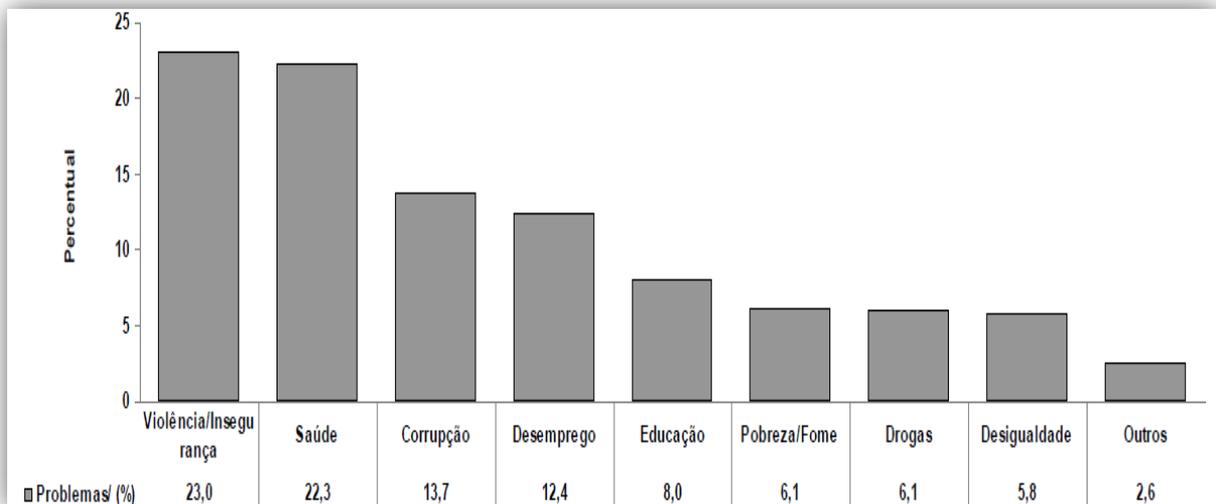
A discussão proposta sobre a relação da dinâmica populacional no bairro, a partir do contexto da geografia da violência e do medo, tem como objetivo geral situar a visibilidade que a questão da insegurança ocupa dentro do cotidiano da comunidade. O desafio representa uma tentativa de melhor entender a realidade do Bairro, como um espaço geográfico em constante transformação, e, portanto dependente de uma observação detalhada, sobre as formas de territorialidades expressas na dinâmica intraurbana, a fim de se obter um amplo quadro da interação entre os agentes produtores do espaço em escala micro. Visando apreender o papel ocupado por cada um deles no território, também foi possível gerar informações específicas da comunidade, úteis para a elaboração de um planejamento urbano que aborde efetivamente suas carências e dificuldades, e que, dessa forma, viabilize-se a redução do fenômeno da violência.

Ao buscar analisar, neste capítulo, o panorama de informações empíricas fornecidas pela população, constituído, acerca das discussões teóricas alçadas anteriormente sobre o tema da violência, possibilitou-se incrementar, na pesquisa, os aspectos mais relevantes apresentados pela comunidade. Ou seja, a partir da dinâmica urbana territorial, destacam-se, de forma abrangente, as características socioeconômicas do grupo entrevistado, o perfil das moradias e infraestrutura básica oferecida, os tipos de violências mais recorrentes na área, a incidência de aparatos de segurança e vigilância distribuídos ao longo do território, a percepção sobre a atuação do serviço policial, os tipos de hábitos decorrentes da forma de lidar com a violência, entre outros aspectos relacionados pelos moradores ao contexto de medo. Tudo isso mediado pelos depoimentos coletados, os registros fotográficos da paisagem intraurbana, os gráficos e as tabelas geradas da compilação dos dados obtidos durante as visitas exploratórias.

3.1 GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA E DO MEDO NO CONTEXTO GERAL DA POPULAÇÃO DA RMR

Quanto ao destaque ocupado, em escala nacional, pelas metrópoles brasileiras, torna-se quase impossível desassociá-las de um cenário de crise, especialmente caracterizado pelo aumento dos indicadores da violência e do crime. Tais aspectos das cidades atuais relembram que as promessas de melhorias estruturais e o resgate dos direitos democráticos, até hoje, não foram completamente alcançadas, ao longo da estruturação democrática no Brasil. Uma das consequências irrefreáveis desse panorama é constatada, a partir do momento em que a violência urbana torna-se uma questão relevantemente complexa, por encontrar-se particularmente disseminada sem exclusividade de extratos sociais, porquanto seus rebatimentos tendem a expandir-se desordenadamente e, visivelmente, contribuem “[...] para a deterioração das redes de controle social” (Misse 1995, p.31), e assim termina por ocupar a centralidade dos debates na agenda social (Gráfico 02). No Brasil, esse fenômeno se estabelece de forma enfática com a crescente e densa ocupação dos ambientes urbanos.

Gráfico 2 - Principais problemas do Brasil em %



Fonte: IPEA (2011)

Diante desse contexto, faz-se necessário destacar o papel da violência urbana e da conduta criminosa, a fim de evitar ambiguidades desviantes da realidade no Bairro pesquisado. Torna-se inadmissível considerar o emprego do termo “violência urbana”, como uma expressão reducionista, utilizada meramente como um sinônimo para o crime comum ou da violência generalizada:

Violência urbana” é, portanto, uma representação que interroga basicamente o crime comum, mas o foco de atenção não é o estatuto legal das práticas consideradas, e sim a força nelas incrustada, que é interpretada, como responsável pelo rompimento da “normalidade” das rotinas cotidianas, ou seja, da certeza sobre o fluxo regular das rotinas em todos os aspectos: cognitivos, instrumental e moral (MACHADO, 2008, p. 36).

Após o supracitado autor ter definido o conjunto de “práticas sociais” que concretamente compõem um tipo de sociabilidade basicamente caracterizado pela ilegalidade, não se deve perder de vista também que, especialmente, das periferias de baixa renda emergem um difuso entrelaçamento de comportamentos, que terminam por refletir complexos padrões de representação e interação coletivas. Sinteticamente:

[...] a conduta criminosa é explicada pelo seu baixo custo de oportunidade, em um tipo de interpretação no qual a formação dos componentes é vista como uma adaptação mecânica a condições contextuais, de modo que os criminosos seriam meros aproveitadores circunstanciais da desorganização do sistema de administração da justiça (MACHADO, 2008, p. 39).

Em escala estadual, as estatísticas demonstram que, entre os últimos três trimestres, do ano de 2011 e 2012, as Regiões de Desenvolvimento (classificação distribuída, segundo o perfil populacional concentrado no território pernambucano - Ver anexo A) acompanharam a mesma tendência decrescente, embora comparando os números do último trimestre de 2012, em relação ao mesmo período de 2011, observa-se uma estabilização dos números de vítimas. Confrontando os mesmos dados, também é possível constatar que a RD Metropolitana conserva o maior percentual de homicídios relacionados à CVLI em Pernambuco, obtendo um pouco mais do dobro de números de vítimas em todo o Estado.

Tabela 2 - Número trimestral de vítimas de CVLI, em Pernambuco, segundo regiões de desenvolvimento - 1º Trimestre ao 3º Trimestre 2011 / 1º Trimestre ao 3º Trimestre 2012

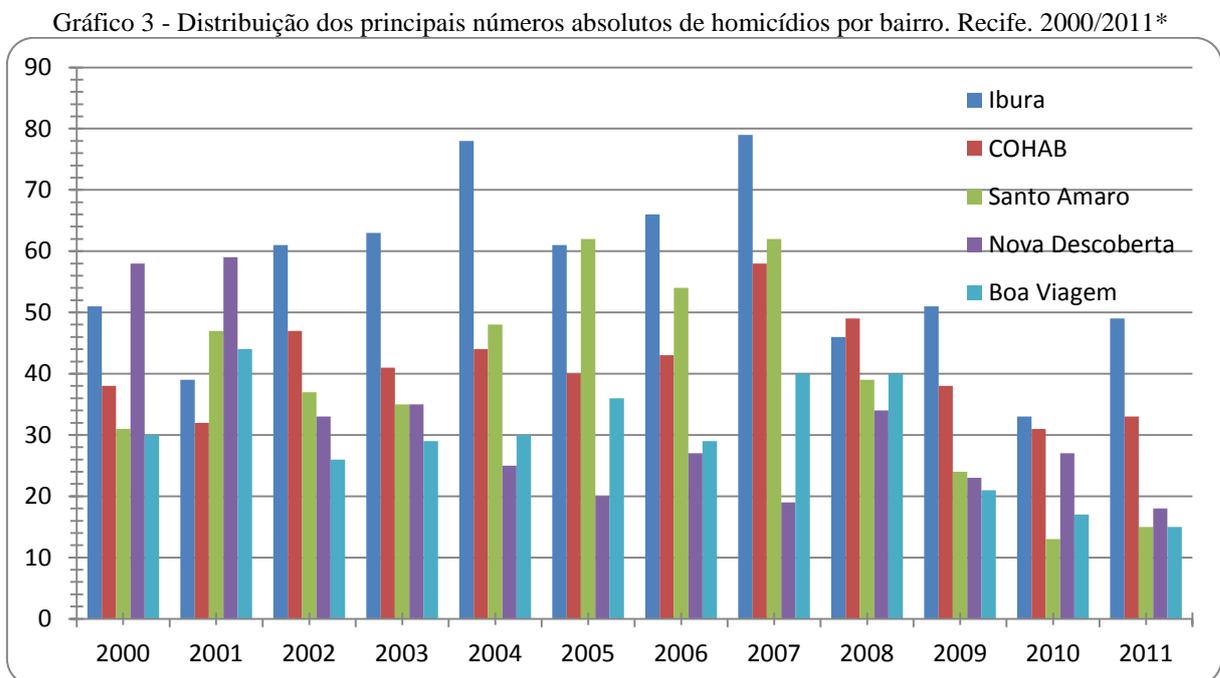
Regiões de Desenvolvimento	Vítimas de CVLI					
	2011			2012		
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim
Metropolitana	478	472	398	455	439	395
Mata Norte	58	48	49	66	47	52
Mata Sul	83	79	65	77	63	64
Agreste Central	106	117	100	86	89	96
Agreste Meridional	64	59	36	48	51	53
Agreste Setentrional	42	48	35	42	38	34
Sertão Central	12	13	6	10	14	3
Sertão de Itaparica	20	3	12	8	10	14
Sertão do Araripe	25	20	32	12	18	20
Sertão do São Francisco	36	27	28	26	26	23
Sertão do Moxotó	14	13	13	17	29	15
Sertão do Pajeú	18	20	14	18	11	21
Pernambuco⁽¹⁾	956	919	789	867	835	790

Fonte: Boletim trimestral da conjuntura criminal em Pernambuco (2012).

(1) Inclusive os CVLI ocorridos em municípios não informados.

Numa escala municipal, pode-se observar que, dentre os Bairros do Recife, situados numa janela temporal, entre os anos de 2000 a 2011, os números absolutos de vítima decorrentes de CVLI encontraram-se excepcionalmente concentrados em cinco bairros (Gráfico 3). Sendo, três deles, situados geograficamente na zona sul da cidade, a saber, Ibura, COHAB (Ibura de Cima) e Boa Viagem. Enquanto que os Bairros de Santo Amaro e Nova Descoberta encontram-se distribuídos pelo território da zona norte da cidade.

A partir desse contexto, os dados permitem estabelecer o *ranking* dos bairros recifenses com maior número de vítimas de homicídios. Vale salientar que, embora tenha experimentado também de certa redução de seus índices, é possível contemplar que os bairros do Ibura e COHAB se mantiveram quase na absoluta liderança dos últimos dez anos, exceto em 2001, 2004 e 2005, alternando respectivamente a liderança, ora na primeira e na segunda colocação com os Bairros de St. Amaro e de Nova Descoberta e, nas duas últimas ocasiões, com os Bairros de St. Amaro e da COHAB. Em termos proporcionais, observa-se que a queda do número de vítimas dessa estatística pode estar atrelada, em alguma medida, à implementação no Estado do Programa Pacto pela Vida.



Fonte: SS do Recife/DVS/GEPI/GOIMN/SIM

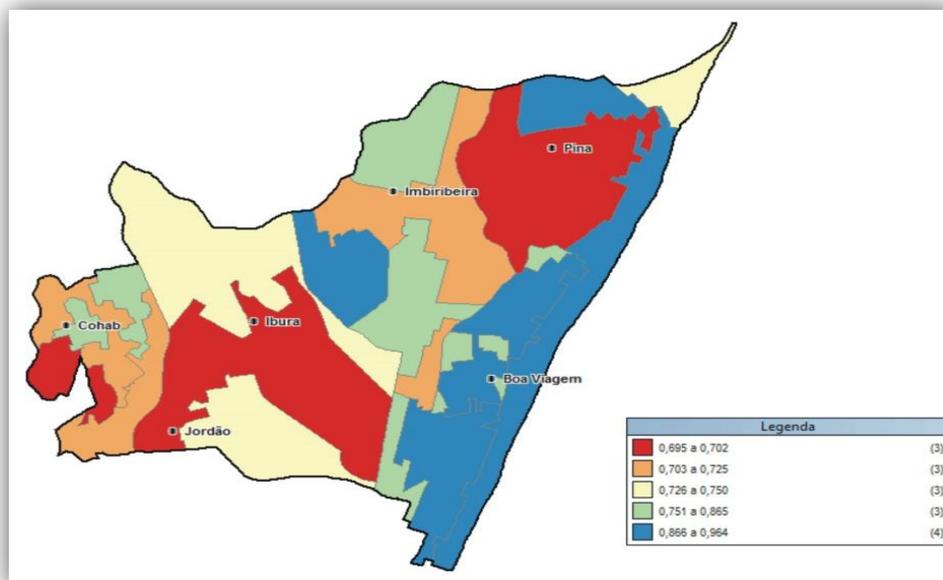
*Dados coletados até 03 de abril de 2012

Mediante os atributos e abordagens apresentados, será analisado em que medida as dinâmicas socioespaciais contidas no território do Bairro do Ibura de Cima- COHAB passam a contribuir na constituição ou na (in)existência das geografias da violência e do medo.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS UDH'S

O recorte espacial apresentado no Item 2.1 apoia-se na análise do contexto do bairro e os aspectos da subdivisão territorial adotada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano, do Recife (2005), denominada de UDH's (Mapa 3, p. 64), criada com a finalidade de estabelecer um perfil socioeconômico amplo do território, em que se acredita obter um quadro ainda mais específico da localidade, sem desarticular as fortes interações existentes com os bairros que estabelecem fronteira e confrontando os profundos contrastes sociais internos presentes no mesmo território (Fig. 2).

Figura 2 - Índice de desenvolvimento humano municipal- UDH⁵ da RPA6



Fonte: Adaptado do Atlas do desenvolvimento humano (2005), pelo autor desta dissertação

Com isso, a base para compreensão da dinâmica socioespacial das unidades residenciais populares⁶, numa abordagem que contemple aspectos espaciais responsáveis por delinear o estabelecimento de uma geografia do medo e da violência, analisa não apenas as morfologias paisagísticas da comunidade, mas busca compreender a realidade vivenciada pela população. Assim, averigua-se que, entre os domicílios particulares permanentes, o bairro abriga 67,80% concentrados em ZEIS ou outras áreas pobres (Quadro 2), apresentando recentemente uma leve queda da taxa média de crescimento anual da população.

⁵ Criadas com a proposta de caracterizar as áreas da cidade, identificando suas desigualdades sociais intraurbanas, desenvolveu-se como unidade básica para estudos territoriais a Unidade Espacial de Desenvolvimento Humano – UDH. (Recife, 2005).

⁶ Segundo a CONDEPE-FIDEM, a Ur-1 corresponde à primeira vila popular estabelecida, no Brasil, a cerca de 60 anos.

Quadro 2 - Situação da população e domicílios - 2010

	Pop.	Domicílios particulares permanentes
Total	67 283	19. 534
Morando em ZEIS e outras áreas pobres (AP)	46.607	12.121
Percentual morando em ZEIS e outras áreas pobres	67,70%	67,80%
Taxa média geométrica de crescimento anual entre 2000 -2010	-0,27%	—

Fonte: Censo Demográfico (2010)

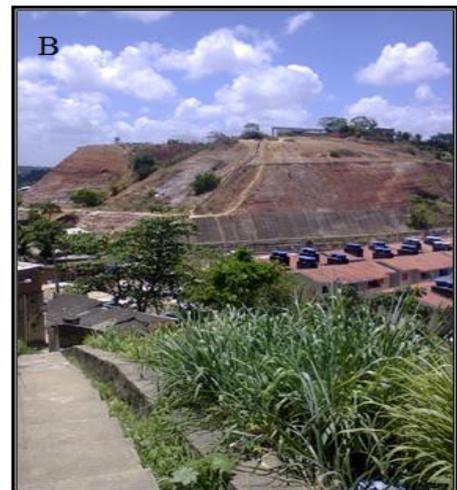
Embora, à primeira vista, a comunidade apresente uma paisagem (Figuras 3 e 4) característica de qualquer outro bairro dormitório, situada na periferia de uma grande metrópole, um olhar mais detalhado, sobre sua realidade revela profundos contrastes e dificuldades estabelecidos no território, responsáveis por eclodir um histórico de intensas reivindicações ao longo do seu desenvolvimento. Consequentemente torna-se possível identificar em cada uma das UDH's especificidades que distinguem a dinâmica populacional no território.

Observando a Figura 3-A, torna-se possível constatar o quanto o território encontra-se densamente ocupado, sobretudo por residências simples, distribuídas de forma não linear e com arquitetura adaptadas ao relevo colinoso do lugar. Na Figura 4-B, encontra-se registrada a tentativa de urbanização de uma das comunidades recentemente ocupada (27 de novembro) no Bairro, cujo local esta sendo implantada várias casas populares para absorver as famílias em situação de risco nos barrancos, expostas ao perigo de deslizamento, típicos em períodos chuvosos e foco da atenção do Poder público (Estado e Município).

Figura 3 - Foto Panorâmica Das UR'S (A)



Figura 4 - Foto Panorâmica Das UR'S (B)



A- UDH UR 4,5 e 10 / * B - UDH UR 1,2 e 3
Foto: Oliveira, 2012

Scott (1996, p. 101) acrescenta que, mesmo tendo surgido da pressão popular por habitação, Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE ainda não se encontra isento de uma série de deficiências infraestruturais, denunciadas na própria paisagem. De acordo com os aspectos das próprias moradias apresentados nas Figuras 5, 6, 7 e 8, torna-se possível relacionar a forma em que o planejamento do uso da área urbana tem sido estabelecido. O modelo, geralmente, autoconstruído das residências, a situação de risco das construções e as dificuldades de acesso, lembram o quanto as camadas expropriadas da sociedade ainda se encontram alijadas de processos mais amplos de inclusão dentro da cidade, e refletem, no espaço, um contexto de incertezas e inseguranças no bairro. Portanto, convém ampliar o entendimento de aspectos situacionais/ambientais do território.

Figura 5 - Contraste entre o perfil das moradias (A)



Figura 6 - Contraste entre o perfil das moradias (B)



Figura 7 - Contraste entre o perfil das moradias (C)

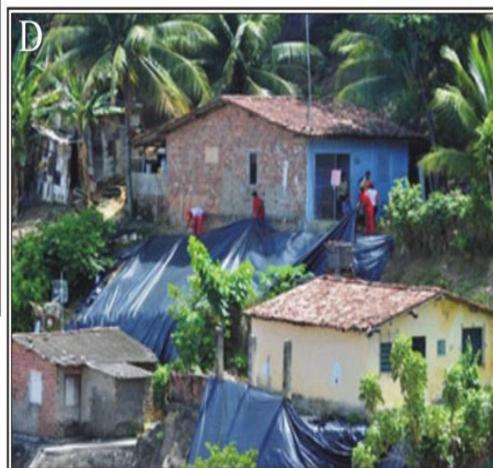
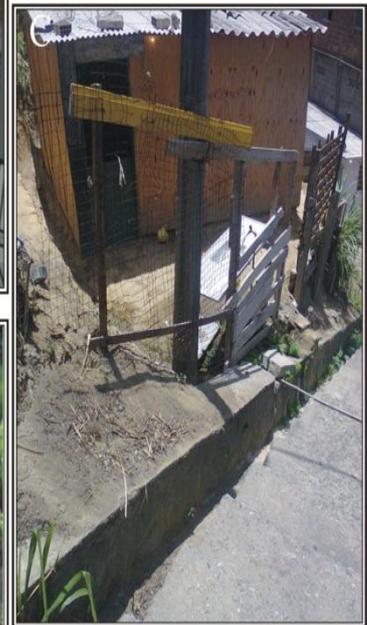


Figura 8 - Contraste entre o perfil das moradias (D) **Autor desconhecido

*A- UDH Três Carneiros / ** B e C- UDH UR 1,2 e 3 / ***D - UDH Lagoa Encantada
Foto: Oliveira, 2012

Sendo assim, busca-se descrever o quadro característico estrutural, a fim de enfatizar os elementos que corroboram, na composição da realidade investigada. Os números oficiais publicados pelos órgãos públicos (Prefeitura e Estado) denotam que a infraestrutura urbana do Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE vem melhorando, ao longo de sua implantação (Tabela 3), todavia, a comunidade ainda reivindica sérias melhorias no tocante à regularidade do abastecimento de água, especialmente, nas áreas mais altas que a estação elevatória da COMPESA; a pavimentação das ruas, em conjunto com o saneamento adequado de esgotos das residências, principalmente como complemento da drenagem de áreas de barreiras, vulneráveis à deslizamentos (Fig, 8 D), durante as estações chuvosas (abril/agosto). Segundo a CODECIR, esse fato faz com que o bairro da Cohab concentre várias áreas consideradas críticas de escorregamentos, em morros, principal resultado da ocupação realizada de forma irregular pelos moradores.No entanto, demonstram-se parcialmente as dificuldades assistidas pela comunidade.

Tabela 3 - Acesso a serviços básicos

Serviços	1991	2000	2010
Água Encanada	77,7%	84,9%	89,3%
Coleta de Lixo	70,8%	95,0%	97,9%
Energia elétrica	100%	100%	100%

Fonte: Censo Demográfico (2010)

Oficialmente o Plano Municipal de Saúde do Recife (2011-2013), no tocante ao uso gratuito de serviços de saúde, alega que sua disponibilidade obedece a um modelo de descentralização do setor, implantada de pela Secretaria de Saúde Municipal e Estadual, gerida segundo parâmetros nacionais estabelecidos pelo SUS. Os PSF's, a Policlínica/ Maternidade Arnaldo Marques e a UPA- Lagoa Encantada representam as principais unidades, junto à comunidade, e, administrativamente, estão vinculadas ao Distrito Sanitário RPA6, responsável pela implementação de políticas públicas, segundo a Divisão de Assistência à Saúde, Divisão de Vigilância Sanitária e Divisão de articulação Comunitária (Fig. 9, 10 e 11).

Com relação a violência, e de acordo com alguns depoimentos dos entrevistados, cenas testemunhadas de assaltos e pequenos furtos seriam comuns dentro das unidades de saúde, além de agressões físicas e verbais contra a equipe de profissionais, muitas vezes, desferidas pelos próprios pacientes ou acompanhantes. Tornando a violência um dado que

surge de forma impactante no cotidiano das unidades. Segundo outros relatos, o medo da violência desafiaria até mesmo o preenchimento do quadro de servidores.

Figura 9 - Unidades de saúde (A)



Figura 10 - Unidades de saúde (B)



Figura 11 - Unidades de saúde (C)

*A– UDH UDH Lagoa Encantada / ** B - UDH UR 1,2 e 3 / ***C – UDH Ur 4, 5 e 10 (Posto abandonado)
Foto: Oliveira, 2012

De acordo com as médias de baixa renda apresentadas no item 2.2, é possível compreender a grande quantidade de pequenos comércios, mercearias, armazéns, chaveiros e bares distribuídos, nas vias principais ou no entorno de praças em todo o território (Fig. 12, 13 e 14). A necessidade de incrementar as rendas familiares, diante das dificuldades do desemprego, certamente, impulsiona a produção espontânea, na paisagem intraurbana, de diversos núcleos comerciais. Além de aquecerem a economia e absorverem a mão de obra local, os pequenos e médios estabelecimentos comerciais prestam serviço de utilidade à comunidade, pois, ao facilitar a compra de vários produtos, democratizam seu acesso, antes dificultado pela distância. Outra característica marcante é a informalidade da maioria dos comércios, que, contudo, pela estrutura e diversificação, demonstram uma forte capacidade de empreender e investir, mesmo em uma realidade repleta de adversidades, principalmente atribuídas ao medo dos roubos e latrocínios recorrentes. Comerciantes reclamam da frequência dos crimes praticados em qualquer horário do dia ou da noite e, ainda, da

ineficiência e morosidade dos serviços policial/jurídico na resolução de muitos desses casos. Ambos os fatores anteriormente expostos, fundamentaram um discurso que justificaria a adoção crescente, no perfil arquitetônico dos comércios, de aparatos de segurança e vigilância, como, fachadas gradeadas e câmeras internas, tornando a violência um fenômeno relevante no cotidiano local.

Figura 12 - Pequenos estabelecimentos comerciais(A)



Figura 13 – Pequenos estabelecimentos comerciais (B)



Figura 14 - Pequenos estabelecimentos comerciais (C)

*A– UDH Lagoa Encantada / ** B - UDH UR 1,2 e 3 / ***C – UDH Ur 4, 5 e 10 (Feira da sulanca)
Foto: Oliveira, 2012

O acesso à educação é oferecido principalmente por uma diversificada rede de instituições públicas municipais e estaduais, que disponibilizam apenas cursos de Ensino Fundamental e Médio, distribuídas entre as UDH's, de acordo com o quantitativo e perfil etário de seus habitantes (Fig. 5). Embora, durante as visitas exploratórias, o sistema educacional oferecido não represente para população, a maior das dificuldades enfrentadas, pois se encontram bem distribuídos em seu território. Entre as questões mais relevantes do contexto escolar mencionadas, foram o reequipamento do mobiliário, o quadro de funcionários incompleto, a depredação das instalações e o aumento de casos de violência, relacionados principalmente ao consumo de drogas. Vale destacar que entre os reflexos da

insegurança na escola, citados anteriormente, a paisagem com grades, câmeras e vigias contribuem com a sensação de insegurança nas escolas do bairro.

Figura 15 - Unidades de ensino (A)



Figura 16 - Unidades de ensino (B)



*A– UDH Lagoa Encantada / ** B - UDH UR 1,2 e 3
Foto: Oliveira, 2012

Não há dúvidas que a violência é um tema recorrente à realidade local, em que os pequenos furtos, as agressões físicas, vandalismos, assassinatos, brigas, tiroteios e, em destaque, o tráfico de drogas compõem o quadro de insegurança entre os habitantes, tornando-se os argumentos mais empregados para justificar as fortes pressões coletivas, para ampliação de ações do poder público, relacionadas à prestação de serviços de segurança por parte da polícia civil (SCOTT, 2009). Dentre as reclamações mais ouvidas estão a morosidade no atendimento, a dificuldade de acesso, devido à distância entre população e as UDH's, em que estão situadas as delegacias ou postos policiais e a pouca eficiência desempenhada junto às resoluções solicitadas.

Atualmente, o reforço da segurança pública, na região, dispõe de duas delegacias, localizadas na UDH Três Carneiros e na UDH Ur 1,2 e 3 (Fig. 17, 18 e 19), que conta também com um posto policial de apoio. Nenhum dos prédios visitados dispõe de celas para detenção, sendo encaminhados, quando necessário, para a delegacia mais próxima no Bairro de Boa Viagem. A estrutura disponível, no Bairro da Cohab, oferece uma equipe formada por um delegado e um escrivão de plantão, duas viaturas com equipes itinerantes de 2 policiais. Entre os esforços, para a redução da violência, é possível destacar duas estratégias básicas, a de repressão e o controle dos focos de conflitos, acompanhados pelo Programa Patrulha do Bairro, monitoramento e prevenção da realidade da comunidade, por meio do Programa Polícia Amiga, além da atuação pontual com equipes de policiamento ostensivo, em praças e ao longo de ruas ou avenidas consideradas mais vulneráveis.

Figura 17 - Delegacias e posto policial na comunidade (A)



Figura 18 - Delegacias e posto policial na comunidade (B)



Figura 19 - Delegacias e posto policial na comunidade (C)

A e B– Delegacia e posto policial UDH UR 1,2 E 3 / * C - Delegacia UDH Três Carneiros

Foto: Oliveira, 2012

3.2.1 Breve descrição espacial das UDH's

UDH da Ur 1, 2 e 3: Possui 0,9 km² de extensão e tem uma densidade demográfica de 16.521,1 hab/km² (Recife, 2005), conserva, no seu histórico de ocupação, a construção da primeira vila popular do Brasil, voltada para atender às vítimas das enchentes, entre 1960 e 1970. Ainda é possível observar, em seu espaço intraurbano, casas unifamiliares (casas populares de pequeno porte) planejadas, de acordo com um projeto urbanístico, com arruamentos regulares e praças, construídas em áreas de morros, pela antiga COHAB.

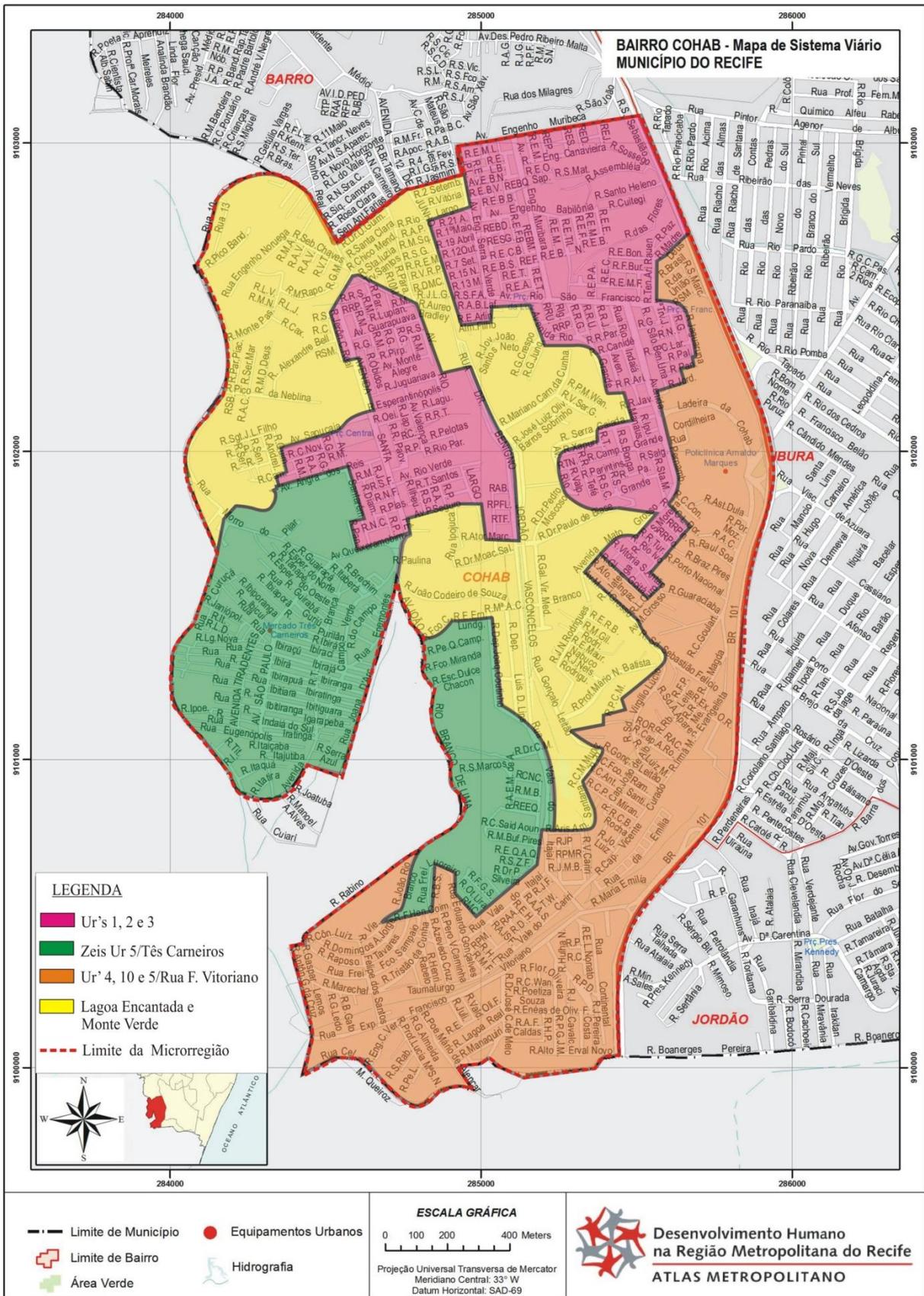
UDH de Ur5/ Três Carneiros: Possui uma extensão de 0,8 km², que abriga uma densidade demográfica de 21.377,9 hab/km² de (Recife, 2005). Em seu território colinoso, constituído a partir de loteamentos irregulares, nos interstícios entre as Ur's 2 e 5 e limites com o município de Jaboatão dos Guararapes, encontra-se áreas classificadas como ZEIS, por representar um adensamento urbano popular de baixa renda, cujas condições de vida merecem maior atenção de programas públicos e ainda tem, como agravante, o eminente risco de

deslizamento, em vários pontos de encostas, sobretudo, durante o período chuvoso, tornando-se um território de monitorado constantemente pela CODECIR.

UDH de Lagoa Encantada e Monte Verde: Dispõe de um território com cerca de 1,2 km² e uma densidade demográfica de 14.484,0 hab/km² (RECIFE, 2005). Localizada, em áreas de encostas próximas ao Canal da Lagoa Encantada e na comunidade reconhecida, como Monte Verde, caracteriza-se em mais uma das áreas de risco de desabamentos da região metropolitana, desde 1970, quando começou abrigar a vítimas das enchentes, ainda permanece em contínuo processo de ocupação desordenada. Todo território encontra-se situado em Zonas de Interesse Social.

UDH UR's 10, 4, 5 / R. Francisco Vitoriano: Encontra-se situada às margens da Br 101 e abrange um território de 1,3 km² com uma densidade demográfica de 15.423,4 hab/km² (RECIFE, 2005), destaca-se por apresentar, na paisagem, um misto de vilas construídas em diferentes momentos pela COHAB, destinada também a absorver os desabrigados das enchentes, desenvolve-se ao longo de seu território várias invasões, especialmente, próximas às encostas que fazem divisa entre as UR's 1 e R. Francisco Vitoriano, principal acesso para a UR 6.

Mapa 3 - Sistema viário e localização das UDH's na Cohab do Ibura, Recife – PE



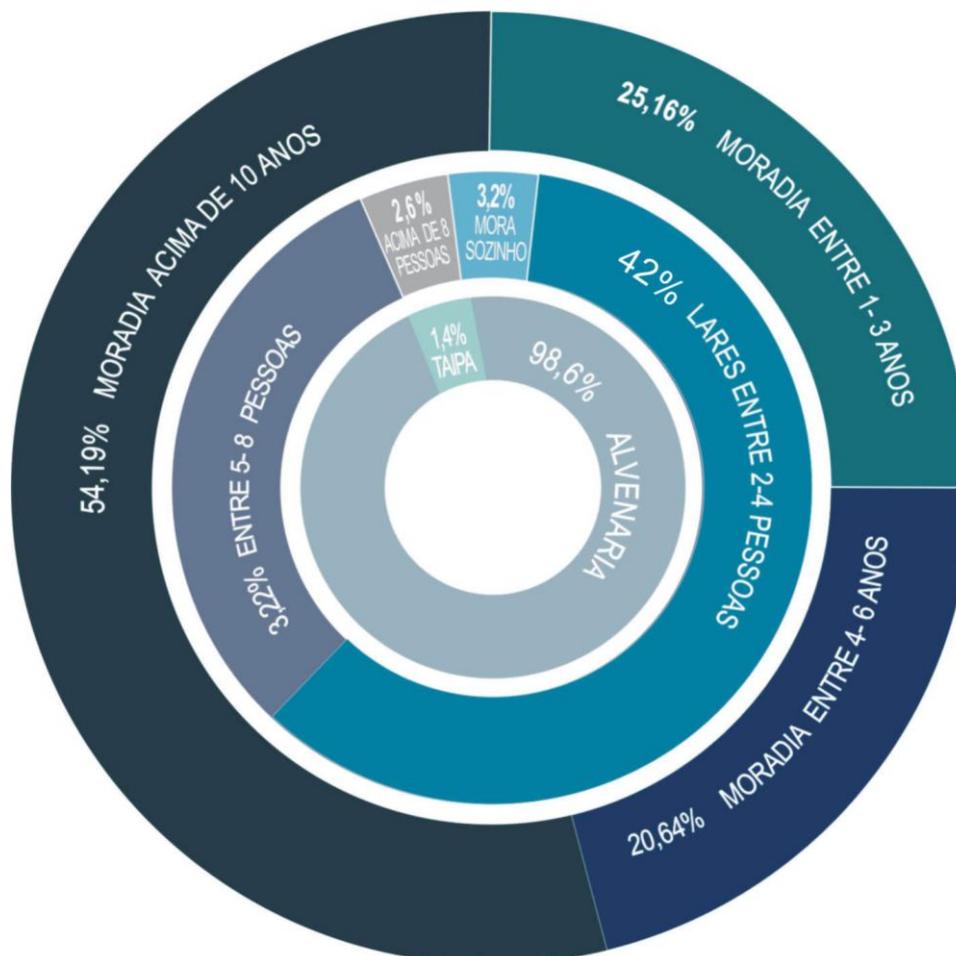
Fonte: Adaptado do Atlas do desenvolvimento humano (2005)

3.2.2 Perfil do público entrevistado

Vale ressaltar que, embora o total de questionários aplicados seja apenas de 155, distribuídos ao longo do território do bairro do Ibura de Cima (Cohab)- Recife, não obtenham relevância quantitativa sobre o percentual de habitantes, a experiência durante o trabalho de campo tornou-se indispensável, na medida em que possibilitou um amplo contato e representação da realidade, com suas variáveis populacionais relacionadas no espaço.

Os dados revelaram que o público entrevistado era composto por 69,6% do sexo feminino e 30,4% do sexo masculino. A faixa etária predominante, com 36,12%, correspondeu ao segmento de indivíduos entre 19 a 29 anos, o restante do grupo, dividido entre as faixas 21 – 30 anos, 31- 40 anos e acima de 50 anos, foram representados respectivamente por 30,9%, 20% e 12,9%. Com relação ao tempo de moradia dos indivíduos investigados, identificou-se que os moradores, acima de 10 anos, perfazem 54,19%, seguido daqueles com 4 - 6 anos com 20,64% e, por fim, 1 - 3 anos, 25,16%.

Gráfico 4 - Aspectos habitacionais da população pesquisada

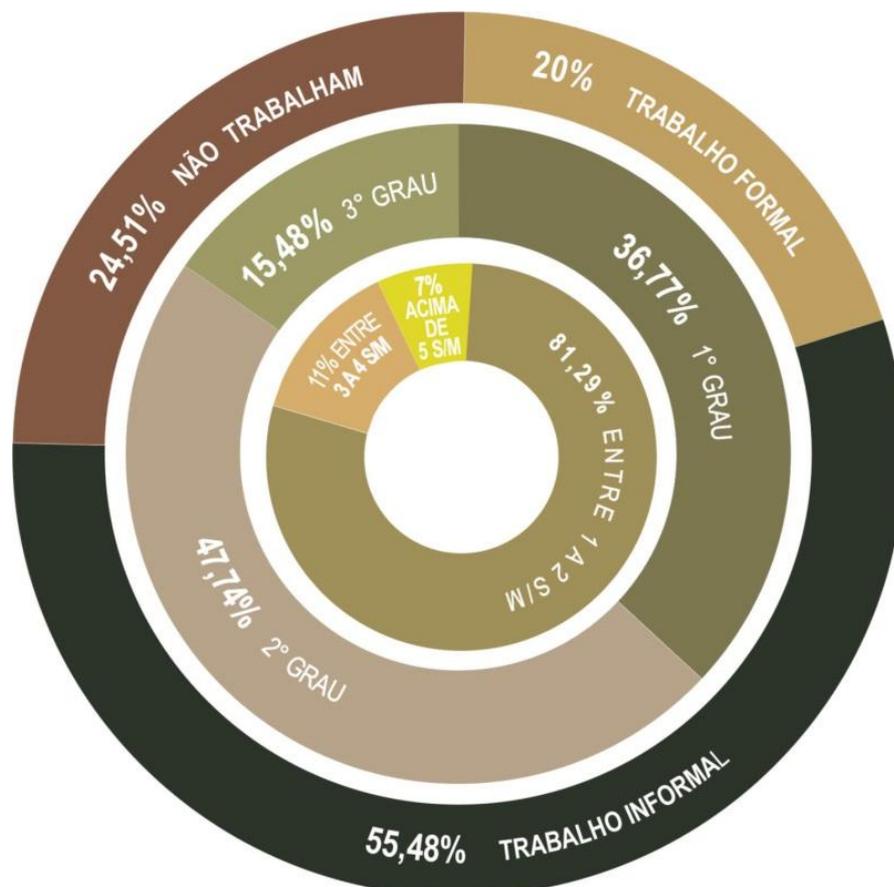


Fonte: Questionários aplicados durante visita exploratória

Quanto ao tipo predominante de moradias que abrigam o grupo investigado, constatou-se que 98,06% é alvenaria e apenas 1,93% foi identificada como sendo produzida a partir de material reutilizado. Outra característica marcante, encontrada nas habitações da comunidade é o percentual intermediário de pessoas residentes num mesmo ambiente domiciliar. Assim, é possível averiguar que os lares que abrigam entre duas e quatro pessoas perfazem uma percentagem de 64,51%; apenas 2,58% reside com um quantitativo acima de oito pessoas, enquanto que 3,22% vivem sozinho e, por fim, 29,67% moram com cinco a oito pessoas na residência.

No tocante ao grau de instrução, a população analisada apresenta um número expressivo de indivíduos que atingiram o ensino médio, de 47,74%. O grupo com ensino fundamental é de 36,77% e aqueles que já cursaram uma faculdade formaram um percentual de 15,48% do grupo de entrevistados. Quanto ao perfil da população economicamente ativa foi possível observar que 55,48% do grupo vivem na informalidade, apenas 20% desfrutam dos benefícios assegurados pelo reconhecimento da carteira de trabalho e 24,51% declararam não exercer nenhum tipo de atividade profissional.

Gráfico 5 - Aspectos socioeconômicos da população pesquisada



Fonte: Questionários aplicados durante visita exploratória

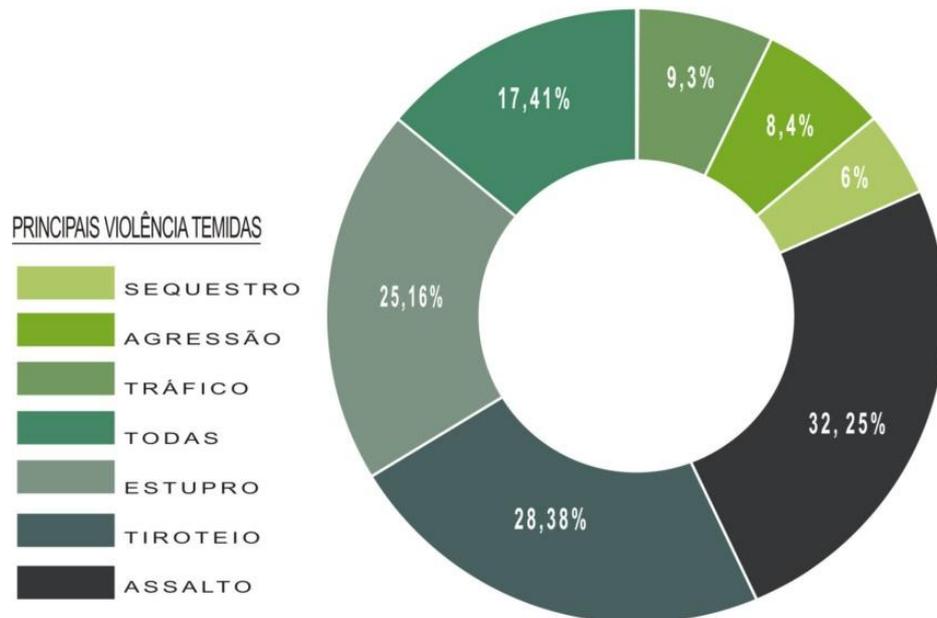
A análise dos dados relacionados à renda salarial dos chefes de família refletiu que parte considerável, 81,29% do público, concentra, mensalmente, uma média de 1 a 2 salários mínimos, enquanto que 11,06% se enquadram em 3 a 4 salários mínimos e, por fim, 7,09% representam respectivamente o grupo que recebem acima de 5 salários.

3.3 PERCEPÇÃO DA SENSACÃO COLETIVA RELACIONADA À VIOLÊNCIA E AO MEDO NO BAIRRO

De acordo com os principais dados coletados e compilados, durante, as visitas exploratórias de campo, etapa responsável pela aplicação de 155 questionários, contendo 25 perguntas, que foram concomitantemente enriquecidas por 65 depoimentos e pela produção de vários registros fotográficos da paisagem das UDH's, possibilitou-se a geração de um quadro interpretativo da realidade, por meio de nove gráficos essenciais para o reconhecimento e identificação de elementos presentes na dinâmica local, analisados a partir das interações desenvolvidas, segundo a noção anteriormente discutida, no Item 2.2, sobre a geografia da violência e do medo no Bairro. As entrevistas coletadas foram transcritas na íntegra.

Assim, o primeiro bloco de questões buscou identificar os principais tipos de violências que contribuem para o desenvolvimento da sensação de medo no bairro e o grau de insegurança percebido entre a população pesquisada, relacionando também, por meio das entrevistas, o reconhecimento desenvolvido pela comunidade, a partir de experiências acumuladas sobre o sentido da violência no bairro. Observa-se, no Gráfico 06, que, entre as sete alternativas de violências sugeridas, 32,25% dos moradores destacaram como principal medo: O assaltado; em segundo lugar com 28,38%: O medo de tiroteios e em terceiro lugar com 25,16%: Indicaram o medo do estupro. Em seguida, respectivamente com 17,41% , 9,3% 8,4% e 6% estão representados o medo que engloba todas as opções, o medo da agressão física, do tráfico de droga e por fim o medo do sequestro. Vale salientar que 75% do público apontaram, ao menos, três modalidades, enquanto 16% indicaram duas e 9% apenas uma.

Gráfico 6 - Principais tipos de violências que contribuem para sensação de medo no bairro

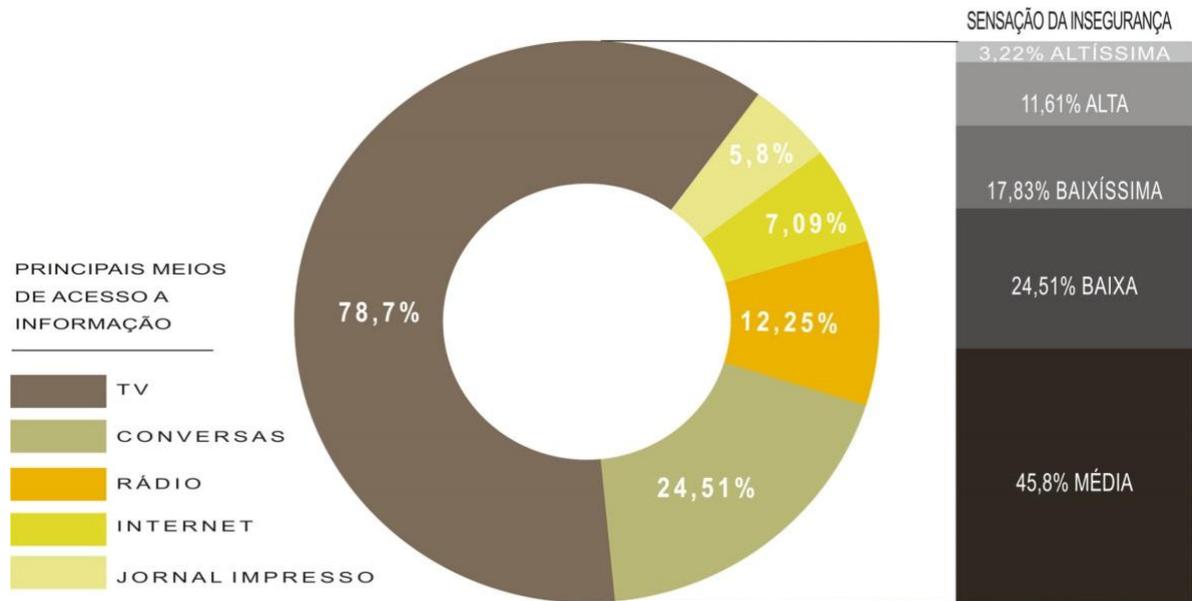


Fonte: Questionários aplicados durante visita exploratória

Com o objetivo de estabelecer uma correlação causal entre os resultados anteriormente apresentados, buscou-se apurar o grau de participação da mídia e o patamar de insegurança atingido pelo público pesquisado. Portanto, o Gráfico 07 apresenta alguns dos principais meios difusores de informações sobre a violência no bairro, destacando inicialmente que a TV, as conversas informais e o rádio corresponderam, respectivamente, a 78,7%, 24,51% e 12,25% das escolhas dos moradores, seguidos da internet e do jornal impresso, com 7,09% e 5,8%. Contudo, faz-se necessário inferir que, embora a TV seja o principal meio que desperte o interesse pelas questões relacionadas à violência na comunidade, as conversas informais permanecem subjacentes e tendem a reforçar qualquer construção da sensação coletiva sobre o medo, devido ao forte entrelaçamento das redes pessoais e do valor atribuído à troca de opiniões entre a população.

Baseado no Gráfico 07, também é possível observar que, entre os níveis da sensação de insegurança detectados, 45,8% dos moradores consideram média, enquanto que 24,51% entendem o bairro com níveis relacionados à insegurança baixo, 17,83% classificam a insegurança baixíssima, 11,61%, classificaram a situação de insegurança como alta e por fim apenas 3,22% indicaram como altíssima. Em seguida foi solicitado aos entrevistados, que apontassem uma relação evolutiva dos níveis de insegurança nos últimos seis meses. Em que, 66,45% dos moradores acreditam que estes permaneceram inalterados, 13,54% disseram ter piorado, 9,03% têm uma percepção otimista da situação e, por fim, 11% disseram que não estavam aptos a responder.

Gráfico 7 - Grau da sensação da insegurança e principais meios de acesso à informação no bairro7



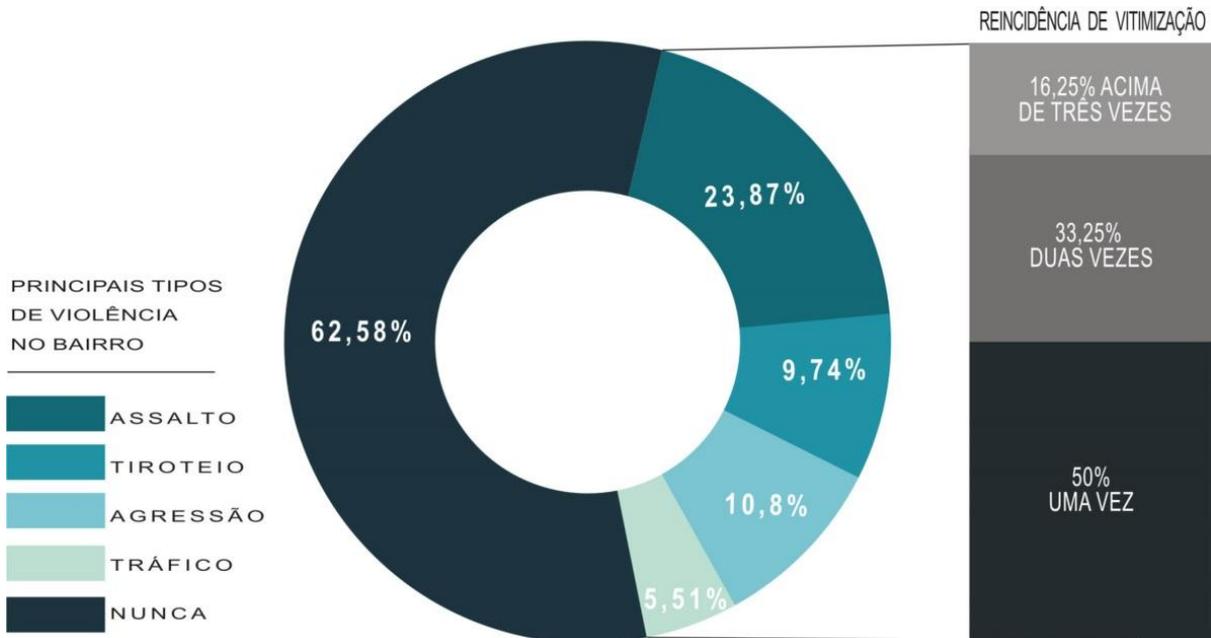
Fonte: Questionários aplicados durante visita exploratória

Contudo, é por meio de alguns dos relatos captados, sobre as transformações ocorridas no bairro, que é possível compreender o quanto a sensação do medo permeia hoje a vida daqueles que viveram períodos anteriores no Bairro. A seguir uma entrevistada relata como sua vida tem sido alterada e ainda ressalta como a insegurança tem sido ampliada entre os moradores ao longo do tempo:

Cheguei aqui na década de 60, com a minha mãe e, antigamente, quase tudo aqui era mata, pra lá (lado oeste do bairro) tinha muitos campos de futebol com areias brancas. A gente saía tarde da noite pra participar de reuniões entre amigos ou festejar um aniversário, mas quando essa gente “nova” foi chegando (novos moradores entre as décadas de 60 e 70), a coisa mudou muito! Trouxeram muitas coisas e costumes estranhos! (atividades consideradas ilícitas) É sim! Hoje sinto medo até de sair pra trabalhar! E evito sair de casa! (54 anos, sexo feminino, funcionária pública- UDH Três Carneiros)

Embora seja possível constatar que a maioria das opiniões não considere que o bairro apresente índices elevados de insegurança, foram identificados alguns dos principais tipos de violência acometidos na região, sendo construída a seguinte ordem de ocorrências entre os entrevistados: 23,87% sofreram assaltos, 10,8 % agressões físicas, 9,74% foram vítimas de tiroteios e 5,51 % indicaram terem sido vítimas do tráfico de entorpecentes. Totalizando um grupo de 49,9% de vitimizações contra 62,58% do público ileso no bairro. No tocante à reincidência da violência, aparece com 50% em que alegam terem sido vitimada apenas uma única vez, já 33,25% foram duas vezes e 16,25% informam terem sido vítimas da violência acima de três vezes.

Gráfico 8 - Principais tipos de violências vivenciadas e seu percentual de reincidência no bairro



Fonte: Questionários aplicados durante visita exploratória

Entre os principais aspectos relacionados ao contexto do medo vivenciado na comunidade, faz-se necessário convir que, por meio das entrevistas, tornou-se perceptível a existência forçada de uma convivência “pacífica” da comunidade, junto a algumas atividades consideradas ilícitas, mas praticadas no território, especialmente reconhecidas por seus moradores sob a forma da comercialização de drogas e da violência doméstica contra as mulheres. Assim, dentro de uma estrutura social injusta e desigual, em alguma medida, todos se tornam afetados pela violência. No caso do Ibura, sendo expresso em variadas escalas de observação (SCOTT, 1996, p. 148).

Vale ressaltar que não é objetivo deste estudo analisar ou compreender as modalidades do fenômeno em questão, mas identificar alguns dos aspectos que permeiam a percepção sobre o medo da violência urbana. Contudo, alguns dos relatos acrescentam que falar sobre tal questão torna-se indesejado e, em certas circunstâncias, deve permanecer silenciado:

Conheço um caso de estupro na minha família, mas prefiro não falar sobre isso! Às vezes é melhor esquecer... Aqui na comunidade, têm outros casos, por isso tenho medo! Quem não teria!?! (26 anos, sexo feminino, estudante, UDH Ur 4, 5 e 10)

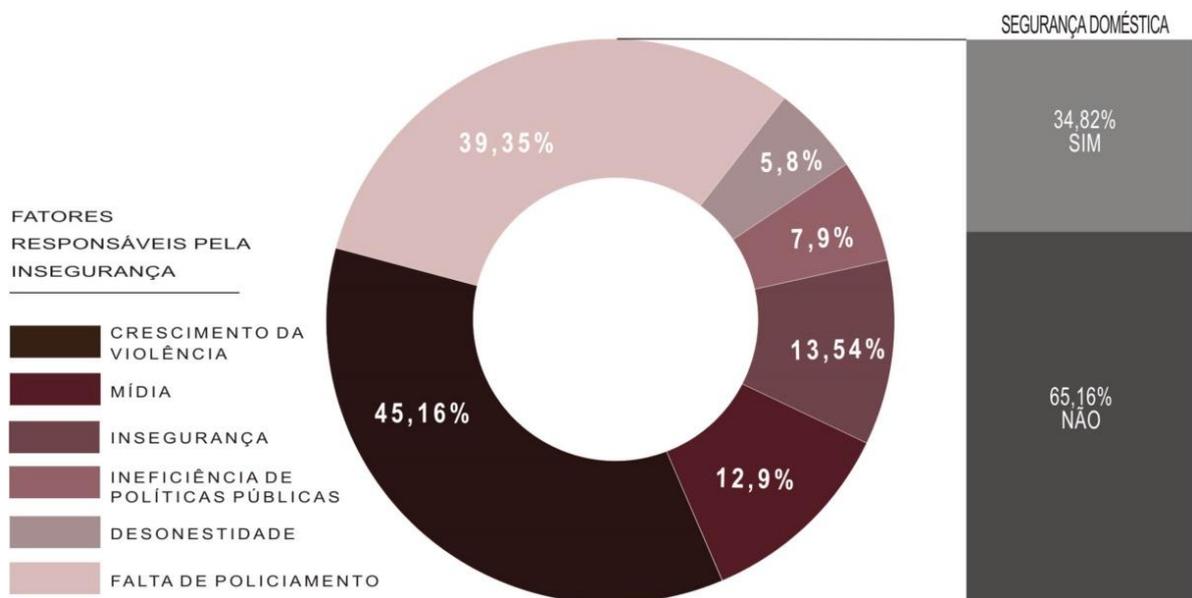
Outros depoimentos enfatizam que a agudeza da questão invade a realidade da comunidade, até o ponto em que se desenvolve uma espécie de naturalização da violência, diante dos repetidos casos de homicídios resultantes de ações criminosas. Sejam parentes ou conhecidos, envolvidos em tiroteios ou em homicídios, decorrentes da inadimplência de

dívidas contraídas, durante transações ilícitas, ou até pela simples aproximação com aqueles que vivem da comercialização de entorpecentes, a sentença imposta a esses cidadãos seria algo “normal”:

É assim, agente só houve falar, mas quem deve tem que pagar de algum jeito! Não deva não, viu...! Há uns 4 anos, um aluno daquela escola (Escola pública de ensino médio) foi morto na esquina dela...dizem que ele era bom, mas vivia na boca⁷, então tava procurando, né!? O outro (aluno de outra Escola pública em outra Ur), no ano passado, morreu dentro da quadra da Escola⁸[...], até na televisão apareceu! Pelo que se ouviu falar, devia ser também usuário... Esse é o resultado! (64 anos, sexo masculino, comerciante – UDH Ur 1, 2 e 3)

Dessa forma, os relatos anteriormente citados, confirmam os resultados apurados, no Gráfico 9, sobre os principais fatores responsáveis pela consolidação da percepção do medo, estabelecendo a seguinte ordem de percentuais: O crescimento da violência obteve 45,16%, a falta de policiamento foi indicado por 39,35%, a divulgação feita pela mídia recebeu 13,54%, seguida, respectivamente, por 12,9% atribuídos à insegurança, 7,9% à ineficiência das políticas públicas e 5,8% referente ao aumento da desonestidade. Ainda conforme a avaliação do público, pode-se atentar que, embora a comunidade não se declare como violenta, 86% em oposição à 14% dos entrevistados, detectou-se que 65,16% das pessoas não se sentem seguras em suas residências, contra apenas 34,82%.

Gráfico 9 - Sensação da segurança doméstica e principais fatores responsáveis de insegurança no bairro



Fonte: Questionários aplicados durante visita exploratória

⁷ Expressão local designada para definir os locais de comercialização de entorpecentes.

⁸ Os nomes das escolas foram preservados em respeito ao direito de privacidade

Outra questão materializada, no território, e evidente, na paisagem, encontra-se incorporada ao perfil das residências e em espaços públicos de convivência. As grades, os muros altos, e as cercas elétricas caracterizam as principais formas privadas de segurança encontradas, no Bairro, e surgem em resposta ao desenvolvimento, em si, de um “medo ambiente” (BAUMAM, 2008). Assim, tal fenômeno não estaria isolado, mas acompanharia a tendência praticada pelos bairros nobres das grandes cidades, ou seja, estaria em voga a transformação das residências em fortalezas urbanas.

Todavia, longe da sofisticação das tecnologias de monitoramento das áreas nobres das metrópoles, largamente investigados por Cruz (2010), Sá (2007) e Melgaço (2007), os moradores e pequenos comerciantes dos subúrbios metropolinatos não deixariam de implantar meios próprios para garantir a sua segurança. Isso concede uma aparência hermética às residências: as garras e os cães de guarda “anti-sociais” compõem um quadro peculiar à comunidade (Fig. 20 e 21), sobretudo, pelas alterações produzidas, na realidade dos moradores, especialmente retratada, no seguinte desabafo desesperançoso: “[...] a polícia falha e nós nos encontramos sozinhos, em desvantagem nessa luta!” (Universitário, 22 anos, sexo masculino).

Figura 20 - Uso de garras em muros altos– UDH Ur’s 1, 2 e 3



Figura 21 - Uso de garras em muros altos– UDH Ur’s 1, 2 e 3 (Zoom)



Fotos: Oliveira, 2012

Figura 22 - Aviso de cão de guarda em residência – UDH Ur's 1, 2 E 3



Figura 23 - Aviso de cão de guarda em residência – UDH Ur's 1, 2 E 3 (Zoom)



Fotos: Oliveira, 2012

Pedrazzin (2006, p. 100) informa que as transformações geradas, a partir das novas concepções de insegurança, demonstrariam marcas profundas na natureza dos espaços vividos. O entendimento, que a violência urbana seria um fenômeno eminente aos moradores das grandes cidades influiria na percepção das pessoas de se relacionarem com os demais moradores e, dessa maneira, tornaria o medo um elemento fragmentário, concreto dos espaços públicos, na medida em que “Os fenômenos da violência das grandes cidades e o sentimento de insegurança de seus habitantes são indicadores e fatores de uma transformação radical do espaço urbano” (PEDRAZZIN, 2006, p. 99). Assim, inclusive nas morfologias dos lugares públicos, estaria inscrito o estado de desconfiança e privatismo que se convive no mesmo bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE (Figuras 24 e 25).

Figura 24 - Espaços religiosos atrás das grades – UDH Ur's 1, 2 E 3 (A)



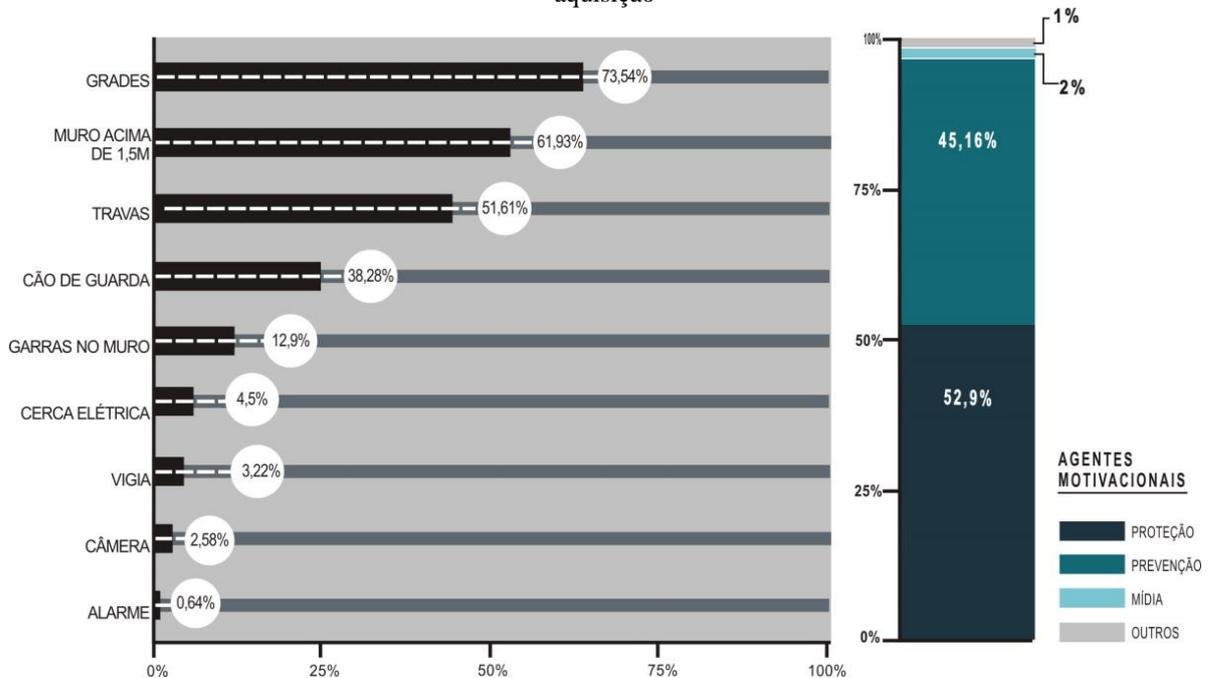
Figura 25 - Espaços religiosos atrás das grades – UDH Ur's 1, 2 E 3 (B)



Fotos: Oliveira, 2012

Partindo do grau de incidência de aparatos de segurança (Gráfico 10) presentes na morfologia intraurbana da comunidade, o terceiro bloco de questionamentos tratou de apreender o quanto: as grades, os muros altos, as travas nas portas e cães de guarda concentram-se nas residências, respectivamente, obteve-se 73,54%, 61,93%, 51,61% e 38,28%, seguidos dos itens: guarras de metal ou vidro nos muros 12,9%, cercas eletrificadas 4,5%, contratação de vigias no quarteirão 3,22%, câmera 2,56% e alarmes 0,64%. Cerca de 75% dos entrevistados indicaram mais de três itens utilizados, 15% dois itens e 5% apenas um item. Entre os motivos que mais influenciaram para a aquisição desses aparatos, destacou-se a seguinte sequência de percentuais 52,9%, 45,16%, 2% e 1% , correspondentes à proteção, prevenção, mídia e outros.

Gráfico 10 - Percentual de aparatos de segurança por residências e principais agentes motivacionais para aquisição



Fonte: Questionários aplicados durante visita exploratória

Do contexto de crescentes investimentos em segurança doméstica e da plena convicção dos moradores, no descrédito relacionado ao sistema público de segurança, seja ele na esfera judiciária ou policial, se destacaria, sobretudo, o seguinte resultado classificatório: baixíssima 30,32%, baixa 42,58%, média 27%, alta 0,64 e altíssima 0%. Segundo as opiniões colhidas, o cenário de insatisfação com as polícias, além de reforçar a sensação de insegurança, na comunidade, justificaria a conseqüente busca individual pela segurança e também comprovaria o descumprimento de direitos assegurados, pelo o Art. 144 da Constituição Federal, de 1988, sobre o papel provedor da segurança pelo Estado.

Um dos efeitos constatados, na paisagem, pela busca incessante da inserção de sistemas panópticos de controle e vigilância (FOUCAULT, 2000), em pequenos comércios e quarteirões, é o acúmulo de itens que possam transmitir maior segurança ao público. Diante da necessidade por proteção, para os estabelecimentos e os clientes, evita-se abrigar, nas dependências dos comércios, equipamentos bancários, como aparelhos de saque 24h e, em certas UDH's como em 3 Carneiros e na comunidade de Monte Verde, obrigando as pessoas a se deslocarem para áreas mais distantes. Contudo, expressiva parcela de comerciantes investe na aquisição de vigilantes informais e outros itens mais acessíveis ao bolso, de acordo com o percentual de aparatos de segurança apresentados acima e ilustrados nas figuras 26 - A, B, C D; 27, 28 e 29.

Figura 26 - Equipamentos de monitoramento eletrônico 24h - UDH Lagoa Encantada/ Monte verde



Fotos: Oliveira, 2012

Figura 27 - Grades aplicadas em pequenos comércios
– UDH Lagoa Encantada/Monte Verde (A)

Figura 28 - Grades aplicadas em pequenos comércios
– UDH Lagoa Encantada/Monte Verde (B)



Fotos: Oliveira, 2012

Figura 29 - Vigilante informal em pequeno comércio – UDH Ur's 4, 5 e 10



Foto: Oliveira, 2012

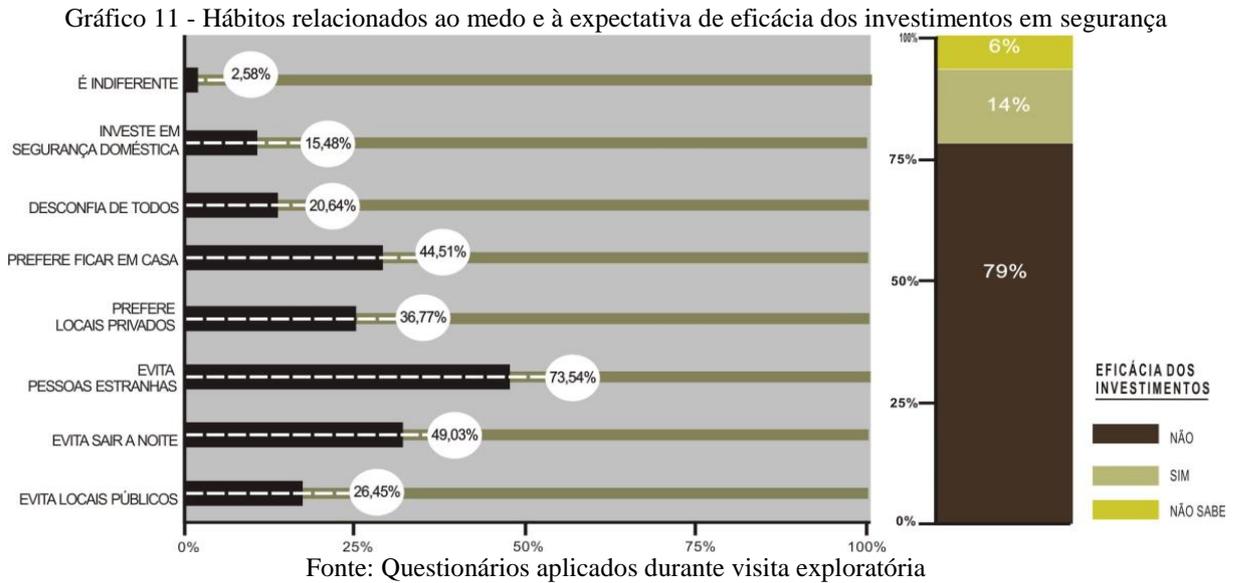
Entretanto, Santos (2000, p. 54- 55) defendia a ressignificação de antigos conceitos essenciais para os cidadãos, dentre eles constava a própria noção de cidadania. Nesse sentido, os discursos recolhidos, acerca da violência, refletiram algumas das condições necessárias para a realização desse apelo. Ou seja, ao invés de um processo de recuperação pacifista do bairro fundamentado em princípios seletivos ou individualistas do espaço e no papel repressor do Estado, algumas das falas dos próprios moradores ponderam a respeito da relevante necessidade da (re)ocupação participativa dos espaços públicos locais, pois seria, na construção do exercício democrático de seus membros, junto a problemas que afetam os indivíduos, que soluções de natureza coletiva poderiam apontar possíveis alternativas para antigas questões. Assim, observam dois dos entrevistados:

Estou aqui, no bairro, a quase 5 anos, antes morava no Bairro... lá era considerado tão violento como aqui, mas entendo que o grande problema da Cohab não seja a violência em si, mas o grande envolvimento dos jovens com as drogas! Só um movimento popular, com ajuda das associações de moradores poderia ajudar nisso, os moradores devem estar juntos numa campanha educativa para que todos sejam orientados, alertados... (33 anos, sexo masculino, estagiário – UDH Ur's 1, 2 e 3)

A polícia é muito pouca pra resolver tudo isso aqui... Mesmo estando presente, muitas vezes, não é suficiente, as pessoas devem estar juntas! Não é possível que eu tenha que estar presa pra que eu esteja livre do ladrão... eles é que devem estar presos e eu solta! Mas sem a ajuda da população, das escolas, do Estado não tem jeito, não... ! (29 anos, sexo feminino, Dona de casa – UDH Lagoa encantada/ Monte verde)

Entretanto, ao discutir o resgate dos direitos civis, em contraste com os *défict's* sociais associados ao aumento dos índices de violência, surge efetivamente um desafio, sobretudo, quando entre a população vitimizada: o medo, a individualização e a desconfiança, tornam-se

o meio empregado para justificar os processos de produção de enclaves territoriais (SOUZA, 2008, p. 54), responsáveis pela fragmentação da dinâmica populacional. O Gráfico 11 apresenta algumas dessas prováveis condicionalidades que levariam à intensificação do fenômeno da insegurança.



Segundo a opinião do público pesquisado, 79% não acreditam que existam investimentos comprovadamente eficazes, em seu dia a dia, no combate à violência, contra 14% de otimistas que acreditam em sua eficácia, enquanto 6% declararam não estarem habilitados para responder por não ser de seu interesse. Dessa forma, cada lar emprega os meios que melhor concilie o modo de vida da residência com seu perfil financeiro, a partir da seguinte: evita pessoas estranhas 73,54%, evita sair de casa, à noite, 49%, permanece preferencialmente em casa 44,51%, prefere ir a locais privados 36,77%, evita locais públicos abertos 26%, é desconfiado com todas as pessoas 20,64%, investe em segurança doméstica 15,48% e aqueles que se sentem indiferentes somaram 2,58%. Vale salientar que 83% dos entrevistados votaram em mais de três itens sugeridos, 10% em duas e apenas 2% indicaram uma das alternativas. Sendo assim, gerou-se um quadro ambíguo, em que as pessoas procuram, especialmente, prevenir-se da violência pela renúncia ou restrição do contato com o outro, entendido constantemente como uma ameaça em potencial.

4 PROTAGONISMO LOCAL E O CONTEXTO DA SEGURANÇA CIDADÃ

O presente capítulo tem como objetivo identificar e relacionar, na conjuntura local, aspectos e implicações das territorialidades vivenciadas, no Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE, que conduzam possíveis contribuições, no contexto das relações socioespaciais cotidianas, para disseminação de ações de natureza preventiva em focos de conflitos. Bem como evidenciando o papel ocupado pelas iniciativas locais, voltadas para o fortalecimento da coesão social e na efetivação de um ambiente urbano menos conflituoso. Ou seja, por meio das informações e registros concretos fornecidos, durante visitas de campo, analisar-se-á de forma abrangente, como o comportamento protagonista da comunidade, intrínseco, desde o processo de sua formação e também característico do tipo atual de territorialidades estabelecidas nos lugares, poderiam representar preventivamente uma relevante colaboração, para a desconstrução de condicionalidades ambientais propícias à disseminação de condutas ilícitas ou conflitantes capazes de gerar mais violência, no bairro, e reduzir a sensação de insegurança existente.

Vale salientar que, embora não se enfatize críticas, junto às estratégias adotadas pelos moradores, para minimizar a sensação de insegurança, nem se julgue a atuação das políticas públicas de segurança no território, busca-se, por intermédio da observação sobre a diversidade da dinâmica socioespacial, desmistificar a aceitação de qualquer concepção estigmatizante ou reducionista que vincule, de forma irreversível, o problema da violência e do medo vivenciados no bairro a algum tipo de traço constituinte do processo de apropriação espacial. Por isso, tornou-se necessário delimitar algumas considerações. A primeira, relacionada à noção adotada sobre o perfil do protagonismo local identificado entre os moradores, partindo do contexto de cooperação e participação coletiva, procura-se analisar, teoricamente, aspectos da formação do bairro, passíveis de serem agregadas ao campo de atuação junto a programas e projetos governamentais no combate à violência. A segunda parte da observação busca capitanear, por meio do desenvolvimento de experiências ou iniciativas produzidas entre os moradores, a viabilidade de arregimentar, no território, a realização de mecanismos populares, que amplie o desempenho e os resultados almejados pelas instituições, na geração antecipada de fatores mitigantes e inibidores de conflitos.

4.1 O PROTAGONISMO DO PODER LOCAL

De acordo com as operacionalizações teóricas apresentadas, no Item 2.2, acerca de aspectos interpretativos que visam aproximar os processos locais, definidores da apropriação territorial, pela qual a população se insere, e, ao estabelecer suas complexas redes de interação articuladas, no espaço, vislumbra-se o papel do cidadão como agente construtor do poder local. Fomentado pelo conagraçamento das abordagens de Arendt (1987 e 1994) e de Raffestin (1993), o entendimento de que há uma oposição entre o poder oriundo dos movimentos coletivos e a natureza instrumental relacionada à violência, assim, viabiliza-se identificar, dialeticamente, na paisagem, a insurgência, nas dimensões socioespaciais investigadas, a partir da geografia da violência e do medo, no Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE, outras alternativas de (re)apropriação dos espaços, superando uma abordagem apenas focada sobre o uso e expansão no território da criminalidade.

Lefebvre (1999, p. 24-32) alerta que os conflitos e as contradições originadas, pela produção do espaço, viabilizariam o estabelecimento de novas realidades. Assim, o próprio espaço dominado, fundamentado na ideia de centralidade total, em função do benefício de poucos e pela imposição da técnica e da política, tanto causaria como vivenciaria um colapso estrutural, especialmente demonstrado pela fragmentação, exclusão, marginalização de amplos segmentos carentes da sociedade, tornando a cidade o lugar da violência. A superação desse quadro, apenas seria atingida pelo efetivo desenvolvimento histórico do espaço urbano. Ou seja, enquanto que, efetivamente, o espaço modificado, para servir (as cidades), não fosse destinado para atender democraticamente as demandas coletivas, apenas se realizaria uma apropriação parcial do direito coletivo de usufruí-lo. Esse fato decorreria da ampla obstrução dos direitos dos cidadãos por parte de uma minoria “privilegiada”. Assim, seria preservado o atual panorama de esgotamento das cidades. A manifestação de contrastes deflagrados nas residências, nos bairros, na rede de hospitais, nos equipamentos de educação, entre outros, não esconderiam as injustiças e violências, mas representariam as denúncias, na paisagem, de espaços considerados diferenciais, em relação àqueles considerados modernos, planejados e salubres, mas predestinados a poucos.

Putnam (2006, p. 112) destaca a importância empírica que as redes de engajamento cívico detêm, ao gerar, a partir do fortalecimento das interações entre seus membros, a solução para demandas cuja natureza fosse coletiva. Nesse sentido, as ligações horizontais de interação sustentariam crescentemente, pela geração da confiança e da cooperação, o fortalecimento de vínculos entre grupos da sociedade, que contribuiriam para um consequente

resgate da coesão participativa dos cidadãos, direcionando-os de forma propositiva para constituição de alternativas, especialmente, relacionadas às questões sociais, revelando em geral um poder de atuação ainda mais abrangente e eficaz do que os resultados demonstrados pelo trabalho isolado do poder público sobre as demandas sociais. Assim, o supracitado autor destaca que o entrelaçamento solidário, entre as pessoas, desenvolveria um efeito e cumulativo protagonismo na sociedade. Em detrimento de uma mobilização social permitiria o fortalecimento de canais reivindicatórios no Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE, foram estabelecidas estrategicamente sedes populares no espaço para reuniões entre as lideranças locais, pelas quais se garantiria democraticamente o acesso às instituições e ao poder decisório. As associações de moradores fotografadas nas Figuras 30, 31, 32 e 33, representam, desde suas fundações, marcos atuantes da participação comunitária, principalmente sobre as prioridades destinadas aos investimentos no território e no debate sobre alternativas para problemas comuns entre os moradores.

Figura 30 - Distribuição das mais antigas associações de moradores (A)



Figura 31 - Distribuição das mais antigas associações de moradores (B)



Figura 32 - Distribuição das mais antigas associações de moradores (C)



Figura 33 - Distribuição das mais antigas associações de moradores (D)



*A- UDH LAGOA ENCANTADA - **B e C – UDH Ur 1,2 e 3 – ***D- UDH Ur 4, 5 e 10
 Fonte: *A, B e C – Oliveira, 2012 / ** D - Foto cedida pelos moradores (1982)

**As associações de moradores representam no ideário do Bairro um local de encontro para a discussão sobre assuntos sociais, políticos e de entretenimento. Suas sedes representam ao longo do tempo a consolidação no espaço da participação popular em questões de interesse dos moradores. Apoiando por meio de reuniões abertas e coletivas lutas por melhorias na infraestrutura e atenção por serviços públicos de qualidade (conquistando para a localidade postos policiais, mais iluminação pública, ampliação do abastecimento de água, etc).

Durante as visitas de campo, embora o bairro tenha se mostrado socialmente fragilizado e espacialmente fragmentado, em função das formas de uso e ocupação desenvolvidas, pelos contrastes sociais evidenciados entre as paisagens das UDH's e pela forma de lidar com questões de cunho social. Contudo, encontra-se latente, ao processo histórico de apropriação do espaço, um viés essencialmente reivindicador dos moradores e que deu origem ao estabelecimento de famílias carentes no território. Por esse motivo, observa-se que, no espaço, ainda encontram-se reunidos movimentos populares, mesmo que de forma esparsa, cuja atuação popular foca a defesa de interesses coletivos. As diversas sedes de associações de moradores buscam integrar os incentivos ao posicionamento autônomo das comunidades em torno de seus objetivos, fornecendo o debate e a mobilização necessária para a atuação política, acerca de temas sobre o dia-a-dia do bairro, como a violência.

Ratton (2012, p. 14-15), analisando as questões contingenciais sobre a criminalidade no território, discerne a importância do desenvolvimento de mecanismos que difundam a cooperação e a confiança entre as pessoas como primeiro nível de atuação sobre a realidade de qualquer grande metrópole assolada pela criminalidade violenta. A produção de fatores espaciais intervenientes e específicos voltados para o resgate da convivência e a (re)valorização dos espaços, por intermédio da construção de mecanismos locais, que intensifique o diálogo e a participação incluyente de membros da comunidade, constituiria, no ambiente, um meio inibidor ou impeditivo de comportamentos ilícitos e violentos. Portanto, o fortalecimento de laços interpessoais, visando a cooperação entre os membros da comunidade, se anteciparia preventivamente sobre a ocorrência da violência de forma mais abrangente. Daí, a importância da contribuição de programas, projetos sociais e pesquisas que dialoguem sobre o seu envolvimento com a violência e as causas que proporcionam a insegurança no bairro com amplos seguimentos da população.

Vale salientar que, nesse ponto da discussão, mediado pelas observações produzidas sobre a dinâmica populacional, emergiram novas questões relacionadas à violência e às formas de apropriação territorial, especialmente desenvolvidas, no intercurso do processo de ocupação do bairro. A aproximação, com as vivências efetivadas pelos moradores, especialmente baseadas em relatos de casos de agressões, homicídios, furtos, da rede do tráfico de drogas ou na tendência do aquartelamento dos moradores em suas residenciais, se

remete também à observação sobre outros contextos do Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- Pe. Salienta-se que haja a possibilidade de que, em meio a tantos problemas de violência na localidade, às redes de interação/protagonismo entre os cidadãos, surja uma busca por soluções de problemas baseadas em territorialidades agregadoras de ações solidárias.

Nesse sentido, em anuência ideológica ao discurso do *utopismo dialético*, empregado por Harvey (2004, p. 308-309), não é compreendido pelo presente estudo sobre o Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE, de que, por meio da condição de pobreza e da injustiça social que se encontra ou, pelo contemporâneo aspecto do desgaste de laços comunais, que lhe seria imputado uma tendência irreversível sobre aspectos determinantes da violência entre os seus moradores. Antes, a própria natureza das relações entre seus habitantes e o processo histórico de lutas, a favor da preservação da segurança, pela força popular organizada, apontaria um caminho interessante a ser considerada, dentro de ações preventivas no combate a violência.

Uma imersão mais detalhada, na dinâmica entre as UDH's, revela que, dentre os meios de sobrevivência desenvolvidos, ao longo da ocupação territorial, moveram-se, junto a sua estruturação socioespacial, grupos responsáveis pelo protagonismo local, voltado para o engajamento/ativismo dos moradores, na luta pela melhoria do bem-estar social e contra problemas sociais, econômicos e políticos, especialmente considerados fomentadores da violência na região.

Nas Figuras 34 e 37 estão representadas algumas das mobilizações sociais de amparo a grupos considerados carentes no bairro, respectivamente fornecendo jantares beneficentes entre crianças carentes e a distribuição de sextas básicas para famílias de baixa renda. Na Figura 35 observa-se a promoção de minicursos e orientações de cunho social sobre o perigo das drogas entre os jovens em situação de risco. Enquanto que na Figura 36 demonstra a comemoração popular pela inauguração de mais uma praça construída pelos moradores, simbolizando a capacidade da pressão popular sobre questões sociais. Tais mobilizações representariam um esforço coletivo no atendimento de demandas locais sobre a assistência de dificuldades de sustento ou em campanhas de sensibilização sobre os narcóticos, com o intuito de diminuir o risco de vulnerabilidade social, visando com isso, diminuir o ingresso de famílias em situações de risco em possíveis circunstâncias geradoras de violência.

Figura 34 - Projetos e iniciativas de combate à violência atribuídas à participação dos moradores – UDH Três Carneiros (A)



Figura 35 - Projetos e iniciativas de combate à violência atribuídas à participação dos moradores – UDH Três Carneiros (B)



*A - Jantar de confraternização voltado para famílias carentes - “Clube das mães” (1986)
 B- Trabalho de acompanhamento e orientação de menores em situação de risco (1988)
 Fonte: Acervo dos moradores

Figura 36 - Projetos e iniciativas de combate à violência atribuídas à participação dos moradores – UDH Três Carneiros (C)



Figura 37 - Projetos e iniciativas de combate à violência atribuídas à participação dos moradores – UDH Três Carneiros (D)



C- Inauguração de praça construída pelos moradores (1980)
 D – Reunião de acompanhamento de famílias carentes e distribuição de sextas básicas (1981)
 Fonte: Acervo dos moradores

Dos registros de insatisfações e da luta pela diminuição da situação de vulnerabilidade social, propícias ao desenvolvimento de conflitos e violências, foram captados, durante as entrevistas, entre os habitantes da comunidade, vários eventos que fizeram emergir das demandas entre seus membros à ação participativa, a organização e a persistência, especialmente no sentido do enfrentamento de questões que atravessam as temáticas da inclusão de seguimentos da comunidade, garantia de serviços básicos, construção de

infraestruturas básicas, o aconselhamento acompanhado de jovens em situação de risco e assistência social de famílias carentes, como iniciativas locais, voltadas para a redução da violência e do medo.

Brandão (2010, p. 5-6) explica que, para superar o desafio de compreender o papel dos novos processos e dinâmicas envolvidas, no contexto de crise atual, torna-se necessário desenvolver mecanismos de explicação capazes de refletir as especificidades de cada tempo-espaço concreto. Dessa forma, assumindo que não há a imposição de nenhum modelo “canônico” de investigação. Portanto, competiria, durante o emprego da escala espacial sobre a análise de fatos socialmente produzidos, duas concepções essenciais, a primeira relativa ao máximo de atenção para com o reconhecimento do recorte espacial estudado e a segunda seria o autorreconhecimento de que não se trataria de um instrumento neutro ou apolítico, mas estaria submetido ao compromisso de desvendar as particularidades de processos territoriais. Assim, seriam ressaltadas suas próprias condicionalidades e, conseqüentemente, o conjunto de desigualdades, tiranias, exclusões e violências no espaço. Dialeticamente, o escopo de atuação do geógrafo permite ampliar a discussão sobre as questões sociais, sobretudo pela possibilidade de averiguar, na paisagem, o acúmulo materializado, tanto de contrastes sociais, como dos mecanismos de sobrevivência, tomados como indicadores do nível de intervenção, também associados aos agentes locais e aos representantes do poder (Fig. 38, 39, 40 e 41).

Figura 38 - Realização de obras atribuídas à forte pressão popular, pela busca de melhorias e o bem estar social - UDH UR 4, 5 e 10 (A)

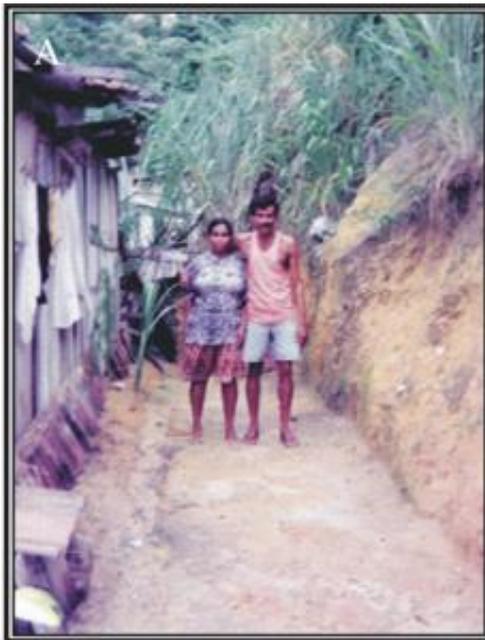


Figura 39 - Realização de obras atribuídas à forte pressão popular, pela busca de melhorias e o bem estar social - UDH UR 4, 5 e 10 (C)



*A e B – Antes e depois: obra de contenção de barreiras (1986- 2012)
Fonte: Acervo dos moradores

Figura 40 - Realização de obras atribuídas à forte pressão popular, pela busca de melhorias e o bem estar social - UDH UR 4, 5 e 10 (C)



Figura 41 - Realização de obras atribuídas à forte pressão popular, pela busca de melhorias e o bem estar social - UDH UR 4, 5 e 10 (D)



C- Construção de escadarias de acesso e galerias de drenagem (1980)

D – Asfaltamento de ruas (1988)

Fonte: Acervo dos moradores

O vínculo entre as modificações espaciais e a participação direta de fortes pressões populares, marcada pelo debate democrático e a conciliação de conflitos, indicam pelo modelo de evolução urbana constituída no território, uma vocação local para o diálogo mediador. As Figuras 38 e 39 demonstram o estágio de algumas dessas alterações, essenciais para a sobrevivência dos moradores em áreas com risco de deslizamento, perpassando nas Figuras 40 e 41 pelo estabelecimento no território de importantes melhorias da infraestrutura como o calçamento e a construção de galerias de drenagem, ambas conquistadas pelo apoio popular dos moradores.

Vale salientar que pela iniciativa popular, importantes conquistas foram alcançadas, ao passo que os movimentos sociais reivindicatórios das reuniões das associações dos moradores entre as UR's envolveram no debate sobre questões territoriais, toda a comunidade. Assim a busca por propostas e alternativas, imprimiu na própria lembrança dos moradores sobre a origem da comunidade, o caráter transformador exercido pelo processo de apropriação coletiva do espaço. E este aspecto coletivista de vivenciar o espaço, desenvolveria um forte mecanismo de prevenção local contra a violência sobre as condições de vida dos moradores no Bairro do Ibura de Cima, Recife- PE.

Contudo, observar, no espaço, a atuação engajada de segmentos sociais, na efetivação de ações que busquem melhorias estruturais no bairro, não implica eximir do Poder público sua responsabilidade de prover às demandas dos cidadãos, nem tão pouco cabe imputar exclusivamente, sobre a população, a autonomia de gerir seus problemas, haja visto, que a própria Constituição Federal, de 1988, no Capítulo III e no único artigo 144, reconhece que a

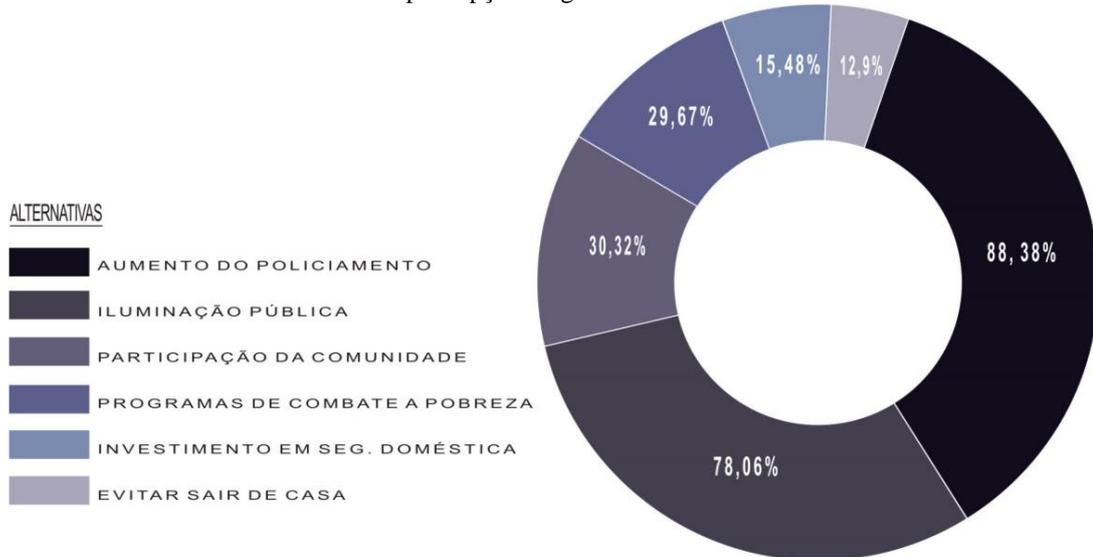
“segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988, p. 88).

4.2 A SEGURANÇA CIDADÃ

Sapori (2010, p. 161) acrescenta que se torna desejável a diversidade de segmentos sociais, dentro dos processos decisórios das políticas públicas de segurança, sobretudo porque a consolidação de mecanismos de governança democrática tende a reforçar, por meio da cooperação popular, uma ruptura voluntária, com o modelo tradicional de política pública focada exclusivamente na concepção extremada de batalha repressiva contra a criminalidade. Na verdade, busca-se compreender a manutenção da ordem pública e do bem-estar social, primariamente ligado à difusão de uma consciência coletiva, voltada para a busca de soluções sobre problemas localmente vivenciados e na garantia da integridade física dos cidadãos, sem, obrigatoriamente, incorrer no emprego de aparatos repressivos do Estado.

Soja (1989, p. 102) destaca que “um objeto somente pode existir, na medida em que ele contém e representa, dentro de si, as relações com outros objetos”, assim, apartar do debate, sobre a violência, as iniciativas e experiências voluntárias assinaladas, no território, voltadas para promover a segurança, significaria ignorar o discurso dialético até aqui proposto para a análise da geografia da violência e do medo no Bairro do Ibura de Cima (Choab)-Recife - PE. Assim, superando o mero entendimento de que as ações populares devem estar exclusivamente submetidas aos planos governamentais, busca-se visualizar, nas territorialidades desenvolvidas e no âmbito de sua atuação, descobrir, na vocação específica de cada lugar, os meios próprios de efetivar, com abrangência, os resultados esperados na diminuição dos índices de violência. Indagando, especialmente, qual a permeabilidade de seu alcance, quando tais esforços fossem integrados ao conjunto de medidas institucionais de prevenção. Porém, atingir esse patamar agregador de iniciativas, não se restringe apenas a englobar e a diversificar os campos de atuação das políticas públicas, mas significa ouvir, inclusive do espaço, suas propostas de soluções delineadas, a partir de suas tendências e limitações que carrega (Gráfico. 12). Vale salientar, que para a coleta das principais sugestões de controle contra a violência, o público pôde votar em até 3 opções diferentes por pessoa.

Gráfico 12 - Principais opções sugeridas no controle da violência



Fonte: Questionários aplicados durante visita exploratória

Cabe reforçar que, apesar do esforço coletivo, não representa uma ação completa e única contra fenômenos sociais, são as pessoas o principal objeto das políticas públicas, afinal são elas capazes de refletir, desaprovar resultados alcançados, identificar falhas ou redirecionar seus procedimentos. E como o capital humano (PUTNAM, 1996) vive em constante movimento, a realidade local solicita cada vez mais sensibilidade e atenção dos gestores para com suas renovações e opiniões. Por isso, cabem as instituições públicas a responsabilidade de não dispensar saber, das ruas quais, os seus principais anseios e inclinações passíveis de serem aproveitados ou revertidos favoravelmente no processo. No Gráfico 12 pode-se observar a possibilidade de melhor aproveitamento de uma dessas qualidades. Entre as três alternativas mais votadas, além daquelas que solicitam uma ação interventiva, no sentido da infraestrutura do bairro (88,38% mais policiamento e 78,06% mais iluminação pública), destaca-se também a terceira maior parcela de votos (30,32%), que pede o reconhecimento do apoio popular por intermédio da participação em reuniões entre representantes da polícia, do judiciário, da educação, da saúde, com o núcleo de comerciantes, Ong's, grupo de idosos, líderes comunitários e religiosos, entre outros agentes sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993, p.152), para o debate democrático e na decisão do futuro articulado de ações ramificadas na comunidade, de maneira que sirvam de instrumentos inibidores de conflitos.

Embora Zazar (1996) identifique que a violência seja um tema que desperta muito interesse, no Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE, produzindo uma longa variedade de relatos a seu respeito, a percepção dos moradores persiste em classificar o ambiente como

tranquilo e “calmo”, desde que as pessoas evitem sair, em certos horários da noite, fechem bem as portas, selecionem as pessoas com quem se relacionam, entre outras medidas de precaução. Dessa forma, a primeira vista, de forma geral, o bairro expressaria principalmente que:

[...] a noção de segurança está diretamente associada ao acesso dos serviços da polícia civil, através da delegacia e não da possibilidade de circular sem perigo pelo bairro, como se a segunda possibilidade fosse de antemão descartada pela realidade vivenciada na vila. A prevenção contra a violência está associada aos serviços que punem os criminosos, e não há qualquer indicação dos motivos mais amplos que geram a violência e que poderiam ser remediadas para evitá-la. (ZAZAR, 1996, p. 103)

Contudo, faz-se necessário considerar, também, que, não se encontra unicamente contemplada, entre a população, uma mentalidade tradicional, reducionista ou apenas repressiva sobre a segurança no bairro. Muitos depoimentos discutidos, no Item 3.2, ponderaram que, diante de uma realidade tão complexa, a solução não se apresenta de forma tão simplificada, sendo necessárias outras iniciativas diversificadas que acolham a crescente demanda por segurança. Sobretudo, voltadas para adesão participativa da população.

Pode-se observar que várias declarações demonstraram uma inclinação voluntária do grupo em participar de iniciativas organizadas que buscassem contribuir para a desarticulação das redes do tráfico de drogas ou na composição de mecanismos populares de acompanhamento, fiscalização e denúncias de focos de conflitos/violências. É por essa via que se fundamenta um ponto essencial para a produção de novos espaços pela população: a constituição de uma segurança cidadã, ou seja, a realização de um modelo de segurança territorial, em que a participação democrática possa auxiliar na definição integrada de ações engendradas pelo engajamento e coesão popular diante das dificuldades/descrências da garantia de preservação da ordem social.

Nas Figuras abaixo estão representadas algumas das participações populares em áreas pontuais do Bairro do Ibura de Cima (Cohab), Recife- PE, visando contribuir no fortalecimento dos vínculos locais entre os moradores. O foto das ações esta voltado para a valorização dos indivíduos por meio de atividades lúdicas pedagógicas que disseminem, especialmente entre a juventude, valores cívicos como respeito e tolerância diante da diversidade étnica, social, cultural e religiosa. As Figuras 42 e 43, exemplificam palestras e minicursos empregados em conjunto com às escolas com o objetivo de conscientizar sobre as o perigo das drogas e resgatar jovens ociosos de possíveis situações de risco. As Figuras 44 e 45, trás mais exemplos de contribuições voluntárias que visam estimular atividades esportivas

afastando a juventude das drogas. As Figuras 46 e 47 demonstram umas das apresentações artísticas vivenciadas na comunidade, por um dos vários grupos artísticos locais, que busca valorizar aspectos genuinamente culturais do território.

Figura 42 - Projetos de ações sociais que atuam na comunidade visando ampliar a coesão social (A)



Figura 43 - Projetos de ações sociais que atuam na comunidade visando ampliar a coesão social (B)



Fonte: Divulgação site oficial da PM- PE.

Nota: Fig. A e B: O Projeto Fonte que Jorra, desde 2010, conta com a iniciativa da equipe da Patrulha Escolar do bairro, para desenvolver na Escola Estadual Lagoa Encantada, palestras, cursos e oficinas (na área de Esportes, Beleza, Artesanato, Palestras Educativas e Teatro) voltadas para minimizar a incidência de atos infracionais entre jovens e a evasão escolar. – UDH Lagoa Encantada.

Figura 44 - Projetos de ações sociais que atuam na comunidade visando ampliar a coesão social (A)



Figura 45 - Projetos de ações sociais que atuam na comunidade visando ampliar a coesão social (B)



Fonte: Acervo dos moradores.

Nota: Fig. C e D: É bastante comum, na rede de educação pública, o oferecimento de várias atividades lúdico-pedagógicas, durante os fins de semana, ministradas voluntariamente por

membros da própria comunidade, visando principalmente resgate da autoestima e a valorização de jovens em situação de risco. Entre as atividades efetuadas estão palestras de acompanhamento do AA – Alcoólicos Anônimos, cursos judô, desenho, banda marcial, entre outros. – UDH UR 1, 2 E 3.

Figura 46 - Projetos de ações sociais que atuam na comunidade visando ampliar a coesão social (E)



Figura 47 - Projetos de ações sociais que atuam na comunidade visando ampliar a coesão social (F)



Fonte: Acervo dos moradores.

Nota: Fig. E e F: O Projeto Afoxé Omô Nilê Ogunjá (filhos da casa de Ogunjá), com sede no Ur-3, tem como principal objetivo, além de disseminar a cultura africana através da música e da dança, desempenhar um papel social no combater de focos de conflitos gerados, a partir da discriminação cultural, religiosa e também procura livrar das drogas jovens por meio de suas atividades. O Afoxé Omô Nilê Ogunjá encontra-se vinculado a outros movimentos culturais com o mesmo intuito social (Maracatu Leão da Campina, o Coco do Besouro Mangangá, Afoxé Yamin Balé Gilê, Grupo de Dança PéNambuco e outros grupos- UDH UR 1, 2 E 3.

O conceito de segurança cidadã emerge da atualidade de forma pertinente, mas o debate ainda dialoga com o despertar dos governos locais e da sociedade, de um modo geral, no sentido de promover a participação conjunta de ambos para a realização de ambientes propícios à convivência pacífica e segura (RATTON, 2012, p. 23). E por isso, a questão deveria ser enfrentada, num contexto que dimensione os mecanismos de prevenção, a partir de uma concepção valorativa e normativa, extensivamente manifesta de forma pragmática, sem, contudo, desconsiderar seu compromisso perene com a manutenção da lei e dos direitos humanos. Sendo assim, o supracitado autor defende que

temos que trabalhar para que o conceito de segurança cidadã e os seus mecanismos de prevenção estejam sempre adaptados aos diferentes contextos e garantir uma espécie de sintonia fina, contextual, local, para dar eficiência às políticas preventivas (RATTON, 2012, p. 21).

Assim, refletir, a partir das possibilidades territoriais, que efetivariam o tema da segurança cidadã, num conjunto em que as políticas públicas fossem abordadas de forma mais ampla e “sustentável”, especialmente quanto à manutenção de aspectos socioespaciais que garantam a redução permanente ou controlada de índices de violência no espaço urbano, torna-se reconhecidamente parte considerável das estratégias centrais e das iniciativas preventivas de envolvimento governamentais direcionadas às populações de baixa renda. O Programa Pacto pela Vida, implementado desde 2007, pelo Governo do Estado de Pernambuco, busca atingir metas de redução da criminalidade e garantir a continuidade de seus resultados, no combate à violência, contando com a participação de mecanismos locais e multisetoriais, ordenados em cooperação com a polícia. Desse modo, os conflitos situados em variadas escalas, na comunidade, seriam antecipadamente atendidos e assim se refreriaria as circunstâncias e “condições ambientais que possibilitem ou que facilitem a efetivação do crime” (PERNAMBUCO, p. 135-136).

Diante do crescente aumento da criminalidade e insegurança na sociedade, surge a necessidade de ampliar os investimentos, por parte do Governo Estado de Pernambuco, em políticas públicas de segurança mais efetivas. O Programa Pacto pela Vida representa um dos mais recentes esforços governamentais nesse sentido. O desafio de articular a sociedade, em torno de um esforço multissetorial integrado, pautado na construção de soluções partilhadas com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, os municípios e a União, implica reconhecer o quanto o fenômeno da violência urbana excede o campo da criminologia e interfere nas mais variadas dimensões da vida social.

O Pacto pela Vida possui projetos estruturadores que visa à prevenção, o controle da criminalidade em programas de prevenção social específico, relacionado à violência, cujo objetivo é definir estratégias que visem alcançar a redução da criminalidade e da insegurança pública em escala estadual, enfatizando esforços contra os crimes contra a vida. Vale salientar, que visando superar uma visão estereotipada sobre o problema, pautada geralmente por orientações de classes, pela criminalização da pobreza ou dos movimentos sociais, buscase arregimentar a participação ativa da sociedade por meio de iniciativas que fortaleçam a coesão social. (Site oficial do Programa Pacto Pela Vida).

Diante do exposto, é importante ressaltar que a prevenção social relacionada à criminalidade violenta está agregada ao uso racional de mecanismos institucionais e sociais

que tem como objetivo garantir uma plena intersecção entre Segurança Pública e Direitos Humanos. Ambos instrumentalizam a (re)qualificação repressiva da violência por intermédio do uso de inteligência, da informação, da tecnologia e da gestão. Contudo, observa-se que a eficácia e a manutenção das metas de redução dos índices dependem, sobretudo, da consolidação de parcerias. A ação compartilhada nos processos decisórios, o refinamento dos diálogos com a sociedade, a atuação de protagonismos locais e a intervenção mediadora do Governo Estadual e Municipal com Políticas Públicas ajustadas, de acordo com as especificidades do território, ainda caracterizam desafios relacionados ao planejamento, a gestão, ao monitoramento e, por fim, uma avaliação eficaz da constituição dos métodos utilizados contra a violência.

Portanto, torna-se necessário considerar duas questões fundamentais adotadas para o presente debate geográfico sobre o direcionamento efetivo das políticas prevenção: a primeira relacionada à relevância do reconhecimento das políticas públicas de segurança sobre as especificidades locais e a segunda discute como ampliar e manter a escala de abrangência de medidas preventivas contra a violência por intermédio da cooperação entre os agentes locais produtores do espaço e as Instituições. Ambas sintetizam um esforço imprescindível de reorientar o atual modelo de gestão da segurança pública, no sentido de implementar novas estratégias que tornem a sociedade copartícipe, no desenvolvimento de processos que tornem a coabitação urbana mais pacífica e autossustentável. O despertar para o desempenho abrangente, executado pelas dinâmicas territoriais e suas redes de correspondências formadas no espaço, redefinem o papel do cidadão protagonista, pois se demonstra a possibilidade de (re)funcionalizar os espaços urbanos, em espaços para o exercício da cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação do fenômeno da violência urbana, sobre o modo de vida das cidades brasileiras, torna nítidos os contornos assumidos pela sensação de insegurança, sobretudo porque seu aumento atinge em larga escala, desde pequenos centros urbanos, como inclusive grandes metrópoles, especialmente suas periferias, consideradas comumente ambientes propícios para o desenvolvimento de práticas violentas. Conseqüentemente, as investigações desses recortes espaciais conduzem a uma melhor compreensão de quanto o medo generalizado tem acarretado e estruturado alterações na natureza da vida diária entre os cidadãos, na medida em que supera o âmbito das relações sociais e engloba mudanças severas na paisagem intraurbana.

A observação do padrão arquitetônico das residências, comércios e prédios públicos, todos inseridos numa perspectiva de “busca” abrangente pela segurança, possibilitou acompanhar *in loco* como a produção do espaço geográfico do bairro do Ibura de Cima-Recife acumulou reflexos, no uso do território, que deixaram de ser apenas parte estruturante do processo, para se tornar inclusive um fator vinculante da sensação de insegurança nos lugares. Assim, a associação com a violência e o medo, na dinâmica atual do espaço urbano das comunidades de baixa renda, inspirada cada vez mais pela adoção de estratégias preventivas concebidas de acordo com seu *déficit* de recursos e da baixa qualidade dos equipamentos urbanos, revelou uma percepção de lugar, em que a grade de ferro, o vigia informal, os muros altos com suas garras e cercas, entre outros itens de segurança, incrementam o permanente estado de alerta e desconfiança entre os seus moradores.

Portanto, tornou-se fundamental ampliar uma discussão geográfica sobre o fenômeno da violência urbana, com vistas para o entendimento de que a problemática em questão expõe outras fragilidades abrigadas no espaço. A análise das entrevistas e dos questionários permitiu uma compreensão aproximada de quanto a situação do medo generalizado tem sido agravado pela renúncia voluntária da legítima participação popular no usufruto dos espaços públicos. Apontados como locais de risco, na comunidade, por se encontrarem territorializados pela ameaça diuturna da ação de criminosos, traficantes de drogas e pela insuficiência do serviço policial no território, busca-se, pela evasão da convivência entre as pessoas mais próximas, a realização de um modelo de proteção fragmentário. Fundamentado, principalmente, na produção massiva de espaços cercados que limitam a mobilidade e, conseqüentemente, qualquer chance de coexistência coletiva. As práticas socioespaciais tornam-se cada vez mais seletivamente intolerantes e até o lazer individualizado, assim, a ausência do diálogo

concretiza uma opção pelo desengajamento, pelo isolamento, em detrimento de uma vida considerada mais tranquila, obtêm-se, dessa maneira, uma crescente reclusão da vida pública, principalmente em horários noturnos (a partir das 20h).

Praças abandonadas, passeios públicos mal iluminados, locais ermos, equipamentos urbanos degradados, policiamento ineficaz, assim, segundo os moradores, a sensação de um risco eminente aparece constantemente representada entre os entrevistados, que assumem, pela autorreclusão das famílias em seus lares, com suas formas herméticas de vivenciar a cidade, um mecanismo de esquivas aparentemente eficaz de combate particular contra a violência. Contudo, na medida em que se evita o envolvimento, em decorrência do proporcional esvaziamento do espaço urbano, provocado pelo recuo dos cidadãos, ao invés de protegê-los do perigo, a sua ausência no cenário público e a fragilização dos canais de interlocução entre as pessoas, consubstanciam um gradual desgaste das redes de reciprocidade e solidariedade locais. Consequentemente se acumulam territorialidades antagônicas, sobretudo relacionadas ao comércio de drogas, às tentativas de assaltos e às agressões físicas, que potencializam, sem qualquer instrumento definitivamente eficaz de mediação, conflitos e tensões sociais favoráveis ao confronto direto ou ao comportamento violento entre as pessoas.

Posto que as estratégias táticas adotadas individualmente pelos moradores, declinam da luta mais efetiva contra comportamentos considerados *ilícito-agressivos*, emerge, em contraposição ao desenvolvimento de uma segurança desengajada e antissolidária entre os membros da comunidade, declarações incomodadas, pelas quais retomam, em meio ao cenário de crise, o resgate do compromisso dos cidadãos em mudar seu estado de apatia, por intermédio da ação protagonista. Mediante uma digressão histórica produzida, por depoimentos e registros fotográficos cedidos, constatou-se que nem sempre teria sido o isolamento entre as pessoas o aspecto predominante do bairro e tão pouco o estigma atual de ser considerada uma das áreas mais perigosas do Município. Antes, em suas mais saudosas lembranças de tempos, em que a convivência aberta e a interação coletiva deram origem às vilas e realizaram, nas suas paisagens, profundas transformações, a partir de movimentos reivindicatórios organizados, nas associações de moradores, o grupo entrevistado questionou-se o porquê de não reativar antigas formas de intervenção popular junto a problemas vivenciados coletivamente.

Embora a problemática da violência, num contexto amplo, implique o reconhecimento sobre o complexo conjunto de fatores multidimensionais específicos e atrelados ao espaço, e que representam um imenso obstáculo de ser equacionadas até por programas e políticas governamentais de grande abrangência, por outro lado, um olhar mais detido sobre a própria

natureza das dinâmicas territoriais, pôde suscitar paradoxalmente novas alternativas locais de combate efetivo para a questão. Não é possível subestimar o aproveitamento, no espaço intraurbano, de mecanismos cooperativos locais e seu alcance intervencionista, especialmente, atuando junto a escalas micro. Nesse sentido, não se pretende objetar, do debate, as dificuldades apresentadas por uma sociedade fortemente fragmentada, etnicamente diversa e socialmente injusta. Mas, torna-se necessário um planejamento estratégico que englobe ações práticas que estejam tecnicamente ajustadas, de acordo com as peculiaridades territoriais, de modo que se possibilite, por meio da revitalização física dos espaços, pela promoção de atividades que valorizem a convivência e o diálogo nos lugares, um debate inclusivo de amplos segmentos sociais sobre a violência. Nesse sentido, espera-se que a participação popular deixe de ser vista como uma condição meramente coadjuvante e passe a concentrar um *status* protagonista, na manutenção e consistência da redução dos índices de violência.

Portanto, mesmo longe de se obter qualquer resposta pretensiosamente ousada sobre o problema da violência e, após tantas idas e vindas, a fim de confrontar o arcabouço teórico acumulada nos livros, junto à aridez dos fatos observados, surge, da aproximação vivenciada com o fenômeno estudado no espaço, a certeza de que seria impossível compor qualquer explicação simplista sobre a complexidade de tais eventos apresentados, na difícil realidade dos subúrbios metropolitanos. Contudo, a possibilidade de abarcar, por meio de uma perspectiva geográfica, as transformações provocadas pela violência, no espaço urbano, reforçou o entendimento sobre a necessidade de *(re)territorializar* de forma coesa a complexa rede de interconexões compostas, no bairro, em detrimento de resultados efetivos contra a violência e o medo urbano.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. “Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade”. **Rev. Sociol. Tempo Social**, São Paulo: USP, v. 10, nº 1, p. 19-47, maio, 1998.

ANDRADE, Manoel Correa de. **Geografia econômica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

_____. **Recife: Problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1979.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Tradução por Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

BEZZI, M. L. **Região – uma (re) visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004.

BITOUN, Jan. Território do diálogo: as palavras da cidade e desafios da gestão participativa no Recife (Brasil). **Revista de Geografia**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Ciência geográfica, Recife, v.16, nº2, Jun./dez., 2000.

BRANDÃO, Carlos. Produção social do ambiente construído e suas escalas espaciais: Apontamentos para uma teorização sobre ações e decisões de sujeitos concretos. In FERNADEZ, V. R.; BRANDÃO, C.; **Escalas y políticas Del desarrollo regional: Desafio para América latina**. Buenos Aires/ Madrid: Miño y Dávila Editores/FCE-UNI, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BUENO, Francisco da Silveira. **Sistema nacional de vigilância em saúde**: relatório de situação: Pernambuco / Ministério da Saúde. 5º ed .Brasília : Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/4_pernambuco_final.pdf>: Acessado em: 06 jun. 2013.

_____. **Vocabulário Tupi-Guarani Português**. São Paulo: Editora Gráfica Nagy, 1982.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP/Editora 34, 2000.

CAVALCANTI, A. P. B.; VIADANA, A. G. Fundamentos históricos da geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia antiga. In: GODOY, P. R. T.(Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **Recife e seus Bairros**. Câmara Municipal do Recife, Recife, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CORRÊA, R. L, CASTRO, I. E.; P. C. Gomes (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006.

CRUZ, Luciana Maria da. **Morfologias urbanas do medo: A materialização da (in)segurança em bairros nobres do Recife**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Recife: PPGE/UFPE, 2010.

_____. Morfologias urbanas do medo: A materialização da (in)segurança em Bairro nobres do Recife. In SÁ, Alcindo José de (Org.). CRUZ, Luciana Maria da (Org.). **“Medo urbano” e suas novas formas geográficas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. (Edição revista e atualizada). São Carlos: Claraluz, 2008. v. 1. 112 p.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramallete. 23a Ed. Vozes - RJ, 2000.

GEORGE, Pierre. **Homem na terra geografia em ação**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1993.

_____. **Métodos da geografia**. São Paulo: Difusão Europeia de livro, 1972.

GOMES, C. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006.

_____. O conceito de região e sua discussão. In CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. (Org's). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980. 291 p.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social – Segurança pública – 2º Ed. - Junho de 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120705_sips_segurancapublica.pdf>. Acessado em: 28 fev. 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **O direito a cidade**. 4. ed. Sao Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, L. A. **Vida sobre cerco: violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 2008.

MELGAÇO, Lucas de M. Da psicofera do medo a tecnofera da segurança. In SÁ, Alcindo José (Org.). **Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: [s.n], 2007.

MELO, Patrícia Bandeira de. **Histórias que a mídia conta: O discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, v. 4, n.3, p. 513-531, fev. 1998.

MISSE, Michel. **Cinco teses equivocadas sobre violência urbana no Brasil**. Violência e participação Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. IUPERJ. 1995. (Série Estudos, nº 91)

MORAES, Antonio Carlos Roberto. **Geografia: pequena história critica**. São Paulo: HUCITEC, 17ª ed. 1999.

ODALIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

PACTO PELA VIDA. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.pe.gov.br/pacto-pela-vida/>>. Acessado em: 19 jun. 2013.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PERNAMBUCO. **Boletim trimestral da conjuntura criminal em Pernambuco**. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, 2012 v.5, Trimestral. ISSN 1983 – 6333. Disponível: <http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=160261&folderId=1543534&name=DLFE-35932.pdf>. Acessado em: 2 mar. 2013.

_____. **Boletim trimestral da conjuntura criminal em Pernambuco**. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, 2011 v4, Trimestral. ISSN 1983 – 6333. Acessado em 09/06/2013. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.pe.gov.br/wp-content/uploads/BOLETIM-2-TRIMESTRE-2011.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

_____. **Pacto pela vida: Plano Estadual de Segurança Pública**, 2007. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.pe.gov.br/material-institucional/>>. Acesso em: 20 maio 2013.

PINTAUDI, S. M. Cidade, cultura e poder público. In VASCONCELOS, P. A.; SILVA, S. B. M. (Org's). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Ed. Universitária, 1999.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo : Ática, 1993.

RATTON, José Luiz. Políticas Locais de Prevenção da Violência. In OLIVEIRA, Júlia L.; RIBEIRO, M.; JATOBÁ E. (Org.). **A segurança cidadã em debate**. Recife: Provisual, 2012.

RECIFE. Prefeitura et. al. **Desenvolvimento humano no Recife: Atlas municipal**. Recife, 2005. CD-ROM.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia: Introdução à ciência geográfica**. São Paulo: Avercamp, 2008.

SÁ, Alcindo José de (Org.). **Geografia do direito: as normas como formas sócio-espaciais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

_____. (org.). Nas geografias do medo, a ascensão dos espaços do homo sacer. In: **Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SÁBATO, Ernesto. **Homens e engrenagens**. São Paulo: Papyrus, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. Paulo: Hucitec, 1996 .

_____. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAPORI, Luís Flávio. Torre de Babel. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**. 6. ed. São Paulo: [s.n.], 2010.

SCOTT, Russel Parry (Coord.). **Saúde e pobreza no Recife**: poder, gênero e representações de doenças no bairro do Ibura. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

_____; QUADROS, M. T. (Org.). **A diversidade no Ibura**: Gênero, geração e saúde num bairro popular em Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Elton Pereira da. **Análise socioespacial do parque Camaragibe e da Praça Coimbral, Camaragibe – PE**: nexos entre lazer, espaços livres públicos, violência e medo urbanos. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: PPGE/UFPE, 2012.

SOJA, Edwad. **Geografia pós-moderna**. RJ: Zahar, 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Versão para web. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf>. Acessado em: 28 de fev. 2013a.

_____. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil: Crianças e adolescentes. Versão para web. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf> Acesso em: 02 de mar.2013a.

ZALUAR, Alba. **Violência e crime**: saída para os excluídos ou desafios para a democracia? In Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV editora, 2004.

ZAZAR, A. L. B. Gênero e saúde: Um estudo de caos na Ur 2. In: SCOTT, Russel Parry (Coord.). **Saúde e pobreza no Recife**: poder, gênero e representações de doenças no bairro do Ibura. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

APÊNDICE A⁹ - Questionário sociocomportamental aplicado junto as comunidades



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA GEOGRÁFICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Tema: Violência e medo na configuração socioespacial do bairro do Ibura de Cima - Recife
Pesquisador: Paulo Cesar de Oliveira

QUESTIONÁRIO 01

1- Qual seu tipo de moradia?

- Casa Apartamento Outro tipo de moradia

2- Você se sente completamente seguro em sua residência?

- Sim Não

3- Você utiliza algum método que lhe proporcione segurança?

- Sim Não

4- Dos métodos apresentados abaixo, quais você utiliza? (assinalar mais de um item)

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Grades | <input type="checkbox"/> Muro com altura acima de 1,5m |
| <input type="checkbox"/> Garra ou vidros no muro | <input type="checkbox"/> Cão de guarda |
| <input type="checkbox"/> Vigia no quarteirão | <input type="checkbox"/> Cerca elétrica |
| <input type="checkbox"/> Câmeras de vídeo | <input type="checkbox"/> Alarme contra roubo |
| <input type="checkbox"/> Travas nas portas | <input type="checkbox"/> Outros _____ |

5- Você considera os itens acima suficientes para garantir sua segurança?

- Sim Não

⁹ Modelo de questionário adaptado de Cruz (2010)

6- Você acha necessário adquirir mais itens que possam garantir sua segurança?

Sim Não

7- O que levou a adquirir/utilizar esses itens de segurança?

Proteção Prevenção Mídia Outros _____

8- Qual o principal meio de comunicação que você toma conhecimento sobre a insegurança no bairro?

TV Rádio Jornal impresso Internet Conversas

9- Qual o meio de comunicação que interfere na escolha de um item de segurança?

TV Rádio Jornal impresso Internet Conversas

10- Qual sua opinião sobre o grau da insegurança no bairro?

Baixíssima Baixa Média Alta Altíssima

11- Em sua opinião, existe investimento eficaz na segurança pública?

Sim Não

Se sim, qual seria ele? _____

12- Indique os itens que lhes proporcionem maior segurança.

(você pode assinalar mais de um item)

Aumento do policiamento Investimento em segurança doméstica

Iluminação pública Programas de combate à pobreza

Participação da comunidade nas discussões sobre segurança pública

Evitar sair de casa

Não existe investimento eficaz na segurança pública

Outros _____

13- Qual é o nível de Satisfação referente ao policiamento?

Baixíssima Baixa Média Alta Altíssima

14- Dos hábitos abaixo, quais você se identifica? (você pode assinalar mais de um item)

- Evita lugares públicos abertos como praças e ruas
- Evita sair à noite
- Evita pessoas estranhas
- Prefere ir a locais privados como shoppings e clubes
- Prefere ficar mais em casa
- É desconfiado com todos
- Investe na segurança doméstica
- Sente dificuldade para dormir
- Sente-se apenas angustiado
- É indiferente a tudo isso

15- Indique quais lugares que você tenha se sentido vigiado por algum equipamento de segurança? (você pode assinalar mais de um item)

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Rua | <input type="checkbox"/> Praça |
| <input type="checkbox"/> Praia | <input type="checkbox"/> Loja |
| <input type="checkbox"/> Shopping | <input type="checkbox"/> Banco |
| <input type="checkbox"/> Prédios públicos (escolas, hospitais, etc) | <input type="checkbox"/> Eventos (festas) |
| <input type="checkbox"/> Não percebo isso | <input type="checkbox"/> Outros _____ |

16- Qual o principal fator que contribui para essa sensação de medo?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> A mídia | <input type="checkbox"/> Crescimento da violência |
| <input type="checkbox"/> Falta policiamento | <input type="checkbox"/> Desonestidade |
| <input type="checkbox"/> Ineficácia das políticas de segurança | <input type="checkbox"/> Não sei dizer |
| <input type="checkbox"/> Insegurança na cidade | |

17- Diante da sensação do medo, você abriria mão da sua privacidade e aceitaria ser vigiado diariamente?

- Sim Não

18- Você considera sua comunidade violenta?

- Sim Não

19-Dos tipos de violência apresentados abaixo, qual você sente mais medo?

- Assalto Tiroteio Estupro Violência urbana Agressão física Tráfico
- Sequestro Todos Não sente medo Outros

20- Qual a sua avaliação referente o estado de insegurança de seis meses atrás?

- Melhorou Continua igual Piorou

21- Quantas vezes você já foi vítima de algum tipo de violência?

- Sim, uma vez Sim, mais de cinco vezes
- Sim, duas vezes Nenhuma
- Sim, de três a cinco vezes

22-Você registraria uma queixa na delegacia referente à violência sofrida?

- Sim Não

23- Existe algum motivo específico em que lhe impeça de registrar uma queixa?

- Não existe Medo Distância da delegacia
- Acha desnecessário Acredita que não será resolvido
- Outros

24-Em sua opinião, morar na sua comunidade é:

- Ótimo Bom Regular Ruim Péssimo

25- Qual a sua avaliação referente ao nível de violência nos próximos seis meses?

- Vai Melhorar Continua igual Vai Piorar

APÊNDICE B - Modelo de entrevista semiestruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA GEOGRÁFICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

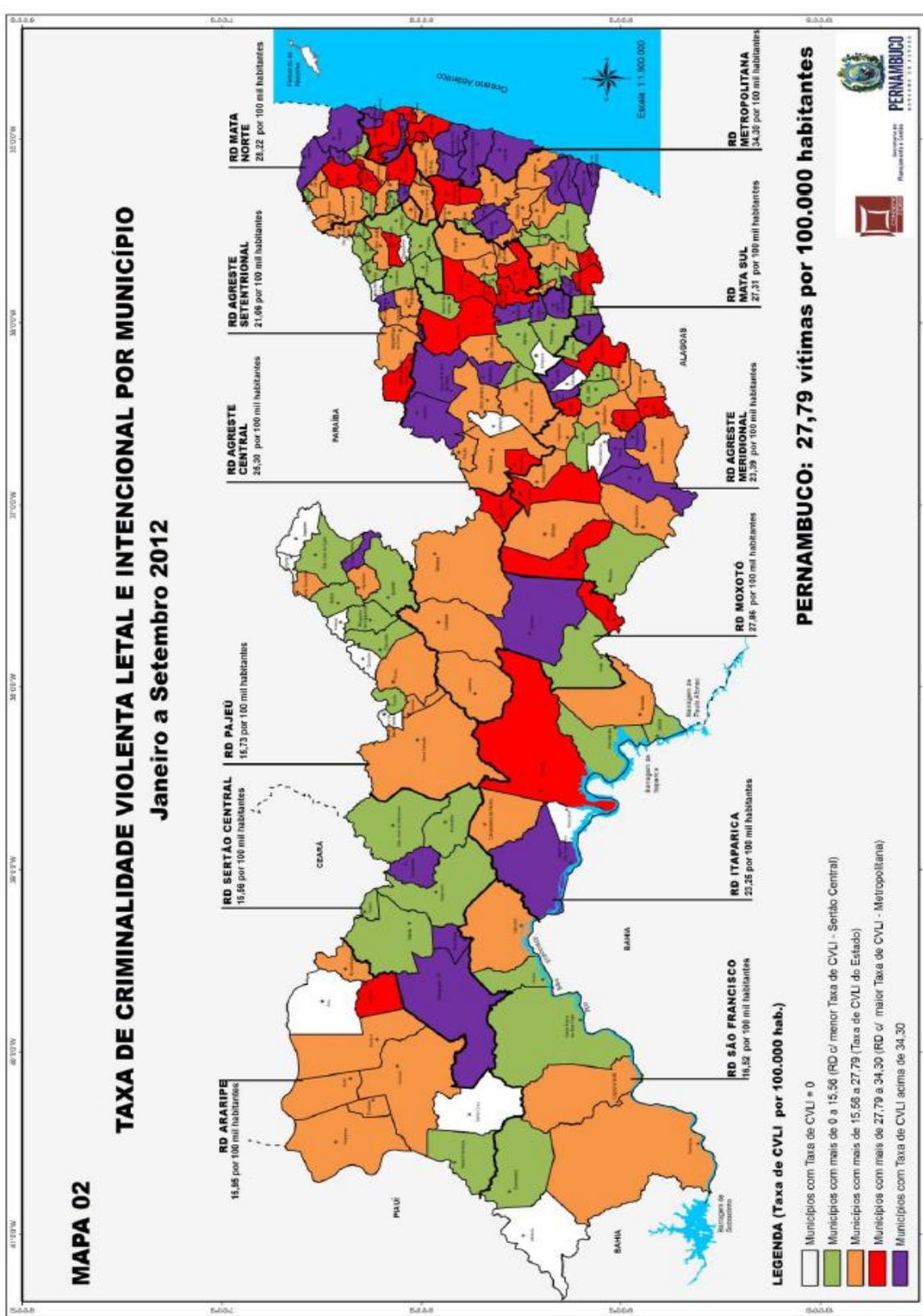
Tema: Violência e medo na configuração socioespacial do bairro do Ibura de Cima - Recife

Pesquisador: Paulo Cesar de Oliveira

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Você sente-se seguro no ambiente do bairro?
2. Já presenciou algum tipo de violência na comunidade? Cite-o
3. Você sente-se adaptado a violência existente no bairro?
4. Qual o principal fator que contribui para o crescimento da violência existente no bairro?
5. Em sua opinião, existe algum horário mais violento, cite-o e apresente uma justificativa para a escolha do mesmo.
6. Apresente algumas diferenças entre a situação do bairro de ontem e a de hoje referente à estrutura física e rotinas, resultantes de transformações provocadas por meio da violência.
7. O bairro tornou-se um lugar perigoso? Por quê?
8. Quais os principais fatores que contribuem para violência no bairro?
9. Qual a importância dos cidadãos perceberem sua relação entre as formas de convívio e o combate da violência?
10. No bairro são realizados projetos ou ações que auxiliam a minimizar a violência?
11. Você acredita que os itens utilizados pelas residências no combate da violência são suficientes para proporcionar segurança?
12. Como a comunidade poderia contribuir no combate a violência?
13. Como o (a) Sr^o (Sr^a) definiria a qualidade dos serviços prestados pela polícia no bairro?
14. Como a família poderia contribuir no combate a violência?
15. Se observarmos a escola, o posto médico, o comércio, as igrejas, etc., estão rodeados por muros, grades e as vezes vigiados por videomonitoramento. O que você acha sobre esse tipo de arquitetura?

ANEXO A - Mapa da criminalidade violenta letal e intencional em Pernambuco,
segundo categorias de municípios



Fonte: Pernambuco (2011)